

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

UMA FREGUESIA DE BARROSO  
(Pitões das Júnias)

RELATÓRIO FINAL DO CURSO  
DE ENGENHEIRO AGRÓNOMO

FERNANDO MARIA DE MOURA VILHENA GUSMÃO

LISBOA

1964

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

UMA FREGUESIA DE BARROSO  
(Pitões das Júnias)

---

RELATÓRIO FINAL DO CURSO  
DE ENGENHEIRO AGRÓNOMO

FERNANDO MARIA DE MOURA VILHENA GUSMÃO

LISBOA

1964

O Instituto Superior de Agronomia não se responsabiliza pelas doutrinas expensas no presente relatório.

A MINHA MÃE, A QUEM TUDO DEVO

A MINHA NOIVA



## AGRADECIMENTOS

Sentimentos de reconhecimento e gratidão ditam-nos o dever, que cumprimos com satisfação, de agradecer a todos aqueles que de qualquer forma nos ajudaram.

Ao Exmo. Senhor Professor Eugénio de Castro Caldas apresentamos os nossos agradecimentos pela forma atenciosa como nos recebeu e esclareceu e, bem assim, pela bibliografia que amavelmente nos facultou quando iniciámos o nosso estágio.

Ao Engenheiro Agrónomo José Manuel Cardoso da Costa, Director do Posto Experimental de Montalegre, expressamos a nossa incondicional gratidão pela amizade que sempre nos testemunhou ao longo dos bons anos de trabalho em agradável convívio e autêntica camaradagem.

Ao Exmo. Senhor Engenheiro Agrónomo Augusto Rosa Azevedo, Chefe da Repartição dos Serviços Fitopatológicos, dirigimos os nossos melhores agradecimentos pelo apoio e facilidades que nos concedeu.

Os Engenheiros Agrónomos Agostinho de Carvalho e Adílio Corvo, a quem frequentemente recorremos para trocas de impressões que nos foram muito proveitosas, são credores de todo o nosso reconhecimento pela amizade e cordealidade com que sem

pre nos distinguiram.

Para o Colega Carlos Borges Pires uma palavra amiga e de profundo apreço pela sua leal e sã camaradagem.

Ao bom amigo Dr. Diogo Vaz Pereira e a seus Exmos. Pais agradecemos todas as atenções que nos dispensaram.

Estamos também em dívida de gratidão para com o Engenheiro Agrónomo Manuel Ferreira Suspiro que, com verdadeira estima, nos orientou nos primeiros passos da vida profissional.

---

Muito especialmente cumpre-nos agradecer e salientar a prestimosa ajuda e colaboração dos habitantes de Pitões sem as quais não nos teria sido possível realizar o presente trabalho, sendo de destacar o inestimável auxílio prestado pelo Senhor José Fontes.

//

levar a cabo. Para isso tivemos de efectuar novos inquéritos durante o ano de 1963 e são esses que constam do nosso relatório de tirocínio.

Feitas estas considerações com o objectivo de justificar a discrepância entre a data em que terminámos o tirocínio e aquela em que apresentamos o relatório, resta-nos acrescentar que a necessidade de dar por finda uma situação que se ía tornando insustentável nos levou a modificar o plano original. Assim, o presente trabalho não mais é que uma muito modesta contribuição para o conhecimento de uma região que, por muito isolada, se tem mantido à margem do progresso e cuja valorização económica e social sempre desejámos ver concretizada.

//

## 1. Características Gerais da Freguesia

A região de Barroso fica situada no extremo norte do distrito de Vila Real e corresponde a um território que engloba a quase totalidade das freguesias do concelho de Montalegre e parte das do concelho das Boticas.

Trata-se de uma região bem definida, caracterizada e individualizada não só pelas suas condições fisiográficas e climáticas como também por determinados aspectos concernentes ao modo de existência da gente que a povoa.

Enquadrada nesta região e no extremo noroeste do concelho de Montalegre fica a freguesia de Pitões das Júnias.

Os termos e limites desta freguesia definem uma superfície territorial de 3 370 ha, situada a uma altitude que varia de 800 a 1 400 metros.

Este território estende-se por uma zona planáltica (a Mourela) com uma altitude média de 1 200 metros, e pelas vertentes que partindo do planalto vão morrer no sopé da Serra do Gerez e ocupa também uma área considerável nessa mesma serra. Está limitado a norte pela fronteira com a Espanha e contacta a nordeste com os baldios da freguesia de Tourém, a este e sudeste com os das povoações de Covelães

e Paredes e a sul, sudoeste e noroeste com os termos da freguesia de Outeiro.

Toda a área da freguesia é sulcada por pequenas linhas de água, podendo individualizar-se três ribeiros mais importantes: dois que nascem na parte leste do planalto da Mourela e o atravessam em toda a sua extensão, e um que desce a fronteira, vem correndo junto à base da Serra do Gerez.

A povoação onde mora toda a gente da freguesia está localizada no cimo da vertente que, a oeste, termina o planalto e faz face à Serra do Gerez.

À volta da povoação, em cintura descontínua, situam-se os campos de cultura e mais longe, rodeando-os, fica o baldio.

A aldeia de Pitões dista 20 km da sede do concelho à qual está ligada por uma estrada que, em parte do percurso, se apresenta ainda em muito mau estado. Esta estrada é de bastante recente construção e, antes disso, os caminhos que davam acesso à povoação eram pouco transitáveis - pouco mais sendo, em certos locais, do que simples "carreiros de pé-posto".

Dada a dificuldade de transportes e o baixo poder aquisitivo da população, o comércio local é praticamente inexistente. Na freguesia predomina o regime de auto-abastecimento.

A batata e as vitelas constituem os únicos produtos exportados e, dentre os importados, apenas o vinho representa valor relativamente elevado.

A batata é vendida "à porta" a compradores ocasionais e os produtos de consumo corrente são, quase sempre, adquiridos na sede do concelho e é aí, também, que são vendidas as vitelas por ocasião das feiras quinzenais.

A falta de transportes, dificultando as deslocções de pessoas e produtos, faz com que a população da freguesia viva, ainda, em acentuadas condições de isolamento.



## CAPÍTULO I

### ASPECTOS FÍSICOS

#### 1. O Clima

Nesta tentativa de esboço do meio geográfico no qual está enquadrada a freguesia em estudo, começaremos por referir-nos ao clima.

Por clima dum dado lugar do globo entende-se a sucessão habitual dos estados da atmosfera nesse lugar, sendo caracterizado pelos valores médios anuais dos diversos elementos meteorológicos, amplitude das suas variações diurnas mensais, sazonárias e anuais e pelos seus valores extremos máximos e mínimos.

Sob o ponto de vista climatérico os elementos meteorológicos mais importantes são os que influenciam o nosso organismo assim como o dos animais e vegetais.

Da interacção destes elementos resulta a "acção do clima".

Como já dissemos, os diversos factores climáticos exercem a sua acção condicionante sobre todos os seres vivos impondo, por vezes, limites à sua expansão. O próprio homem, sem dúvida o mais cosmopolita dos seres, não constitui excepção: "Se o homem não pode considerar-se um produto da superfície terrestre é inegável que a energia humana, em qualquer região do globo, anda em estreita relação com as suas condições climáticas" (AMORIM GIRÃO, 1946).

Com efeito a acção do clima reflete-se no homem quer directamente, actuando como estimulante ou deprimente da energia humana -- climas favoráveis ou climas desfavoráveis -- quer indirectamente, condicionando, em parte, as suas actividades -- mercê dos recursos de que lhe permite dispor.

Quando da actividade agrícola se trata então a influência do clima torna-se por demais evidente dado que a forma e os resultados da exploração do solo estão em estreita dependência das condições climáticas. A natureza e expansão das culturas e a forma de aproveitamento do solo, o carácter mais ou menos aleatório de que se reveste a exploração agrícola, delas dependem em larga medida.

Acontece, porém, que o homem não se submete e, umas vezes em luta aberta -- salpicada de vitórias e derro

tas - outras vezes adaptando-se mais ou menos passivamente, sempre encontra forma de crear condições de meio que melhor sirvam aos fins que tem em vista. Desta luta e desta adaptação resultam não só modificações, por vezes profundas, das condições naturais, como também marcadas diferenças nos usos e costumes das populações nomeadamente no vestuário, tipo de habitação, etc., umas e outras tendentes à criação de climas locais favoráveis ao homem.

Sabido, portanto, que todos os seres vivos estão sujeitos à acção condicionante do clima, que muitas vezes actua como factor limitante, logo se reconhece ser o seu estudo de capital importância para uma boa compreensão dos fenómenos agrícola-sociais que, mais adiante, tentaremos analisar.

#### 1.1. Factores climáticos

Para caracterizar o clima da região em estudo servir-nos-emos dos elementos recolhidos pelo posto meteorológico mais próximo - o de Montalegre (Latitude N:  $41^{\circ} 49'$ ; Longitude W GR:  $7^{\circ} 48'$ ; Altitude: 1 027 m).

O período de observação considerado, de acordo com as recomendações da Conferência de Varsóvia, da Organização Meteorológica Internacional, em 1935, foi de 30 anos.

É sabido que as condições meteorológicas são determinadas por factores meteorológicos gerais tais como radiação solar e circulação geral da atmosfera e por factores meteorológicos regionais os locais - topografia, exposição ao sol e ventos dominantes, revestimento do solo, etc. Obviamente os dados recolhidos no posto meteorológico de Montalegre não corresponderão inteiramente à realidade, para a região em estudo, devido não só a diferenças acentuadas de altitude e exposição como também à grande proximidade a que a freguesia se encontra do maciço gereziano que actua como grande barreira natural.

A dentro da área da própria freguesia nota-se facilmente a existência de diversos climas locais condicionados pelo acidentado e exposição do terreno. Assim é que certas culturas - milho e feijão - economicamente viáveis em determinado local, deixam de o ser ultrapassadas que são umas escassas dezenas de metros.

#### 1.1.1. Temperatura

O calor é indispensável a todos os seres vivos dado que é à custa dele que se mantém a actividade das funções do organismo.

A temperatura é o factor climático a que o corpo humano é mais sensível.

Para cada espécie, animal ou vegetal, existe um óptimo de calor e limites, máximos e mínimos, para além dos quais a vida é impossível.

As plantas estão mais sujeitas aos efeitos da temperatura que os animais porquanto, estando invariavelmente ligadas ao meio onde nasceram, não podem, como aqueles, subtrair-se, até certo ponto, os seus excessos. O calor excessivo coagula o protoplasma e o frio extremo mata a planta por precipitação das proteínas.

"A acção das temperaturas extremas é aumentada pela presença de qualquer outro factor desfavorável. Assim, por exemplo, a coagulação do protoplasma motivada somente pelo calor é muito rara na natureza. Em geral, o calor e a secura actuam juntos e a segunda é, em última instância, a causadora da morte" (BRAUN-BLANQUET, 1950).

A acção da temperatura sobre as plantas varia, principalmente, com a humidade. Intervém em maior ou menor grau em todas as funções vegetais, actuando como condição para a função e não como material.

Analisando os dados das temperaturas (quadro 1) verifica-se que a temperatura média varia regularmente ao longo do ano apresentando um valor mínimo em Janeiro ( $3,7^{\circ}\text{C}$ ) e um valor máximo em Agosto ( $17,7^{\circ}\text{C}$ ). A temperatura média anual é de  $9,9^{\circ}\text{C}$  e a amplitude térmica média anual é de  $6,1^{\circ}\text{C}$ .

Quadro 1 - Temperatura do ar

$\bar{T}$  ( $^{\circ}\text{C}$ )

MESES	Média das máximas	Média das mínimas	Maior máxima	Menor mínima	Média mensal
Janeiro	7,0	0,9	19,0	- 9,5	3,7
Fevereiro	8,0	1,2	20,4	- 9,5	4,1
Março	10,0	2,8	22,4	- 6,0	6,2
Abril	12,1	4,0	27,2	- 2,9	7,9
Mai	14,9	6,3	28,7	- 1,8	10,5
Junho	20,2	10,2	33,2	1,7	15,1
Julho	22,9	12,0	34,0	3,0	17,3
Agosto	23,4	12,5	36,2	3,6	17,7
Setembro	20,0	10,6	31,3	1,6	15,1
Outubro	15,1	7,5	28,0	- 1,5	11,1
Novembro	9,9	3,7	22,0	- 4,9	6,7
Dezembro	7,4	1,6	17,2	- 7,9	4,2
Ano	14,2	6,1	36,2	- 9,5	9,9

A mínima absoluta surge-nos em Janeiro e Fevereiro com  $- 9,5^{\circ}\text{C}$  valor este verificado apenas duas vezes durante o período de observação considerado; a máxima absoluta com o valor de  $36,2^{\circ}\text{C}$  (Agosto) aparece-nos apenas uma vez nos trinta anos de observação.



Verifica-se, também, ser de seis o número de meses (Maio a Outubro) com temperaturas médias superiores a  $10^{\circ}\text{C}$ . O valor máximo da amplitude de variação ( $10,9^{\circ}\text{C}$ ) verifica-se nos meses de Julho e Agosto, sendo em Dezembro que se verifica o valor mínimo ( $5,8^{\circ}\text{C}$ ).

O número médio de dias do ano com temperaturas mínimas inferiores a  $0^{\circ}\text{C}$  (quadro 7) é de 42, distribuídos ao longo dos meses que vão de Outubro a Maio sendo os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro aqueles em que esses valores se verificam com mais frequência.

O número médio de dias do ano com temperaturas máximas superiores a  $25^{\circ}\text{C}$  é de 37, sendo os meses de Julho e Agosto aqueles em que esses valores mais frequentemente se verificam.

O número médio de dias do ano com temperaturas mínimas superiores a  $20^{\circ}\text{C}$  é de 0,9.

No quadro 2 apresentam-se as médias das temperaturas médias mensais nos diversos períodos em que subdividimos o ano. Os elementos deste quadro revelar-se-ão de interesse quando os cotejarmos com a distribuição das quedas pluviométricas em idênticos períodos, o que faremos na altura própria.

Quadro 2

Média das temperaturas médias mensais nos diversos períodos

Períodos	$\bar{T}$ (°C)
Semestre Outubro-Março	6,0
Semestre Abril-Setembro	14,1
Bimestre Abril-Maio	9,2
Trimestre Julho-Agosto	16,7
Setembro	15,1

#### 1.1.2. Pluviosidade

"Depois da distribuição da temperatura, a distribuição anual da chuva é o factor mais importante para o carácter geral e periodicidade de vegetação"(BRAUN-BLANQUET, 1950).

A pluviosidade é, dos factores condicionadores do meio ambiente, aquele que, pelo seu carácter altamente irregular, tem maior importância para a agricultura, nomeadamente para o conhecimento das condições culturais com que tem de contar-se para a execução das operações de cultivo.

As alturas pluviométricas anuais médias e o regime pluviométrico anual têm grande importância sob o pon

to de vista agrícola, pela abundância ou carência das chuvas nos períodos críticos do ciclo vegetativo das plantas.

A irregularidade da pluviosidade tenta compensar-se pela mobilização do solo e, quando possível, pela rega.

Analisando o quadro 3 verificamos que a precipitação anual média é de cerca de 1 035 mm. O mês mais seco é o de Agosto com uma queda de 13,8 mm e o mais chuvoso o de Novembro com 139,9 mm.

Quadro 3 - Precipitação  
mm

MESES	Total mm	Máxima em 24 h. mm
Janeiro	124,0	60,2
Fevereiro	98,0	79,7
Março	125,6	54,3
Abril	90,8	56,2
Mai	81,9	40,0
Junho	44,7	47,1
Julho	20,0	38,2
Agosto	13,8	25,0
Setembro	56,7	<u>120,2</u>
Outubro	111,5	76,3
Novembro	139,9	67,3
Dezembro	128,5	51,6
Anual	1 035,4	120,2

O número médio de dias de chuva é de 100 (Quadro 7). Não possuímos dados que nos permitam avaliar da forma como caiu essa chuva o que teria interesse pois é sabido que iguais quantidades de chuva produzem efeitos ecológicos diferentes conforme caiem em fortes bátegas, num período de poucas horas, ou em fina e contínua garua, dado que as precipitações muito copiosas são prejudiciais por arrastarem os solos finos e empobrecerem os terrenos.

O mês de Março é mais chuvoso que os de Janeiro e Fevereiro.

Se considerarmos o ano dividido em períodos (Quadro 4), seguindo o processo adaptado por RUY MAYER (1935), verifica-se que existe um semestre (Outubro a Março) em que a queda pluviométrica é de 727,5 mm representando cerca de 71% da queda pluviométrica total anual média - é o semestre húmido.

No semestre Abril-Setembro apenas caiem 307,9 mm de chuva representando cerca de 29% do total - semestre seco.

Tendo em atenção que é exactamente durante o semestre Abril-Setembro que a maioria das plantas consome mais água, dado que é nessa época que se verificam as fases mais importantes do seu ciclo vegetativo como sejam a floração, frutificação e maturação, convém estudar mais

pormenorizadamente a distribuição das chuvas durante este período e assim, seguindo o processo adoptado, consideramos o bimestre Abril-Maio, o trimestre Junho-Agosto e o mês de Setembro.

Quadro 4

Altura pluviométrica nos diferentes períodos considerados e percentagem em relação ao total anual

Períodos	Altura pluviométrica (mm)	Percentagem do total anual
Sem. húmido	727,5	70,6
Sem. seco	307,9	29,4
Bim. Abr. Maio	172,7	16,7
Trim. Jun. Agosto	78,5	7,6
Mês de Setembro	56,7	5,5

No bimestre Abril-Maio verifica-se uma queda pluviométrica média de 172,7 mm equivalente a 16,7% da queda total. No trimestre Junho-Agosto caem 78,5 mm de água correspondendo a 7,6% do total e no mês de Setembro caem 56,7 mm que correspondem a 5,5% do total.

É de notar que só no mês de Novembro cai mais chuva que nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro jun

tos.

No trimestre Junho-Agosto a quebra pluviométrica é insuficiente para satisfazer às necessidades das plantas e, por isso, sempre que possível, é de toda a vantagem recorrer à rega.

### 1.1.3. Evaporação

O seu estudo tem interesse dado que a evaporação e a transpiração têm variações normalmente paralelas muito embora cada planta, devido a diferenças de densidade do suco celular e do conteúdo coloidal, responda de forma distinta aos factores que controlam a evaporação.

A transpiração está, no entanto, tão intimamente relacionada com a evaporação que as medidas de evaporação e de precipitação são utilíssimas como indicadores da economia hídrica das comunidades vegetais. A secura relativa (xerofitismo relativo) do habitat pode ser deduzida da relação entre a água utilizada pelas plantas e a evaporação.

Quanto maior for a secura relativa tanto mais rara será a cobertura do solo, mais escassas as plantas correspondentes a árvores e mais escassas as plantas anuais que persistem durante o verão (BRAUN-BLANQUET, 1950).

O grau de evaporação é o efeito combinado da humidade, vento, temperatura, pressão atmosférica e energia



radiante.

A evaporação determina, em parte, a eficácia da chuva. É menor nas regiões altas e de baixa temperatura e mais elevadas nas baixas e quentes. O grau de cobertura vegetal exerce grande influência na quantidade de água evaporada.

Pela observação dos dados do quadro 5 verifica-se que a evaporação anual média é de 772,2 mm encontrando-se os valores máximos em Julho e Agosto 121,8 e 126,2 mm, respectivamente, e o valor mínimo em Janeiro, 22,4 mm.

Existe um período, que vai de Junho a Setembro, em que a evaporação é superior à queda pluviométrica, o que é de ter em conta quando se trata da actividade agrícola.

#### 1.1.4. Humidade relativa

A humidade relativa depende da humidade absoluta e é afectada pela temperatura, vento, altitude, exposição do solo, natureza e revestimento da superfície do solo, etc.

Existe uma íntima relação entre a humidade e evaporação pois esta depende principalmente da humidade relativa do ar e, portanto, indirectamente, de todos os factores que a condicionam.

Quadro 5 - Humidade relativa e evaporação total

MESES	Humidade re lativa mé- dia (%)	Evaporação total mm
Janeiro	84,3	24,5
Fevereiro	79,7	30,8
Março	76,5	47,4
Abril	72,4	61,3
Maiο	71,4	69,6
Junho	64,7	95,4
Julho	59,6	121,8
Agosto	59,0	126,2
Setembro	66,0	88,2
Outubro	75,7	54,4
Novembro	82,5	31,2
Dezembro	84,5	22,4
ANO	73,0	773,2

A humidade relativa varia na razão inversa das temperaturas pois quanto mais altas estas forem maior a capacidade do ar para a humidade. A vegetação, lançando para a atmosfera grandes quantidades de água, que vai buscar ao solo, vai aumentar a humidade relativa do ar.

Um elevado grau de humidade relativa atenua em parte os efeitos da temperatura sobre as plantas.

A humidade do ar regula a perda de água por transpiração e influi directamente sobre a forma e estrutura dos órgãos vegetais.

Após uma série de experiência, EBERHARDT (1903) demonstrou que o ar húmido favorece o crescimento, retarda a floração e frutificação e suprime os pêlos, e que, pelo contrário, o ar seco retarda o crescimento, acelera a floração e frutificação, favorece em alto grau o desenvolvimento da cobertura pilosa e do sistema radicular e provoca o aumento do número de estomas.

Todos os factores que reduzem a humidade tais como alta temperatura do ar, radiação intensa, ventos fortes, etc., estão acompanhados de um considerável aumento de perda de água.

Pode afirmar-se não haver relação imediata entre humidade e precipitação total.

No quadro 5 pode verificar-se que o valor médio anual da humidade relativa é de 73,1%. Os valores mínimos verificam-se em Agosto (59%) e Julho (59,6%) o que contribui para a elevada evaporação e transpiração verificadas nestes meses. Os valores máximos verificam-se em Dezembro e Janeiro: 84,5% e 84,3%, respectivamente. A amplitude da variação anual é de 17,3%.

### 1.1.5. Ventos

O vento exerce uma acção directa sobre a temperatura, humidade e evaporação.

A acção mecânica e fisiológica do vento manifesta-se por diversas formas. A erosão eólica, a disseminação e distribuição de determinadas espécies vegetais, o dessecamento das plantas, a deformação de árvores e arbustos, atestam apenas alguns dos aspectos dessas acções.

Observando o quadro 6 vê-se que a acção do vento W é a que mais se faz sentir seguindo-se, por ordem decrescente, os de NE e NW.

A primavera, bastante ventosa, tem a vantagem de contrariar a formação das geadas e contribui para facilitar a polinização.

É no Outono que a frequência da "calma" é maior, sendo o vento predominante o de W seguido do NE e NW.

O mês mais ventoso é o de Abril e o mais "calmo" o de Outubro (quadro 7).

O número de dias com vento forte,  $\geq 36$  km/h, é de 66; com vento muito forte  $\geq 55$  km/h, há, em média, 23 dias.

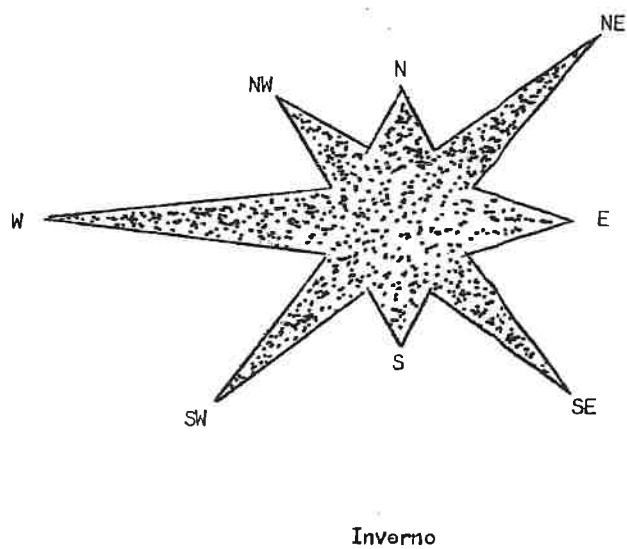
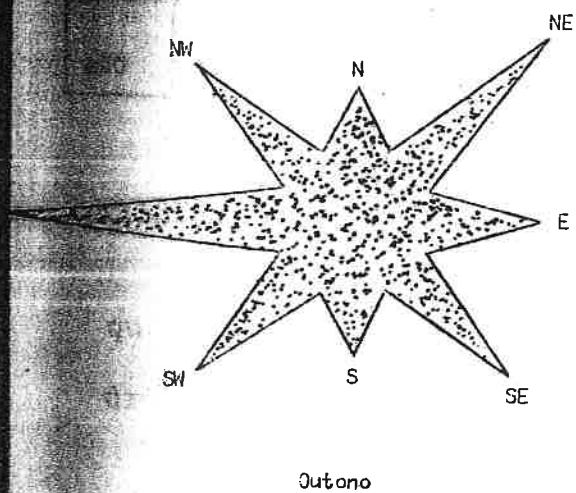
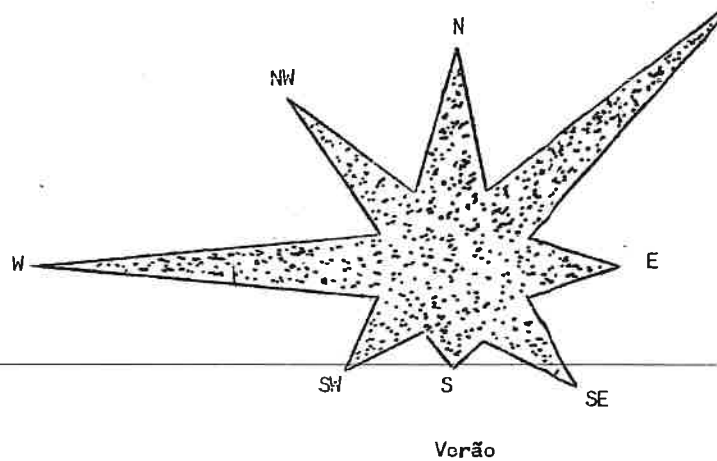
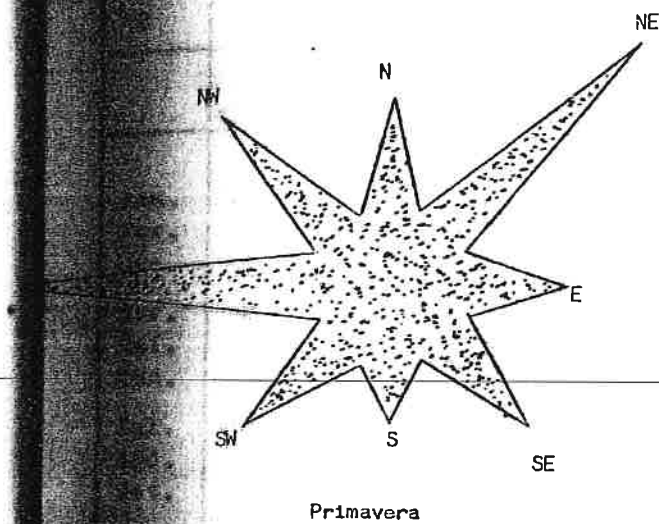
A região pode considerar-se como bastante ventosa. Eterno cantador de árias nos salgueirais de Barroso, assim lhe chamou um grande escritor contemporâneo (FERREIRA de CASTRO, 1940).

Quadro 6 - Frequência dos ventos

MESES	N	NE	E	SE	S	SW	W	NW	C	V. média (km/h)
Janeiro	6,6	11,7	7,1	8,7	4,9	11,8	15,1	9,0	17,5	18,5
Fevereiro	5,7	11,7	7,6	8,4	4,3	8,2	15,2	7,9	15,8	16,2
Março	4,9	11,7	7,7	14,3	7,2	13,7	15,3	6,7	10,8	18,1
Abril	8,0	13,5	7,4	10,0	5,7	10,6	17,0	10,2	7,4	17,3
Maio	8,4	13,7	5,6	7,8	6,2	9,2	18,1	12,0	9,3	13,8
Junho	8,6	17,4	8,3	7,6	5,2	6,6	18,0	8,5	10,1	10,6
Julho	11,6	17,4	6,7	6,9	4,1	5,4	19,8	12,1	8,4	10,6
Agosto	9,9	18,2	6,9	7,6	4,1	5,8	17,8	10,5	12,4	10,0
Setembro	6,9	14,1	6,5	8,2	5,3	7,8	15,6	7,6	17,4	9,9
Outubro	5,2	11,8	6,5	9,8	7,4	9,5	14,5	8,8	18,4	11,0
Novembro	5,3	11,3	7,2	9,8	5,8	8,9	16,7	9,6	15,7	14,4
Dezembro	6,8	11,3	9,8	8,8	4,4	9,3	15,7	10,1	16,7	16,6
A N O	87,9	163,8	87,3	107,9	64,6	106,8	198,8	113,0	159,9	13,9

A dominância dos ventos nas diferentes estações pode observar-se através do diagrama apresentado.

DIAGRAMA REPRESENTATIVO DA DOMINÂNCIA DOS VENTOS





Quadro 7 - Número médio de dias, por ano, em que se observaram os seguintes valores:

Número de dias de									
Temperatura do ar			Velocidade do vento		Nebulosidade		Precipitação		
T			f		N		R		
Min. < 0°C	Máx. > 25°C	Min. > 20°C	f ≥ 36 km/h	f ≥ 55 km/h	N ≥ 8,0	N ≤ 2,0	R ≥ 0,1 mm	R ≥ 1 mm	R ≥ 10 mm
10,9	0,0	0,0	9,5	4,7	13,5	5,9	17,0	12,9	4,4
9,8	0,0	0,0	7,4	3,6	10,5	8,4	13,6	9,1	3,1
5,5	0,0	0,0	8,6	3,0	13,3	7,9	15,4	13,1	4,4
2,7	0,1	0,0	8,1	2,0	10,8	7,1	14,1	10,4	3,2
0,4	1,1	0,0	5,4	0,8	11,7	5,3	14,0	9,8	2,9
0,0	6,5	0,0	1,9	0,3	4,9	11,9	8,7	6,3	1,4
0,0	11,8	0,4	1,5	0,2	2,4	16,2	4,9	3,6	0,5
0,0	12,7	0,5	1,4	0,1	3,4	14,6	4,5	2,7	0,3
0,0	4,9	0,0	2,1	0,4	7,3	9,9	8,9	6,1	1,7
0,3	0,5	0,0	4,1	1,5	9,7	7,0	15,0	9,7	3,5
3,3	0,0	0,0	6,5	2,3	11,5	6,2	16,8	12,6	4,6
9,1	0,0	0,0	9,3	4,1	13,1	5,5	17,1	13,2	4,4
42,0	37,6	0,9	65,8	23,0	112,1	105,9	150,0	109,5	34,4

### 1.1.6. Nebulosidade

O número de dias com céu encoberto é um pouco maior que o número de dias em que este se apresenta limpo (quadro 7).

É bastante grande o número de dias com céu encoberto.

O maior valor da nebulosidade média verifica-se em Novembro e o menor em Julho.

1.1.7. Outros elementos climáticos

Quadro 8 - Número médio de dias, por ano, em que se observaram os seguintes meteoros

MES	Número de dias								
	Chuva	Neve	chu- visco	Grani- zo- Sarai- va	Tro- voa- da	Nevo- eiro	Geada	Solo cober- to de neve	Orva lho
Janeiro	10,2	3,8	3,0	0,6	0,3	6,4	4,9	0,7	0,0
Fevereiro	8,3	3,8	2,7	1,1	0,5	4,1	6,0	0,3	0,0
Março	11,1	3,2	3,5	0,7	0,4	1,9	6,1	0,2	0,1
Abril	9,5	2,3	2,9	0,8	0,8	1,1	5,0	0,0	0,1
Mai	12,2	0,4	3,3	0,3	2,0	1,7	2,4	0,0	0,3
Junho	6,7	0,0	1,4	0,2	2,9	1,6	0,4	0,0	7,7
Julho	3,4	0,0	1,0	0,1	1,2	1,2	0,5	0,0	11,5
Agosto	2,9	0,0	1,2	0,0	1,1	1,0	0,4	0,0	6,7
Setembro	5,9	0,0	2,2	0,0	1,2	1,6	1,4	0,0	4,0
Outubro	8,2	0,2	3,5	0,1	0,5	2,5	4,6	0,0	2,6
Novembro	10,5	1,3	4,0	0,2	0,2	5,0	8,8	0,0	0,1
Dezembro	10,5	2,8	3,7	0,7	0,4	6,2	7,1	0,1	0,0
ANO	99,4	17,8	32,4	4,8	11,5	34,3	47,6	1,3	33,1

Os números apresentados no quadro 8 quase dispensam comentários. Daremos, no entanto, relevo especial a dois dos fenómenos meteorológicos nele indicados pela influência que exercem sobre o condicionamento das culturas agrícolas e actividades locais.

Referímo-nos à neve e à geada.

Dada a época em que cai, não pode considerar-se prejudicial a acção da neve sobre as plantas cultivadas antes, pelo contrário, actuando como elemento regulador, pro

tege as espécies pratenses e culturas outono-invernais da acção nefasta das geadas.

O adágio popular assim o confirma: "ano de nevão é ano de pão".

Por outro lado, porém, criando graves problemas de circulação, impedindo ou dificultando a apascentamento dos gados e as comunicações com o mundo exterior e isolando os povoados, provoca, muitas vezes, transtornos graves que se refletem na economia da região. Como é nossa intenção retornar ao assunto, apenas referiremos, por agora, o facto de coincidirem as épocas de maiores nevadas com o período em que é habitual transaccionar-se o único produto cultivado na região com verdadeiros intúitos de comercialização - a batata.

Por efeito das nevadas muitas vezes se perde a melhor, quando não a única, oportunidade de venda.

Observando o quadro 8 vê-se que o número médio de dias em que neva é de 18 e que o número de dias com o solo coberto de neve é de 1,3.

Estes números devem ser tomados com a necessária reserva pois, como refere FERREIRA (1941), dado que não há aparelhos registadores destes valores climáticos, não pode, em geral, atribuir-se grande importância aos valores destes números de dias.

A propósito refere que em Montalegre, no inverno de 1914-15, nevou 42 dias.

Podemos também afirmar que há ocasiões em que a neve cobre o solo durante 15 dias e mais, como nos últimos anos se tem verificado mais que uma vez.

A geada é, de todos os meteoros, o que ocasiona mais prejuízos na região. É a geada que impõe condições limitantes a muitas culturas. Aparece em todos os meses do ano (quadro 8) muito embora seja mais frequente durante os meses de inverno. As que se formam a partir de Abril-Maio são as mais prejudiciais e não raro provocam grandes estragos em searas e batatais.

Já tivemos oportunidade de ver batatais completamente destruídos pela geada em pleno mês de Agosto.

## 1.2. - Classificação do clima

O tipo de clima de determinada região resulta da combinação dos elementos climáticos principais e secundários com os vários factores geográficos.

DALGADO (1914) (cit. FERREIRA, 1941) divide o País em cinco regiões climáticas e inclui Montalegre na primeira dessas regiões (região atlântica do norte).

São muitas as classificações climáticas a que pode recorrer-se para definir o clima de uma região. Apresen

taremos apenas as mais frequentes, dando relevo à classificação racional de THORNTHWAITTE.

### 1.2.1. - Classificações Clássicas

Segundo estas classificações, o clima pode caracterizar-se de acordo com o quantitativo dos vários elementos climáticos. Assim, temos:

#### a) classificação baseada na temperatura média anual ( $\bar{T}$ )

Quente	$\bar{T} > 20^{\circ}\text{C}$
Temperado	$10^{\circ} < \bar{T} < 20^{\circ}\text{C}$
Frio	$0^{\circ} < \bar{T} < 10^{\circ}\text{C}$
Glacial	$\bar{T} < 0^{\circ}\text{C}$

#### b) Classificação baseada na amplitude da variação anual da temperatura ( $\bar{a}$ )

Continental	$\bar{a} > 20^{\circ}\text{C}$
Moderado ou regular	$10^{\circ} < \bar{a} < 20^{\circ}\text{C}$
Oceânico	$\bar{a} < 10^{\circ}\text{C}$

#### c) Classificação baseada na precipitação anual média (R)

Desértico	$R < 125 \text{ mm}$
Árido	$125 < R < 250 \text{ mm}$
Semi árido	$250 < R < 500 \text{ mm}$

Moderadamente chuvoso	$500 < R < 1\ 000\ \text{mm}$
Chuvoso	$1\ 000 < R < 2\ 000\ \text{mm}$
Excessivamente chuvoso	$R > 2\ 000\ \text{mm}$

d) Classificação baseada na humidade relativa média anual ( $\bar{U}$ )

Muito seco	$\bar{U} < 55\%$
Seco	$55\% < \bar{U} < 75\%$
Húmido	$75\% < \bar{U} < 90\%$
Muito húmido	$\bar{U} > 90\%$

Segundo estas classificações, o clima de Montalegre é: frio, moderado, chuvoso e seco, uma vez que  $\bar{T} = 9,9^{\circ}\text{C}$ ,  $\bar{a} = 14^{\circ}\text{C}$ ,  $R = 1\ 035\ \text{mm}$  e  $\bar{U} = 73,1\%$ , respectivamente.

Como se verifica, estas classificações têm um interesse muito limitado uma vez que apenas consideram cada um dos elementos climáticos de per si.

1.2.2. - Outras Classificações do Clima

Nas classificações que vamos apresentar a seguir o tipo de clima é definido por meio de índices climáticos que relacionam entre si dois elementos do clima.

Apresentaremos o índice de TRANSEAU (P/E), o coeficiente hidrotérmico de LANG(P/T); o índice de aridez de



DE MARTONNE( $P/(T + 10)$ ) e o do coeficiente de KOPPEN (R),  
onde:

P = precipitação anual média

E = evaporação anual média

T = temperatura anual média

R =  $T + 22$  (chuva principalmente no inverno)

Relativamente a Montalegre os valores dos índices  
e a respectiva classificação, acham-se agrupados no quadro  
9.

Quadro 9 - Classificação do clima segundo os  
índices propostos

Índice	Valor	Classifi- cação
P/E	1,34	húmido
P/T	104,6	húmido
P/(T+10)	52,0	húmido
R	31,9	húmido

Como se vê (quadro 9) todas as classificações pro-  
postas indicam que o clima de Montalegre deve classificar-  
-se como húmido.

Assim, é húmido por ser:  $P/E > 1$ ,  $P/T > 40$ ,  $P/(T+10) > 40$  e  
 $R < P$  (em cm), respectivamente.



### 1.2.3. - Classificação Racional de THORNTHWAITE

Nesta classificação, o autor introduz o conceito da evapotranspiração que abrange os fenómenos da evaporação directa da água do solo e da cedência, para a atmosfera, da água absorvida pelas plantas.

É no estudo da evapotranspiração e na variação da evapotranspiração e da precipitação, ao longo do ano, que se baseia a classificação racional de THORNTHWAITE.

Assim, a possibilidade de estudar a mobilização da água no solo, as perdas por transpiração e as deficiências ou excessos estacionais, dá a esta classificação bastante valor ecológico.

Para estabelecer o tipo climático que, segundo esta classificação, corresponde a Montalegre, começou por determinar-se o valor do índice térmico anual (I) e, com base no valor de I, os valores da evapotranspiração potencial (quadro 10).

A partir dos valores mensais da evapotranspiração potencial e das respectivas quedas pluviométricas, calculou-se o balanço hídrico (quadro 11), ficando assim determinados os valores da evapotranspiração real e ainda, os meses em que há equilíbrio, excesso ou déficit de água.

Uma vez determinado o balanço hídrico calculou-se o índice de aridez, o índice de humidade e hídrico, obtendo-se os seguintes valores:

$$\text{índice de aridez } (I_a) = 20,9$$

$$\text{índice de humidade } (I_{hu}) = 110,2$$

$$\text{índice hídrico } (I_h) = 97,7$$

Quadro 10 - Índices térmicos e evapotranspiração potencial

Meses	Valores de $i$ (índices térmicos mensais)	Evapotranspiração Potencial (mm)	
		S/ajustes	ajustada
Janeiro	0,71	12,3	10,1
Fevereiro	0,88	15,4	12,8
Março	1,45	22,0	22,7
Abril	2,08	30,0	33,6
Maió	3,12	41,5	52,3
Junho	5,38	66,0	83,8
Julho	6,66	80,0	102,4
Agosto	6,95	82,0	97,6
Setembro	5,44	66,5	69,2
Outubro	3,44	45,0	42,8
Novembro	1,59	24,0	19,7
Dezembro	0,85	14,2	11,2
	(I)		
ANO	38,55	498,9	558,2

MESES	Evapotranspiração potencial ajustada (mm)	Precipitação (mm)	Variação do armazenamento de água (mm)	Armazenamento de água (mm)	Evapotranspiração real (mm)	Deficiência de água (mm)	Excesso de água (mm)	Relação de umidade
Jan.	10	124	0	100	10	-	114	11,4
Fev.	13	98	0	100	13	-	85	6,5
Mar.	23	126	0	100	23	-	103	4,5
Abr.	34	91	0	100	34	-	57	1,7
Mai.	52	82	0	100	52	-	30	0,1
Jun.	84	45	-39	61	84	-	-	-0,5
Jul.	102	20	-61	0	81	21	-	-0,8
Ago.	98	14	0	0	14	84	-	-0,9
Set.	69	57	0	0	57	12	-	-0,2
Out.	43	112	69	69	43	-	-	1,6
Nov.	20	140	31	100	20	-	109	6
Dez.	11	129	0	100	11	-	118	10,7
ANO	559	1038	-	-	442	117	616	-

Sabido que a concentração térmica estival é da ordem dos 50,8%, ficamos de posse dos elementos necessários para poder concluir que o tipo climático que, segundo esta classificação corresponde a Montalegre, pode ser definido como sendo da forma:  $B_4C'_2sb'_4$ . Em que:

$B_4$  - Húmido, por ser  $80 < I_h < 100$

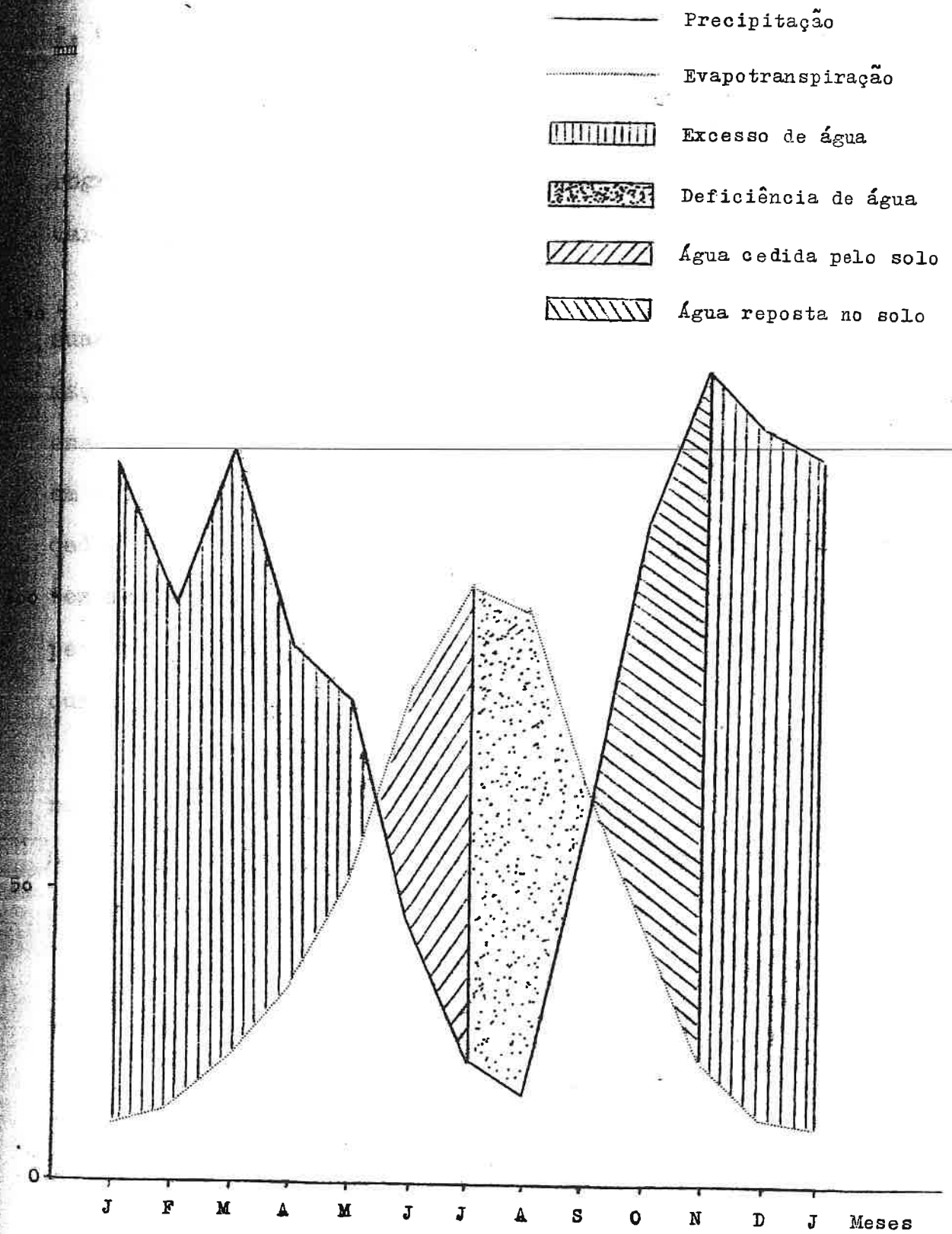
$C'_2$  - Microtérmico, visto  $427 < E.p. < 570$

S - Deficiência moderada de água no verão, uma vez que  $16,7 < I_a < 33,3$

$b'_4$  - Concentração térmica estival compreendida entre 48% e 51,9%

No gráfico número 1 figura a representação do balanço hídrico do posto de Montalegre.

GRÁFICO 1  
Balanco Hídrico



## 2. O Solo

Embora sumariamente, já referimos os aspectos orográficos, hipsométricos e hidrográficos que podem observar-se na área da freguesia.

Faremos agora algumas considerações acerca das suas características geológicas e agrológicas. A única formação geológica que se encontra é a de Rochas Plutónicas, essencialmente constituída por granitos que, ora aparecem em afloramentos dispersos de formas mais ou menos arredondadas (na parte planáltica), ora irrompem em impressionantes massas contínuas, surgindo-nos com os mais variados aspectos, quer formando morros enormes, monolíticos, talhados quase a pique, quer apresentando um recorte variado.

Como não existe a Carta de Solos da região, apenas faremos ligeiras referências aos aspectos pedológicos mais salientes e que se torna possível observar na freguesia.

Os solos derivados de granitos são, por via de regra, solos pouco férteis, de textura ligeira arenosa ou franco-arenosa, pobres em fósforo e cálcio.

Em virtude da natureza da rocha mãe e das condições climáticas regionais, os solos, nos terrenos da freguesia



sia, variam principalmente com a fisiografia.

Assim, em grande parte do planalto da Mourela, de um modo geral encontram-se "solos normais" que, embora de espessuras efectivas variáveis, podem considerar-se de aptidão agrícola - especialmente nas baixas onde apresentam óptimas condições para a cultura pratense, como aliás se verifica pela boa densidade dos pastos espontâneos que nelas se encontram.

No extremo do planalto, à volta da povoação, surgem os terrenos cultivados, apresentando o solo diferentes espessuras de acordo com o declive. Nas zonas de encosta de declive mais acentuado depara-se com solos de espessura reduzida onde, das culturas efectuadas na região, apenas o centeio consegue encontrar condições de vegetação. Nos terrenos situados em zonas mais planas os solos apresentam maior espessura, são mais frescos, e é nesses que se cultiva a batata alternando com o centeio ou, nos mais espessos ou com pior drenagem, apenas a batata.

Junto das linhas de água encontram-se solos de aluviões, bastante profundos, areno-humíferos, normalmente mal drenados e muitas vezes turfosos, nos quais se implanta a quase totalidade dos lameiros.



## CAPÍTULO II

### População e modos de vida

No presente capítulo propomo-nos falar da gente que se agita, luta e anseia e exerce a sua actividade - nu na palavra, vive - no seio do meio físico cujo esboço ten tamos nas páginas anteriores.

Achamos ser este um aspecto de fundamental impor tância uma vez que é através do estudo da população que constitui determinado agrupamento humano, enquadrado em dado espaço geográfico - pela análise das suas estruturas, das suas capacidades, da sua energia criadora, dos seus há bitos, das suas tendências, da sua herança cultural - que poderá chegar-se à compreensão das determinantes das li- nhas de rumo das suas actividades e, até mesmo, à previsão da sua evolução futura.

## 1. Alguns factos demográficos

De acordo com a orientação definida procuraremos, em primeiro lugar, analisar alguns dos aspectos demográficos caracterizadores da população em causa. Com a finalidade de poder fazer-se uma melhor apreciação destes aspectos, os elementos obtidos ao nível da freguesia serão comparados com os respeitantes a regiões mais vastas nas quais aquela se acha enquadrada.

### 1.1. População presente e evolução numérica

Segundo o recenseamento de 1950 a população presente na freguesia de Pitões era de 480 indivíduos com a seguinte repartição por sexos: 217 varões e 263 fêmeas.

Dado o interesse que tem a evolução da população ao longo do tempo apresentamos o quadro 12, elaborado a partir dos recenseamentos periódicos da população, por intermédio do qual pode acompanhar-se a evolução da população presente, na freguesia de Pitões, no concelho de Montalegre, no distrito de Vila Real e no Continente, desde 1900 até 1950.

Quadro 12 - Evolução da população presente  
de 1900 a 1950

Divisão Administrativa	1900	1911	1920	1930	1940	1950
Freguesia de Pitões	556	489	475	468	453	480
Concelho de Montalegre	20596	21820	20003	20730	24344	29535
Município de Vila Real	242196	245547	235499	253994	289114	317372
TOTAL DO TERRITÓRIO	5016267	5547708	5621977	6360347	7185143	7856913

Fonte: INE

A análise deste quadro permite-nos concluir que, na freguesia, a população presente veio a diminuir desde 1900 até 1940 apresentando no decénio de 1941-50 um ligeiro aumento que, todavia, não foi suficiente para compensar a diminuição anteriormente verificada.

Para melhor avaliar das flutuações da população ao longo de meio século que vai de 1900 a 1950 apresentamos o quadro 13 no qual se substituíram os valores dos recenseamentos pelos respectivos índices, estabelecidos tomando como base o recenseamento de 1900 a cujos valores se

atribuiu o índice 100. Estes índices facultam-nos uma mais nitida percepção não só das flutuações populacionais ao longo do tempo como também dos aspectos relativos que este facto assume nos espaços geográficos considerados.

Quadro 13 - Índices de evolução da população

Divisão Administrativa	1900	1911	1920	1930	1940	1950
Freguesia de Pitões	100	87,9	85,4	84,2	81,5	86,3
Concelho de Montalegre	100	105,8	97,1	100,6	118,2	143,4
Distrito de Vila Real	100	101,4	97,2	104,9	119,4	131,0
CONTINENTE	100	110,6	112,1	126,8	143,2	156,6

Fonte: I.N.E.

No quadro 13 vê-se que os índices correspondentes à freguesia apresentam sempre valores inferiores ao índice base. Em contrapartida, no concelho e no distrito verificam-se acréscimos populacionais em todos os decénios excepto no de 1911-20 que acusa um certo decréscimo.

No Continente surgem acréscimos graduais ao longo do tempo apenas se notando um certo estacionamento no

decénio de 1911-20, decénio durante o qual ocorreu a 1.<sup>a</sup> grande guerra e se verificou o surto de gripe pneumónica, factos em que devem radicar-se os estacionamentos e decréscimos populacionais verificados por essa época.

Para o período considerado, enquanto as percentagens que medem o acréscimo populacional são da ordem dos 67% no Continente, 37% no distrito e 43% no concelho, ao nível da freguesia verifica-se um decréscimo de 14%.

São assim por demais evidentes as características de atrofia populacional da freguesia. Com uma taxa de regressão da ordem dos 14% surge-nos como um conjunto falho de vitalidade.

As causas devem procurar-se nas circunstâncias inibidoras da plena realização do indivíduo, definidas por um meio agreste e isolado gerador de mal estar económico, que leva parte dos habitantes a procurar meios de vida noutras regiões.

## 1.2. Densidade da população

Ao conceito de densidade anda ligada a noção de povoamento. No entanto, a relação da população com a superfície do território por ela ocupado só muito imperfeitamente nos informa do estado de povoamento.

As actividades a que se dedica a população e os

aspectos qualitativos que a caracterizam e, bem assim, a riqueza produzida, são factos que se torna necessário ter em consideração para que se concretize a ideia do óptimo de povoamento de um dado espaço geográfico.

Com efeito, em regiões diversas, valores idênticos de densidade podem corresponder a estados de povoamento muito diferentes, assim como estados de povoamento semelhantes podem resultar de densidades distintas.

No entanto, muito embora afectado por estes condicionamentos, o conceito de densidade geográfica da população ganha significado quando se trate de confrontar estruturas demográficas de regiões afins.

Observando o quadro 14 vê-se que a densidade é na freguesia de 14,3 habitantes por quilómetro quadrado, marcadamente inferior à verificada no concelho de Montalegre onde é de 37,7 hab/km<sup>2</sup>.

Se tivermos em consideração que se trata de regiões agrícolas de feição idêntica, o confronto estabelecido assume um aspecto ainda mais significativo.

O valor da densidade na freguesia ainda fica mais diminuído se o compararmos com o equivalente no distrito ou no Continente. No Continente o número de habitantes por quilómetro quadrado é cerca de seis vezes maior que na freguesia.



Quadro 14 - Densidade da população

Divisão Administrativa	População presente (1950)	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade (Hab/km <sup>2</sup> )
Freguesia de Pitões	480	33,71	14,3
Concelho de Montalegre	29535	782,04	37,7
Distrito de Vila Real	317372	4238,20	74,9
CONTINENTE	7856913	88819,04	88,5

Fonte: I.N.E.

No que respeita ao concelho e à freguesia, a existência de grandes áreas baldias deve, em parte, andar ligada às baixas densidades encontradas.

### 1.3. Movimentos naturais da população

A constante renovação que se verifica numa população é função dos dois movimentos naturais - natalidade e mortalidade. Da conjugação destes dois factores resulta o saldo fisiológico que nos dá a medida dessa renovação. A análise dos movimentos naturais de um agrupamento demográfico fornece-nos elementos capazes de nos permitir avaliar das suas potencialidades.

Para apreciar a ocorrência destes factos demográficos, no tempo e no espaço, torna-se vantajoso exprimi-



los por meio de taxas.

Nos quadros 15, 16 e 17 apresentam-se as taxas de natalidade, de mortalidade e do saldo fisiológico, nos decénios de 1931-40, 41-50 e 51-60, do concelho, distrito e continente, obtidas a partir de elementos colhidos nos Anuários Demográficos publicados pelo INE.

Em relação à freguesia apenas dispomos dos elementos referentes ao decénio de 1951-60 obtidos por consultas feitas no Livro de Registo Paroquial e na Repartição do Registo Civil de Montalegre.

No quadro 15 observa-se que tanto no concelho como no distrito, no decénio de 1951-60, os valores da natalidade têm vindo a diminuir, de forma idêntica ao que se verifica no Continente.

Para o decénio de 1951-60 a taxa média anual de natalidade da freguesia (30,7) é um pouco superior à do concelho (29,7), idêntica à do distrito (30,8) e bastante mais elevada que a do Continente (24,2). A taxa média anual de mortalidade, quadro 16, é menor na freguesia que no concelho onde é menor que no distrito, aproximando-se da verificada no Continente; os valores encontrados são, respectivamente, 11,8, 12,9, 14,9 e 11,7.

Observando o quadro 17 constata-se que a taxa média anual do saldo fisiológico na freguesia, com um va-

QUADRO 15

TAXAS DE NATALIDADE NOS DECENIOS DE 1931/40, 41/50 e 51/60

	População presente em 1930	Nados-vivos em 1931/940	Taxa média anual de natalidade (‰)	População presente em 1940	Nados-vivos em 1941/950	Taxa média anual de natalidade (‰)	População presente em 1950	Nados-vivos em 1951/960	Taxa média anual de natalidade (‰)
Município de Pitões	-	-	-	-	-	-	480	148	30,7
Município de Montalvo	20 730	6 665	32,2	24 344	7 966	32,7	29 535	8 793	29,7
Município de Vila Real	253 994	83 755	32,9	289 114	93 553	32,3	317 372	97 792	36,8
TOTAL	6360 347	1857 366	29,2	7 185 143	1 860 238	25,9	7 856 913	1 902 573	24,2

QUADRO 16

TAXAS DE MORTALIDADE NOS DECENIOS DE 1931/40, 41/50 e 51/60

	População presente em 1930	Nados-mortos em 1931/940	Taxa média anual de mortalidade (‰)	População presente em 1940	Nados-mortos em 1941/950	Taxa média anual de mortalidade (‰)	População presente em 1950	Nados-mortos em 1951/960	Taxa média anual de mortalidade (‰)
Município de Pitões	-	-	-	-	-	-	480	57	11,8
Município de Montalvo	20 730	3 959	19,1	24 344	4 467	18,3	29 535	3 838	12,9
Município de Vila Real	253 994	49 065	19,3	289 114	55 646	19,2	317 372	47 247	14,9
TOTAL	6 360 347	1 101 345	17,3	7 185 143	1 091 373	15,2	7 856 913	917 000	11,7

QUADRO 17

TAXA DOS SALDOS FISIOLÓGICOS NOS DECENIOS DE 1931/40, 41/50 e 51/60

	População presente em 1930	Saldos fisiológicos em 1931/1940	Taxa média anual dos saldos fisiológicos (‰)	População presente em 1940	Saldos fisiológicos em 1941-1950	Taxa média anual dos saldos fisiológicos (‰)	População presente em 1950	Saldos fisiológicos em 1951/1960	Taxa média anual dos saldos fisiológicos (‰)
Município de Pitões	-	-	-	-	-	-	480	91	18,9
Município de Montalvo	20 730	2 706	13,0	24 344	3 499	14,4	29 535	4 955	16,8
Município de Vila Real	253 994	34 690	13,6	289 114	37 907	13,1	317 372	50 545	15,9
TOTAL	6360 347	756 021	11,9	7 185 143	768 866	10,7	7856913	985 573	12,5

lor de 18,9, é superior à verificada no concelho onde, por sua vez, é maior que no distrito e neste que no Continente.

Pela simples interpretação das taxas do saldo fisiológico conclui-se que a população da freguesia tende a aumentar a ritmo mais acelerado que a do concelho, distrito ou Continente. No entanto, como veremos, o saldo fisiológico não é suficiente para compensar o contingente emigratório, do que tem resultado a diminuição da população.

#### 1.4. Emigração

Muito embora o saldo fisiológico nos dê a medida da renovação natural da população, os saldos populacionais são condicionados pelos movimentos migratórios.

No caso da freguesia de Pitões, um condicionamento geográfico-económico desfavorável, tem levado os habitantes a lançarem-se abertamente na emigração.

Os elementos apresentados no quadro 18 permitem-nos verificar a ocorrência deste facto no decénio de 1951-60. Os dados respeitantes à freguesia foram obtidos na C.M. de Montalegre e os restantes nos Boletins da Junta de Emigração.

Quadro 18 - Emigração no decénio 1951 - 60

Divisão Administrativa	Emigrantes em 1951 - 60	% em relação à população presente em 1950	% em relação aos saldos fisiológicos (1951-1960)
Freguesia de Pitões	109	22,7	120
Concelho de Montalegre	1566	5,3	32
Distrito de Vila Real	18716	5,8	37
CONTINENTE	271965	3,4	28

Para esse período, em relação à freguesia, a frequência emigratória média anual apresenta o valor de 22,7, cerca de quatro vezes maior que o do concelho e sete vezes maior que o do Continente.

Se tivermos em conta que esse contingente de emigrantes representa 120% do saldo fisiológico verificado no mesmo período, logo se vê a medida em que está a processar-se o despovoamento da freguesia, despovoamento esse agravado pelo facto de serem quase sempre os indivíduos mais aptos aqueles que emigram.

A corrente emigratória do concelho dirige-se principalmente para o continente Americano, 68% dos emigrantes vão para o Brasil e 20 % para os Estados Unidos da Amé

rica do Norte. Os emigrantes da freguesia dirigiram-se to  
dos para o Brasil.

Esta emigração começou a acentuar-se quando alguns naturais de Pitões e residentes em Lisboa, onde exerciam a profissão de "cortadores" , emigraram para S. Paulo e aí se estabeleceram no exercício da mesma profissão. A notícia do sucesso destes atraiu outros e, uns melhor outros pior, todos ou quase todos se dedicam ao comércio de carnes. Revelando um alto espírito de solidariedade, os que já estão estabelecidos auxiliam os que chegam, instruem-nos nos segredos da profissão e ajudam-nos a singrar. Depois de um período em que é posta à experiência a capacidade do recém-chegado, se este revela possuir qualidades, os que se encontram em melhor situação económica facultam-lhe o capital necessário para que possa estabelecer-se por conta própria.

Àqueles que não se mostram capazes de adaptar-se às novas condições de vida aconselham o regresso e chegam muitas vezes a cotizar-se para lhe comprar a passa  
gem.

### 1.5. Instrução

A qualidade de uma população no seu aspecto intelectual, o seu grau de cultura, permitem-nos avaliar da sua capacidade de valorização, da sua receptividade a técnicas e fórmulas de progresso. Populações instruídas são sempre populações aptas a melhor utilizar os recursos de que dispõem e deles tirar o melhor proveito.

Em Portugal costuma utilizar-se o índice de analfabetismo para caracterizar o grau de instrução de uma população.

Quadro 19 - Taxas de analfabetismo na população maior de 7 anos

1950

Divisão Administrativa	População presente (maior de 7 anos)	Não sabiam ler	Taxa de analfabetismo
Freguesia de Pitões	418	286	68,4
Concelho de Montalegre	24546	12316	50,2
Distrito de Vila Real	263585	118458	44,9
CONTINENTE	6724102	2707727	40,3



Em relação a este aspecto pode verificar-se (quadro 19) que o panorama apresentado pela população da freguesia é desolador. É conflagradora a situação de inferioridade de uma população em que 68% das pessoas maiores de 7 anos ainda continuam mergulhadas nas trevas do analfabetismo. As suas possibilidades de valorização profissional e humana são decisivamente coarctadas por este facto.

#### 1.6. População activa e classes de actividade

---

Não dispondo de elementos estatísticos respeitantes à freguesia, analisaremos estes aspectos ao nível do concelho no qual está integrada. Pelo conhecimento que temos da região supomo-nos autorizados a afirmar que, no seu aspecto geral, o panorama apresentado pelo concelho é muito semelhante ao da freguesia, dada a identidade de processos e meios de vida das respectivas populações.

No quadro 20 indica-se a repartição da população activa pelos três sectores de actividade económica. A população do concelho de Montalegre apresenta-se com uma estrutura profissional onde avultam grandemente as actividades primárias e a fraca representatividade das englobadas nos sectores secundário e terciário. O mesmo se verifica no distrito de Vila Real.



Quadro 20 - Repartição da população activa pelos sectores da actividade económica (em percentagens)

1950

Divisão	S E C T O R E S		
	Primário	Secundário	Terciário
Administrativa			
Concelho de Montalegre	76	10	14
Distrito de Vila Real	72	11	17
CONTINENTE	49	24	27

Fonte: INE

Com 76% da população activa no sector primário, o concelho de Montalegre deve ser classificada como de tipo "agrícola", de acordo com a classificação dos espaços económicos proposta por PIERRE GEORGE.

No concelho, a repartição porcentual da população activa exercendo actividades primárias pelos diversos ramos de actividade é a seguinte: agricultura e pecuária 91,4%, indústrias extractivas 8,5%; silvicultura, caça e pesca 0,09%.

Conclui-se, portanto, que a agricultura é, de longe, o ramo de actividade mais importante.

### 1.7. Estrutura da população activa agrícola

Passaremos agora a analisar a estratificação social da população activa agrícola. Reportando-nos às considerações que fizemos no parágrafo anterior, faremos a apreciação em relação ao concelho.

Segundo o esquema proposto por CASTRO CALDAS & LOUREIRO (1963) apresentamos os quadros 21 e 22. No quadro 21 considera-se a situação da população activa agrícola em face da propriedade da terra e no quadro 22 representa-se a situação da população activa agrícola em face da empresa agrícola.

Em face da propriedade da terra, a população activa agrícola do concelho situa-se em posição mais favorável que a que se verifica no distrito.

Com 43% do total na categoria de proprietários, 10% na de rendeiros e outros empresários, e 47% na de trabalhadores por conta de outrem, verifica-se ser bastante representativo o número dos que têm "acesso à terra". Além disso, deve notar-se que grande parte dos incluídos no grupo dos trabalhadores por conta de outrem é também possuidora de terra, pouca embora, mas que sempre lhes permite produzir o centeio e as batatas que irão servir de complemento ao salário na garantia de subsistência do agrega

Divisão Administrativa	Isolação dos proprietários		Possesões familiares		Total		Porcentagem		Total		Total					
	patrimônios próprios	Isolação dos proprietários	Possesões familiares	Possesões familiares	Total	%	proprietários	%	Total	%	Total	%				
Concelho	791	1315	1013	334	34	306	11	10	707	10	508	2906	11	3645	47	7285
Distrito	8009	12977	7933	3062	137	1955	76	7	6083	7	2788	43365	99	46522	57	81524
CONTINENTE	106368	196944	116053	66634	5164	42309	1636	10	144280	10	69195	772824	3645	845664	60	1409309

FONTE: INE

QUADRO 22

ESTRUTURA SOCIAL DA POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA  
(Situação na profissão)

1950

Divisão Administrativa	CLASSE PATRONAL		CLASSE DOS TRABALHADORES FAMILIARES				CLASSE DOS ASSALARIADOS		Número do assalariados por patrão							
	Patrimônios próprios	Patrimônios	Isolação dos proprietários	Isolação dos proprietários	Possesões familiares	Não remunerados	Empregados	Total		Total						
Concelho	791	56	11	1315	334	34	1319	11	3013	41,4	508	2906	3414	46,8	7285	3,9
Distrito	8009	853	76	12977	3062	137	9888	99	26153	32,1	2788	43365	46423	56,9	81524	5,2
CONTINENTE	106368	28537	1636	196944	66634	5164	158882	3645	430749	30,6	69195	772824	842019	59,8	1409309	6,2

FONTE: INE

do familiar. Pode afirmar-se ser muito diminuto no conceito o número daqueles que não possuem pelo menos "um palmo de terra".

A situação da população activa agrícola em face da empresa agrícola é analisada com base nas situações na profissão.

Assim, agrupando situações na profissão similares, consideram-se três classes definidoras de outros tantos estratos sociais: classe patronal onde se incluíram os patrões proprietários, patrões rendeiros e patrões; classe dos trabalhadores familiares que agrupa os isolados proprietários, isolados rendeiros, pessoas de família e os não remunerados; classe dos trabalhadores assalariados onde se indicam os empregados e assalariados.

A partir da repartição porcentual da população activa agrícola pelas três classes consideradas pode estabelecer-se a "pirâmide social" correspondente, cuja imagem permite evidenciar a estrutura social da sociedade rural.

Pirâmides sociais em que se verifique o predomínio do estrato intermédio correspondem a uma estrutura apoiada na empresa familiar e, desde que se trate de empresas familiares perfeitas, traduzem uma estrutura social que deve considerar-se como desejável.

Observando o quadro 22 verifica-se que a classe patronal tem no concelho uma representação ligeiramente superior à do distrito e do continente. O número de assalariados por patrão é, no entanto, bastante menor, facto que revela uma mais sã estrutura e traduz a menor dimensão das empresas patronais.

A classe dos trabalhadores familiares engloba uma grande parte da população activa agrícola do concelho e apresenta-se proporcionalmente bastante mais elevada que no distrito ou no Continente.

A classe dos assalariados é relativamente numerosa mas, mesmo assim, apresenta um valor porcentual nitidamente mais baixo do que o correspondente do distrito e do Continente.

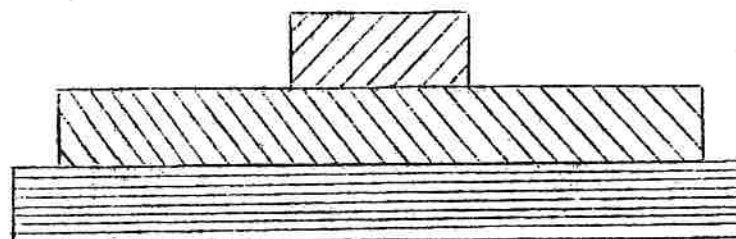
No conjunto pode concluir-se (vidè gráfico 2) que a posição ocupada pelo concelho sai favorecida do confronto com o distrito e o Continente sendo reveladora de um melhor ambiente social.

GRÁFICO 2

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO ACTIVA

AGRICOLA

CONCELHO



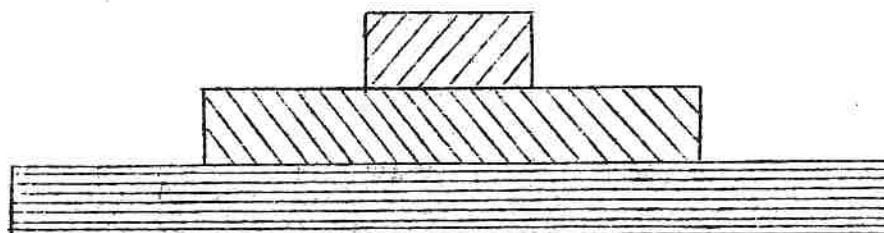
%

12

41

47

DISTRITO



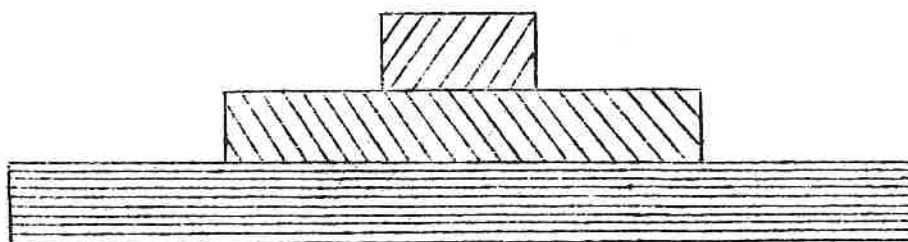
%

11

32

57

CONTINENTE



%

10

31

59



Patões



Trabalhadores familiares



Assalariados



## 2. O Habitat

Das tentativas do homem para criar ambiente favorável ao exercício das actividades capazes de lhe permitir alcançar os seus desígnios resultam, impressas sobre a paisagem, marcas mais ou menos profundas, marcas essas que atestam - sempre que se torne possível a sua interpretação - a forma como se efectuou o povoamento de um território bem como a energia e capacidade criadora do elemento humano que presidiu a essa implantação e os diversos estádios de evolução social por ele atingidos ao longo do tempo.

O habitat rural é, sem dúvida, uma das marcas que, por mais típica e característica, mais prende a atenção do observador de uma paisagem humanizada.

Em Pitões, como em toda a região, as habitações concentram-se na aldeia.

A volta da aldeia distribuem-se os campos de cultura e mais longe, circundando estes, fica o baldio.

Está-se, portanto, perante um caso típico de concentração tal como é definido por AMORIM GIRÃO (1946) "... os núcleos povoados destacam-se como ilhotas numa vasta superfície onde o revestimento humano quase chega a de



saparecer por completo".

O tipo de habitat é sempre a resultante de muitas variáveis e assume um significado que, ultrapassando os limites do material, vai lançar raízes nos domínios do espiritual - pelo que revela das tradições e cultura espiritual dos povos, das suas ancestralidades, da sua psicologia social, etc.

Está para além das nossas limitações a análise das causas que determinaram o tipo de povoamento com que se depara na região em que se enquadra a freguesia em estudo, muito embora haja algumas que, por nos parecerem ser das mais prováveis, nos limitaremos a referir.

Com efeito, o clima agreste e um solo ávaro e de acentuado relevo relacionando-se com um sistema de vida comunitária de economia baseada na pastorícia, estes factos aliados a um passado histórico muito provavelmente fértil em pugnas e escaramuças, parecem ser causas bastantes para determinar um tipo de habitat concentrado.

### 2.1. A Aldeia

A aldeia, exposta a sudoeste, fica situada próximo do cimo da vertente que, descendo do planalto da Mourela, vai perder-se nas faldas da Serra do Gerez.

Na vertente, abrigados dos ventos frios de nor-

te e nordeste, espalham-se os melhores campos de cultura; para cima, a caminho do planalto, as folhas de centeio pelas lombadas e os lameiros junto das linhas de água vão-se rarefazendo à medida que nos afastamos do povoado até acabarem por constituir mero acidente na vastidão do baldio.

Muito juntas, encostando-se umas às outras, a definir uma rua principal, com seu largo e chafariz, e várias ruelas e becos, as habitações são bastante semelhantes no seu aspecto exterior e características funcionais.

A distância, o aglomerado das construções passa despercebido, como um todo difuso na paisagem, apenas sobressaindo as três ou quatro casas caiadas que lá existem.

Vista de perto, com as casas toscas dispostas a esmo a delimitar ruas de traçado irregular, também o seu aspecto deixa muito a desejar.

Nos seus trajectos diários o gado vai deixando pelas ruas os vestígios da sua passagem e estes, como ninguém se dá ao trabalho de removê-los, por lá se vão acumulando ao longo do ano até que, iniciado o inverno, o pó e dejectos acumulados se vão transformando em lama, acabando esta por formar espesso tapete.

Após as nevadas, quando o degelo é lento, então as ruas mais parecem autêntico tremedal no qual se enteram pés de pessoas e animais.

Neste aspecto, como em todos os mais, a aldeia é muito semelhante a todas as suas congêneres de Barroso. O número de fogos que constituem o aldeamento (122) é que é um pouco superior à média.

Aos olhos de um estranho, torram-se por demais e videntes as deficientes condições de habitabilidade oferecidas pelo povoado.

Para os seus habitantes, embotados pelo hábito, essas deficiências, se acaso se apercebem delas, são encaradas com um certo fatalismo, como coisa imposta pelo meio a que não há processo de fugir, e assim - inconscientes uns, resignados outros - lá vão vivendo nestas mais que medíocres condições de existência.

## 2.2. A Habitação

A casa de habitação rural, além de ser um produto dos condicionamentos mesológicos é um espelho do modo de ser social e da psicologia do seu dono ou morador. Subordinando-se aos recursos do solo, às influências climáticas, à situação económica e ao nível educacional do proprietário, fala -nos não só do clima e natureza geológica

da região como também nos dá uma ideia bastante precisa da maneira de viver dos seus moradores e até, muitas vezes, permite concluir dos povos e raças que, ao longo dos tempos, ocuparam a região - através de características que revelam as perduráveis influências por eles exercidas.

No caso da população em estudo, representativa de uma sociedade rural pouco evoluída, com usos e hábitos velhos de séculos, a casa de habitação apenas satisfaz à rudimentar necessidade de abrigo e não dispõe das mais elementares condições de higiene e conforto. Ora se em muitos dos casos terá de admitir-se que assim acontece por imposições orçamentais, nem em todos isso sucede e é no baixo padrão de valores local e imobilismo das gentes que se encontrará a cabal explicação.

O granito aparelhado ou em bruto, "perpianho" ou "cabeça de martelo", e a madeira de carvalho, ambos oriundos da região, são os materiais utilizados na construção das casas da freguesia. O material de cobertura tradicional é o colmo, sobre o qual colocam, muitas vezes, "caibros" de carvalho que, cruzando-se sobre o cume, se distribuem no sentido das duas águas do telhado. Estes caibros têm a finalidade de evitar que o vento "fuja" com o colmo.

Após a abertura da estrada camarária que liga a

da região como também nos dá uma ideia bastante precisa da maneira de viver dos seus moradores e até, muitas vezes, permite concluir dos povos e raças que, ao longo dos tempos, ocuparam a região - através de características que revelam as perduráveis influências por eles exercidas.

No caso da população em estudo, representativa de uma sociedade rural pouco evoluída, com usos e hábitos velhos de séculos, a casa de habitação apenas satisfaz à rudimentar necessidade de abrigo e não dispõe das mais elementares condições de higiene e conforto. Ora se em muitos dos casos terá de admitir-se que assim acontece por imposições orçamentais, nem em todos isso sucede e é no baixo padrão de valores local e imobilismo das gentes que se encontrará a cabal explicação.

O granito aparelhado ou em bruto, "perpianho" ou "cabeça de martelo", e a madeira de carvalho, ambos oriundos da região, são os materiais utilizados na construção das casas da freguesia. O material de cobertura tradicional é o colmo, sobre o qual colocam, muitas vezes, "caibros" de carvalho que, cruzando-se sobre o cume, se distribuem no sentido das duas águas do telhado. Estes caibros têm a finalidade de evitar que o vento "fuja" com o colmo.

Após a abertura da estrada camarária que liga a

freguesia à sede do concelho, começou a utilizar-se a telha marselha, mas a sua contribuição é, ainda hoje, sobre maneira modesta. A cal, ainda mais que a telha, prima pela ausência.

As janelas ou não existem ou são em número reduzido e de pequenas dimensões.

Quase todas as casas, à excepção de algumas pertencentes às famílias mais modestas, têm dois pisos. No piso inferior aloja-se o gado, no superior albergam-se as pessoas. Frequentemente dispõem de um pátio interior sobre o qual se debruça uma varanda. Assim, da casa passa-se para o pátio e deste para a rua. Fechada a porta ou portas que, do pátio, estabelecem a comunicação com a rua, todos os seres e coisas ficam a bom recato. Note-se que este tipo de disposição, pelo espírito de precaução que traduz, não se coaduna com os actuais hábitos locais em que raro é fechar-se uma porta; mesmo quando todos os familiares se afastam de casa, quase sempre, só deixam a porta encostada e quem quer que chegue e queira entrar, apenas tem que empurrá-la. Quanto a nós, será antes o reflexo de épocas mais conturbadas em que os bens e haveres de cada um estavam sujeitos à rapacidade de elementos estranhos à comunidade.

Passando do exterior para o interior, verifica-



se que é sempre restrito o número de divisões. As casas das famílias mais pobres acham-se reduzidas a um único compartimento e é aí que cozinham, comem e dormem. A um canto a lareira, ladeada pelo escano e um ou dois bancos, a outro o "monte" das batatas e a caixa do pão e, encostadas às paredes esconsas, ao acaso, as camas ou simples tarimbas, tal é, na sua rudimentar simplicidade, a maneira como o único compartimento da casa é utilizado nas suas múltiplas funções.

---

Nas casas das famílias mais abastadas, além da cozinha, existem sempre o "sobrado" e, pelo menos, mais um ou dois compartimentos. O sobrado serve não só para dormida de alguns dos membros da família como também de casa de arrumações.

A cozinha é, de todos os compartimentos da casa, aquele que mais importante papel é chamado a desempenhar no desenrolar da vida familiar. Serve, ao mesmo tempo, de sala de estar, sala de jantar, sala de visitas e, em muitos casos, de quarto de dormir e armazém. É aí, à volta da lareira, que se comem as refeições, se passam os longos serões de inverno, se discutem os problemas da família e se recebem e obsequiam os visitantes. No entanto, nem por isso pode dizer-se que apresente verdadeiras condições de conforto. Logo de entrada a primeira impressão que se co-



lhe é a de quase completa obscuridade; janelas, ou não existem ou são de pequenas dimensões e, em muitos casos, encontram-se reduzidas a simples frestas que se são úteis para permitir a ventilação e deixar sair o fumo não têm préstimo que valha como elementos de iluminação. Muitas delas não têm chaminé e o fumo, antes de encontrar saída para o exterior, espalha-se pelo compartimento - o que pode ser vantajoso para a boa cura do porco, pendurado sobre a lareira, mas é um suplício para olhos desacostumados a tal ambiente.

E é assim, enquadrado neste ambiente, que se desenrola o ciclo familiar. A promiscuidade é frequente, a higiene é palavra morta e os anseios de melhor viver são abafados, umas vezes pelas limitações de recursos, outras pela inoperância de pessoas cujos conceitos de vida, as mais das vezes circunscritos às realidades locais, não são de molde a criar-lhe complexos de insatisfação.

### 3. A Sociedade

#### 3.1. A Família

A vida familiar desenvolve-se em moldes de certo sabor patriarcal.

Um ambiente fechado, o pouco contacto com o mundo exterior, fazem com que se mantenham bem arraigados os costumes e tradições familiares.

Os laços que unem os membros da família assentam no respeito pelos progenitores, respeito manifestado por acções - entenda-se - pois a maneira de falar é muito livre e o "palavrão" faz parte do fraseado habitual. Homens, mulheres e crianças usam e abusam dessa forma de expressão fazendo-o, porém, de forma tão natural, mais por hábito que com intenção que, como tal, só ouvidos estranhos é que se tornam receptivos à sua ressonância. Note-se que, em presença de estranhos, um certo pudor faz com que morigem a linguagem, muito embora a força do hábito os venha a trair não poucas vezes.

Como regra, o casamento faz-se entre indivíduos de idênticas posses. Muitas vezes são os pais que conser-tam o casório e, quando assim não é, iniciado o namoro te rá este que contar com o beneplácito daqueles, fundamen-tado quase sempre nos teres e haveres do futuro familiar.

É interessante notar que, mesmo tratando-se, co mo se trata, de uma sociedade muito nivelada, nem assim deixa de manifestar-se uma certa estratificação social ba seada no poderio económico. No entanto, este espírito de segregação atenua-se e acaba por diluir-se à medida que

aquele diminui.

O número de mães solteiras é bastante grande recrutando-se estas, quase sempre, entre as famílias mais pobres. Este facto apresenta, na região, uma faceta característica: as mães solteiras não sofrem repúdio de qualquer espécie e são naturalmente aceites pela comunidade que se rege por uma moral social eivada do seu quê de naturalismo.

Em contrapartida, o adultério é muito raro.

A mulher cuida da casa e, quase sempre, ajuda o marido nos trabalhos agrícolas, não raras vezes se ocupando em tarefas demasiado pesadas para a sua condição.

Filhos, "nascem os que Deus dá" e lá vão sendo criados sem grandes manifestações de ternura, antes com uma certa rudeza de maneiras de que aquela não andará alheada, mas que, simplesmente, não está no seu temperamento manifestar de outro modo. Esta forma de agir, sem ser intencional, vai-lhes moldando o carácter para a vida rude que os espera.

Em caso de doença ou perigo graves, então, já a solicitude dos pais é manifesta. Rapazes e raparigas cedo começam a prestar o seu concurso ao desenrolar das lides familiares.

Pequerruchos ainda, um naco de pão centeio den-

tro da sacola, é de vê-los atrás das cabras pelo monte fora ou a cuidar não vão as vacas saltar à messe do vizinho.

Uma vez crescidos é ao primeiro que casar - pela ordem natural das coisas, o primogénito - que, se o tiver feito a contento dos pais, compete continuar a linha familiar. Assim, depois de casado, continua a viver na casa paterna e com o tempo os pais, gastos por uma vida de labuta, cedem-lhe o comando da "casa" e passam a viver à sua sombra.

Por tradição, este filho será beneficiado nas partilhas. Este facto se, por um lado, pode encontrar justificação na tentativa de evitar uma excessiva fragmentação da já de si pequena propriedade, por outro cria situações de grande injustiça e dá origem a muitas desavenças familiares.

As acções judiciais motivadas por questões de partilhas são muito frequentes e não é raro que o resultado final seja terem os litigantes que vender as courelas disputadas para pagar advogados e alcavalas judiciais.

### 3.2. Relações entre vizinhos; usos e costumes

Os usos e costumes de um povo não são mais que a expressão de um dado tipo de cultura e, como tal, a resultante normal de um determinado condicionalismo histórico

co-geográfico.

Em Barroso, esse condicionalismo motivou o encerramento económico e social das aldeias.

A aldeia de Pitões não fugiu à regra. Assim, a uma economia de características autárquicas corresponde um território bem demarcado, dentro dos limites do qual se desenvolvem as actividades dos seus moradores.

As relações com o exterior são esporádicas, limitando-se a contactos ocasionais em feiras ou romarias.

Ao nível da aldeia, as relações entre vizinhos concretizam-se num espírito de solidariedade que atinge a sua plena expressão no seio de uma sociedade de tradições comunialistas.

Com efeito, em Pitões ainda se mantêm bem vivas as tradições de vida comunitária.

Manifestam-se sob vários aspectos de que podem citar-se, como exemplos: a posse de bens comuns como o forno, os moinhos e o "boi do povo"; a usufruição, em comum, dos terrenos baldios; a vezeira de todas as cabras e ovelhas da freguesia; a água de rega aviada "à roda".

O espírito de solidariedade preside às relações entre vizinhos e são inúmeros os aspectos da vida corrente que confirmam este facto. São os trabalhos agrícolas realizados com a ajuda dos vizinhos, como as segadas e as

malhadas, o corte dos fenos e os carretos.

É o arranjo dos caminhos ou da levada que há-de conduzir a água para regar o milho e os feijões em que todos são chamados a cooperar.

É o incêndio de um palheiro que põe a gente da aldeia em polvorosa e mobiliza todos os braços e quantos baldes e cântaros é possível encontrar. É o auxílio prestado a vizinho a quem ardeu a casa ou que sofreu qualquer outro revez.

O viver quotidiano, porta com porta, os interesses comuns, a quase identidade de condição social, criam fortes laços entre as famílias que constituem a comunidade. As famílias identificam-se assim, como que numa família maior que engloba todos os habitantes da aldeia.

Para a identidade ser mais completa também, de vez enquanto, nesta como naquelas, não falta a sua desavença quase sempre motivada pelo desrespeito de uma das tradicionais regras de conduta. Os ânimos exaltam-se, das palavras passa-se às acções e lá surge a sua cabeça rachada e a sua questiúncula resolvida no tribunal da "Vila".



## CAPÍTULO III - A AGRICULTURA

### 1. Estrutura agrária

Fruto de todo um conjunto de factores naturais e humanos, a expressão actual da estrutura agrária de uma região traduz o processar de todo um condicionalismo de ordem histórica, social, mesológica e técnica.

#### 1.1. Estrutura da propriedade

A propriedade privada apenas ocupa cerca de um sexto da superfície territorial da freguesia, sendo os restantes cinco sextos representados pelos baldios que, embora entregues à jurisdição da Junta de Colonização interna e dos Serviços Florestais, ainda continuam, por enquanto, a ser usufruídos em regime comunal.

A existência e grande representação da área baldia anda em estreita ligação com a persistência de tradicionais hábitos pastoris e comunitários ditados por circunstâncias históricas, orográficas, climáticas e económicas.



Os baldios têm vindo, e continuam, a desempenhar função primacial na economia do povo da freguesia. Estamos mesmo em dizer que, dadas as técnicas agrícolas praticadas e as actuais condições estruturais das explorações, nenhuma família da freguesia se livraria do descalabro económico se, de um momento para o outro, se visse desempossada do direito de usufruição do baldio.

Com efeito, é no baldio que se encontra grande parte do sustento dos efectivos pecuários existentes, como também é aí que se obtêm a totalidade dos matos e quase todas as lenhas.

É este um aspecto que é de justiça ter em consideração ao pensar na desamortização em massa dos baldios. Se essa desamortização não se fizer preceder das necessárias alterações estruturais e alterações técnicas das explorações agrícolas dos povos a que os baldios estavam vinculados encaminhar-se-ão esses povos para a ruína.

É óbvio que não é de pretender que venha a manter-se o tradicional e rudimentar sistema de utilização dos baldios. Antes, pelo contrário, será de desejar que essas grandes áreas sejam valorizadas na medida das suas aptidões, evitando-se as delapidações que aí têm vindo a processar-se. Simplesmente, as soluções adoptadas para processar essa valorização deveriam sempre subordinar-se às reais

aptidões agrológicas dos terrenos baldios e à função económico-social que estes deviam ser chamados a desempenhar.

No que respeita à região estamos convencidos que, evitando-se a florestação indiscriminada e promovendo-se um racional ordenamento silvo-pastoril se encontrará a mais conveniente solução técnica e económico-social do problema do aproveitamento dos baldios.

No que respeita à propriedade privada, podemos desde já afirmar que se encontra bastante repartida. O cadastro geométrico da propriedade rústica seria a única fonte de informações capaz de fornecer os elementos necessários para poderem avaliar-se os aspectos estruturais da propriedade. Como, para a região, não existe ainda cadastro geométrico, recorreremos às informações prestadas pela Repartição de Finanças de Montalegre para obter alguns elementos que, ao menos de maneira aproximada, nos permitissem algumas informações de carácter geral.

Os dados constantes do quadro 23 fornecem-nos algumas indicações que, embora devendo ser tomadas com a necessária reserva, nos dão, no entanto, uma ideia da estrutura predial ao nível da freguesia e do concelho.

Os números desse quadro respeitantes à área média por proprietário, um pouco maior na freguesia (3,77 ha) que no concelho (2,20 ha), permitem inferir que a propriedade está muito repartida.

QUADRO 23 - ESTRUTURA PREDIAL

Divisão	Superfície territorial (ha)	Prédios rústicos (inscritos (n.º))	Proprietários rústicos	Média por proprietário		Área média por prédio (ha)
				Prédios (n.º)	áreas (ha)	
Freguesia	552	3194	146	22	3,77	0,170
Concelho	30000	154650	13756	11	2,20	0,190

A área média por prédio é inferior a 2 000 metros quadrados, tanto na freguesia como no concelho, e o número médio de prédios por proprietário é de 11 no concelho e 22 na freguesia. Estes números dão bem ideia da grande fragmentação e dispersão da propriedade.

Verifica-se, pois, que a propriedade está muito pulverizada, acentuando-se essa pulverização ao nível da freguesia.

São sobejamente conhecidos os grandes inconvenientes sociais e económicos que advêm dessa pulverização.

### 1.2. Estrutura da exploração

O contacto com as realidades locais permite-nos afirmar que, nas suas linhas essenciais, são idênticos os aspectos estruturais da empresa e exploração agrícola ao nível da freguesia e do concelho. Assim, com recurso ao "Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente" (1954),

tentaremos a caracterização desses aspectos reportando-nos ao concelho.

### 1.2.1. Tipos de empresa

No quadro 24 verifica-se que os únicos tipos de empresa que têm representação no concelho são as familiares e as patronais individuais, com grande predomínio das primeiras.

As empresas familiares representam 94% do total considerado, figurando as patronais em reduzida percentagem (6%).

O predomínio das empresas familiares é comum ao distrito - como aliás a todo o País - mas aí já as empresas patronais têm uma maior representação (16,4%).

No que respeita às empresas familiares, há toda a vantagem em distinguir as que correspondem a empresas familiares perfeitas e a empresas familiares imperfeitas, uma vez que as segundas representam unidades técnica e economicamente deficientes. No concelho a percentagem de empresas familiares imperfeitas (37,7) é bastante menor que no distrito (43,1).

QUADRO 24

TIPOS DE EMPRESA (% do empresas familiares e patronais)

Número do explorações	FAMILIARES						PATRONAIS						PÚBLICAS	
	Totais		Perfeitas		Imperfeitas		Totais		Individuais		Societárias			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
4839	4547	93,9	2720	56,2	1827	37,7	292	6,0	292	6,0	--	--	--	--
47281	39540	83,6	19160	40,5	20380	43,1	7739	16,4	7735	16,4	4	0,0	2	0,0

INE

QUADRO 25

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS SEGUNDO A FORMA DE EXPLORAÇÃO

Nº do explorações	SIMPLES								MISTAS									
	Total		Conta própria		Renda ou subarrendamento		Parceria		Total		Conta-própria ou renda ou subarrendamento		Conta própria ou parceria		Renda ou subarrendamento ou parceria		Conta-própria ou renda ou subarrendamento ou parceria	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
4839	4500	92,8	4208	86,9	212	4,4	80	1,6	339	7,2	230	4,7	103	2,1	2	0,0	4	0,0
47281	40289	85,2	35393	74,8	3371	7,1	1525	3,2	3992	14,8	1617	9,8	1806	3,8	150	0,3	419	0,9

### 1.2.2. Formas de exploração

Tanto no concelho como no distrito, a forma de exploração predominante é a conta própria mas esse predomínio é mais nítido no concelho (quadro 25).

As formas mistas têm pequena representação no concelho (7,2%) e ainda menos as formas simples de "arrendamento" (4,4%) e parceria (1,6%).

Verifica-se que no concelho 92,3% do total das explorações correspondem a empresas do tipo familiar, cultivando terra própria.

### 1.2.3. Dimensões e grau de dispersão das explorações

Correntemente, no concelho, considera-se grande exploração a que domine uma área superior a 10 ha, média exploração a compreendida entre 3 e 10 ha e pequena exploração a inferior a 3 ha.

Se, salvo as devidas restrições, computarmos este critério com os dados do quadro 26, onde as explorações se acham agrupadas por classes de extensão de cultura arvense, verifica-se que 56,5% do total de explorações corresponderiam a pequenas explorações, 29,8% a explorações médias e 3,1% a grandes explorações.

Relativamente ao grau de dispersão das explorações conclui-se, a partir do quadro 27, que as explorações



Região	Total	Até 0,25 ha		De 0,26 a 0,50 ha		De 0,51 a 1,00 ha		De 1,01 a 3,00 ha		De 3,01 a 5,00 ha		De 5,01 a 10,00 ha		De 10,01 a 20,00 ha		De 20,01 a 50,00 ha		+ de 50,00 ha	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concelho	4752	256	5,3	410	8,6	742	15,6	1776	37,3	822	17,3	595	12,5	136	2,8	13	0,3	2	0,0
Distrito	43425	5374	21,6	6103	14,1	7945	18,3	12722	29,3	3755	8,6	2594	5,9	739	1,7	179	0,4	14	0,0

Fonte: INE

QUADRO 27

EXPLORAÇÃO SEGUNDO O NÚMERO DE PARCELAS QUE AS CONSTITUEM

Região	Explorações formando um todo	2 parcelas		3-5 parcelas		6-10 parcelas		11-15 parcelas		16-20 parcelas		21-25 parcelas		26-35 parcelas		36-55 parcelas		56 e mais		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Concelho	264	5	426	9	1022	21	1162	24	686	14	448	9	234	5	308	6	215	4	74	2
Distrito	6125	13	5710	12	12785	27	10934	23	4789	10	2806	6	1386	3	1541	3	919	2	286	0,6



concelhias se apresentam muito fragmentadas.

Com efeito, a percentagem das explorações formando um todo é muito diminuta e 65% das explorações são constituídas por 6 ou mais parcelas. Explorações com 16 ou mais parcelas representam 26 % do total e 2 % das explorações têm mais de 56 parcelas. É este um quadro deveras sombrio, sempre que se encarem as fracas perspectivas de progresso técnico-económico de uma região agrícola em que as explorações se apresentam tão mal estruturadas.

---

## 2. Actividade Agro-Pecuária

Partindo do princípio de que, por via de regra, o homem, posto em face de determinado meio físico, tenta tirar o melhor partido das condições que a natureza lhe oferece, somos levados a concluir que o pitonês teria de dedicar o melhor da sua actividade à pastorícia.

Com efeito, tanto as características orográficas e climáticas como a natureza do solo e sub-solo da região são de molde a favorecer a actividade pastoril em detrimento da agrícola.

Por um lado chuvas abundantes e razoavelmente distribuídas ao longo de quase todo o ano aliadas a um sub-solo impermeável que retém as águas meteóricas a pequena profundidade, dando origem a numerosas nascentes de pequeno caudal, permitem a facilitam a existência de pastagens permanentes naturais. Por outro os frios e as geadas bem como um solo pobre e, na maioria dos casos, pouco profundo, impedem uma cultura agrícola variada.

Junte-se a estas circunstâncias a dificuldade de escoamento dos produtos agrícolas resultante da grande distância aos mercados e centros consumidores e, principal

mente, da quase ausência de vias de comunicação - facto este agravado pelo acidentado relevo - e lógico será concluir que a forma mais prática de os habitantes tirarem partido destas condições seria a de se lançarem abertamente na pastorícia, aproveitando, para alimentar os seus gados, a vegetação espontânea dos extensos baldios e dos prados permanentes. E, assim, o predomínio do carácter pascigoso da região e o isolamento da mesma motivaram uma estrutura económica de base essencialmente pecuária em regime de pastoreio, limitando-se as culturas agrícolas a satisfazer um abastecimento quase local.

A este respeito escreveu BERNARDO LIMA (1919):  
"E ou deve ser esta região (Barroso) uma região especialmente pecuária, porque assim são os países montanhosos e simultâneamente pascigosos. São os gados o único produto agrícola que, sem grandes esforços e sem maior luta com as inclemências do clima, sai mais pronto e economicamente de sobre estas serras ásperas; o único produto agrícola transportável por si mesmo e que pode, portanto, afrontar com mais facilidade o mau trilho de estradas e caminhos quase impraticáveis, para chegar sem mor risco e grande despesa aos mercados e lugares de seu consumo".

E mais adiante afirma: "Barroso é uma região pascigosa bem definida e constitui um país necessariamente pecuário".

Assim foi, de facto, e continua a ser ainda. Actualmente uma relativa melhoria das vias de comunicação tem facultado a expansão de uma economia que, na parte agrícola, se via até há poucos anos, confinada ao abastecimento local. Para isto muito contribuiu o incremento da cultura da batata.

No entanto, em Pitões, o homem é ainda mais pastor do que agricultor. Aí, o gado representa não só um meio mas também e principalmente um fim. A base económica da grande parte das explorações é, ainda, essencialmente pecuária.

É frequente ouvir dizer: pago-lhe quando vender as vitelas, ou ainda - o gado está barato, não posso fazer despesas.

## 2.1. As culturas e técnicas de cultivo

Como já vimos, as condições fisiográficas e climáticas regionais não são de molde a permitir uma agricultura variada.

Assim, as culturas que se praticam na freguesia são o centeio, a batata e o milho, este em muito pequena escala e consociado ou não com o feijão. Nos hortejos, junto à povoação, aparecem a couve galega, o feijão de trepar e, mais raramente, o talho do cebolo. A couve penca também

se cultiva num ou outro terreno mais fresco ou na cortina.

"Cortinhas" designam-se os prédios situados junto às habitações, que andam melhor estrumados e cuidados, beneficiando também das escorrências dos estábulos e sendo, por isso, bastante férteis.

A par destas culturas há a grande massa de prados permanentes naturais.

Na generalidade dos casos, estas culturas e os sistemas de exploração em que se integram são comuns a todas as explorações da freguesia.

Assim, de acordo com as classes de produtividade dos terrenos, podem verificar-se as seguintes sucessões e rotações:

sucessões:

- 1) batata, ferrejo de centeio
- 2) milho, ferrejo de centeio

rotações:

- 1) batata - centeio, ferrejo de centeio
- 2) batata - centeio
- 3) batata - centeio - centeio (pouco frequente)
- 4) centeio - pousio (1 ano).

### 2.1.1. Cultura do centeio

A cultura do centeio é a que se pratica em mais larga escala na freguesia. Este facto é comum a toda a região. Com base nos anuários da "Estatística Agrícola", verifica-se que no concelho de Montalegre a superfície territorial ocupada pelo centeio representa, em média, 54% da área total dedicada à cultura arvense.

Sendo uma cultura pouco rendosa, a grande área que lhe é dedicada deve-se à sua proverbial rusticidade que lhe permite vingar em regiões de invernos rigorosos e solos delgados e pobres. Com efeito, onde muitas plantas pereceriam, consegue o centeio completar o seu ciclo, se bem que, como reflexo das condições adversas, as produções deixem muito a desejar.

Assim, o centeio tornou-se o cereal de eleição e ainda não há muitas décadas a sua cultura era a única que na região se praticava com carácter de cultura arvense.

Durante essa época a cultura subordinava-se a uma rotação bienal na qual o centeio alternava com o poisio.

Com o incremento da cultura da batata, esse tipo de rotação foi relegado para os terrenos mais pobres, passando, nos restantes, a alternar a batata e o centeio.



A sementeira do centeio efectua-se por todo o mês de Setembro. A quantidade média de semente empregada é da ordem dos 200 kg/ha, mas a densidade de sementeira varia bastante de acordo com a época de sementeira e a classe do terreno. As condições de clima impõem que se pratiquem grandes densidades de sementeira pois é sempre grande o número de plantas que se perde devido, principalmente, à acção das geadas. As geadas mais prejudiciais são as que se formam ou quando as plantas não estão ainda bem enraizadas ou na época da floração.

Só se faz estrumação a esta cultura quando ela é precedida de um pousio. As estrumações médias são de 20 a 25 000 kg/ha. Ninguém pratica adubações de fundo ou em cobertura. No caso da rotação centeio-pousio, a preparação do terreno inicia-se em Março com uma lavoura feita com o arado de madeira - a decrua. Em Maio segue-se a refenda, lavoura paralela à primeira e actuando o arado sobre as leivas da decrua. Em Junho faz-se uma lavoura perpendicular às duas primeiras - a entravessa. Em Setembro, depois de uma gradagem, transporta-se o estrume para o terreno, deixando-o disposto em pequenos montes. Logo que o solo tenha humidade suficiente espalha-se o estrume e semeia-se a lanço, cobrindo o estrume e a semente com uma lavoura feita com o arado de madeira por forma a que o terreno fi

que "assucado" (margeado). Com este tipo de armação pretende-se que as plantas disponham de um bom cubo de terra e fiquem bem defendidas dos efeitos do encharcamento.

Quando a cultura do centeio se segue à da batata não se faz estrumação.

Arrancada a batata, dá-se uma gradagem à terra, espalha-se a semente e cobre-se com uma lavoura, deixando o terreno armado do modo que já citámos.

Quando, por qualquer motivo, o arranque da batata tem de ser retardado, alguns lavradores, para evitar uma sementeira muito serôdia, semeiam o centeio antes de arrancar a batata. A sementeira é feita pelo meio das linhas do batatal e o centeio é coberto com uma sachá. A batata é arrancada com o centeio já nascido. Este processo tem sido seguido com resultados satisfatórios no que respeita à nova seara, mas é muito oneroso e exige grandes cuidados aquando do arranque da batata e, como não permite que o terreno seja bem revolvido, implica a perda de muitos tubérculos.

Em meados de Novembro, se o tempo corre de feição, faz-se a "arica" com um arado especial de aivecas muito curtas. Esta operação é feita de modo que, actuando o arado nos sulcos, aconchega a terra para os pés das plantas efectuando uma espécie de amontoa. Esta prática é van

tajosa, pois tanto as geadas como a água das chuvas tendem a desenraizar as plantas. Além disso, destroi as ervas daninhas nascidas nos sulcos.

Após a arica, resta aguardar o momento da colheita. Esta é feita na segunda quinzena de Julho.

O centeio é ceifado e atado em molhos aproximadamente do mesmo tamanho. Cada cinco molhos (uma pousada) darão normalmente um alqueire de grão. É este o padrão pelo qual usam avaliar as produções. Assim, ano de produção média é aquele em que o cereal "rende à pousada". A relatividade desta "medida" é evidente.

Efectuada a ceifa e atado o cereal em molhos, são estes amontoados em pequenas medas "os medouchos". Passados alguns dias é transportado para a eira onde é novamente emmedado. A debulha ou malhada ou é feita a malho ou, mais frequentemente, com debulhadora.

As produções médias são da ordem dos 1 000 kg/ha.

### 2.1.2. Cultura da batata

Durante muitos anos esta cultura teve, na freguesia, uma feição nitidamente hortícola. Apenas se cultivava numa ou noutra "cortinha" e em diminutas quantidades.

Os habitantes mais idosos da freguesia recordam que nos seus tempos de meninice a cultura da batata esta-

va ainda tão pouco generalizada que era hábito, pela época festiva do Natal, os lavradores mais abastados presentear os vizinhos com uma cesta de batatas - presente este muito apreciado dada a raridade do produto. Por essa altura apenas de longe em longe a batata figurava na ementa das refeições.

A princípio começou por tomar lugar à mesa dos lavradores de mais posses, depois, a pouco e pouco, o seu consumo foi-se generalizando até que passou a aparecer regularmente em todas as mesas, acabando por constituir prato obrigatório em todas as refeições.

A par e passo que se generalizava o consumo deste tubérculo ia aumentando a área destinada à sua cultura.

Até há poucos anos a superfície destinada à produção de batata esteve condicionada às necessidades do autoconsumo em virtude da ausência de vias de comunicação que permitissem a comercialização.

A abertura de uma estrada camarária que ligou a freguesia à sede do concelho veio abrir novos horizontes para esta cultura. De então para cá intensificou-se a produção e, actualmente, a venda da batata é uma das principais fontes de receita de parte das famílias de Pitões.

Técnica cultural

*Na região*  
~~Na freguesia~~, esta cultura faz-se normalmente

em terrenos de sequeiro e segundo esquemas culturais diferentes de acordo com a classe do terreno.

Nos terrenos melhores, mais frescos e profundos, cultiva-se a batata todos os anos sucedendo-lhe no período outono-invernal uma ferrã de centeio. Nos restantes terrenos a batata alterna com o centeio. Nesta rotação bienal podem encontrar-se duas variantes: ou a seguir ao centeio se faz uma ferrã de centeio ou surge um período outono-invernal de pousio.

Mais raramente a seguir à batata cultiva-se centeio dois anos consecutivos.

A forma como o terreno é preparado para esta cultura depende da que a precedeu. No caso de o terreno ter estado ocupado por uma ferrã de centeio (caso mais frequente) não se efectua, normalmente, qualquer lavoura preparatória.

Quando a batata se segue a uma cultura de centeio e o terreno ficou desocupado no período outono-invernal então é usual fazerem-se duas lavouras. A primeira efectua-se no outono e a segunda na Primavera, sendo esta última precedida e seguida de gradagem.

Algumas vezes apenas se realiza uma lavoura, na Primavera.

Estas lavouras são feitas com o arado de madeira ou com o charrueco americano mas, tanto num caso como no outro, o terreno não é rasgado a profundidade suficiente e haveria toda a conveniência em que fossem efectuadas a maior profundidade, preparando um melhor cubo de terra para as futuras plantas.

Uma vez preparado o terreno ou consumida (pasta da) a ferrã, transporta-se o estrume para o campo onde é disposto em montículos até ao momento de ser espalhado. O enterramento do estrume e dos adubos faz-se simultaneamente com a plantação da batata.

As estrumações médias orçam pelas 30 toneladas por hectare. Estas estrumações são quantitativamente satisfatórias mas a qualidade do estrume deixa muito a desejar pois na generalidade dos casos é excessivamente palhoso, muito mal curtido para que possa beneficiar convenientemente a cultura a que é aplicado.

Muitas vezes o seu valor fertilizante ainda é diminuído por ficar bastante tempo no campo, exposto aos agentes atmosféricos.

Quanto à fertilização química, ou não se faz ou é deficiente em quantidade e qualidade. O uso de fertili-



antes químicos está muito pouco generalizado na freguesia e os poucos que se utilizam são aplicados a esta cultura.

Normalmente apenas se faz uso do superfosfato de 18%. Ninguém pratica adubações completas, ninguém utiliza adubos potássicos e só três ou quatro lavradores aplicam adubos azotados e em quantidades mínimas. As doses de emprego do superfosfato são muito variáveis e situam-se sempre abaixo do limite desejável.

A fertilização que poderia aconselhar-se para a cultura da batata em solos do tipo médio dos da freguesia seria da ordem dos:

90 a 100 kg de  $P_2O_5$ /ha

40 a 50 kg de N/ha

75 a 100 kg de  $K_2O$ /ha.

De entre os adubos fosfatados era de desejar a utilização do fosfato Thomaz pois a alcalinidade deste adubo seria muito vantajosa para atenuar os efeitos da excessiva acidez do solo. No entanto, como esta cultura agradece muito as adubações localizadas, o emprego deste adubo torna-se difícil, dada a inconveniência de misturá-lo com os azotados e por isso inclinamo-nos para o uso do superfosfato.

Quanto aos adubos azotados é conhecida a prefe-

rência da batata, pelo sulfato de amónio, mas em terrenos tão ácidos o seu emprego é manifestamente desaconselhável e é preferível utilizar um nitroamoniacal.

Dos adubos potássicos o melhor seria o sulfato de potássio, mas a grande diferença de preços faz com que o cloreto de potássio seja o indicado.

A plantação da batata inicia-se a partir da segunda quinzena de Abril e prolonga-se até aos primeiros dias de Junho. Começa a efectuar-se pelos terrenos mais soltos e delgados, aqueles em que a cultura mais poderá ressentir-se dos calores estivais, ficando para o fim os mais profundos, os quais, muitas vezes, são excessivamente húmidos e muito "geadeiros" e só bastante tarde é que oferecem condições favoráveis à cultura.

A lavoura de plantação é efectuada com o charrueco americano. No sulco aberto pela charrua e para o qual se puxou com um engajo o estrume que se achava sobre o terreno adjacente, espalha-se o adubo e, seguidamente, coloca-se a batata tendo o cuidado de não a deixar em contacto com o adubo. A batata apenas se distribui em sulcos alternados (sulco sim, sulco não).

O compasso mais frequente é de 50 cm entre linhas e de 40 cm entre pés na mesma linha. Este compasso dá origem a uma densidade de plantação de 50 000 pés por

hectare - o que, tratando-se de tubérculos de peso médio, equivale a 2 000 kg de "semente". A batata plantada é proveniente da colheita do ano anterior. Como não é usual fazer-se a selecção dos batatais, estes apresentam-se em muito mau estado sanitário e grande parte dos tubérculos utilizados na plantação são portadores de viroses, facto que vai afectar grandemente a produção do futuro batatal. Este aspecto ainda é agravada pelo hábito de rachar parte dos tubérculos, contribuindo para uma maior disseminação das viroses. Em grande número de batatais a maior parte das plantas apresentam-se em adiantado estado de degenerescência e daí as produções serem muito menores do que as que poderiam obter se utilizassem "batata-semente" de boa qualidade. A variedade mais cultivada na freguesia é a Arran-Banner, seguindo-se-lhe, por ordem de importância, a Valenciana e a Arran-Consul.

Dez a quinze dias após a plantação faz-se uma gradagem que tem por fim esmiuçar a terra e desfazer a crosta que se forma à superfície e que dificultaria o desenvolvimento da planta.

Outros, em vez da gradagem, efectuam a "pica" que difere daquela por ser feita a braço mas que tem a mesma finalidade.

A primeira sacha é dada cerca de um mês após a

plantação, seguindo-se-lhe uma segunda sacha passados mais vinte dias.

O combate ao escaravelho é feito a intervalos variáveis de acordo com a intensidade de infestação. Nem sempre as pulverizações são realizadas com a devida oportunidade e, às vezes, a aplicação do insecticida só se faz quando a destruição de grande parte do batatal já é facto consumado.

O míldio raramente causa estragos de vulto muito embora ninguém faça os tratamentos preventivos.

A colheita tem lugar uns quatro meses e meio a cinco meses após a plantação.

O arranque é efectuado à enxada e a batata vai sendo escolhida à medida que é arrancada, separando-se nas três categorias de batata de consumo, batata-semente e refugo.

As produções são muito variáveis, podendo ir dos 6 000 kg aos 18 000 kg/ha. Em média, situam-se à volta dos 8 a 10 000 kg/ha.

Como já dissemos, estas produções poderiam ser bastante maiores se se fizesse uso de boa "batata-semente" e se praticassem fertilizações equilibradas.

### 2.1.3. Cultura do milho

O milho começou a cultivar-se na freguesia há cerca de meio século. Até há poucos anos cultivava-se apenas numa ou noutra cortinha e a totalidade da produção era utilizada na ceva do porco e na alimentação dos galináceos.

Nessas cortinhas, embora se tratasse de terrenos férteis, o milho ressentia-se dos frios e geadas, vegetava mal e produzia pouco. Nessas condições era uma cultura condenada ao insucesso.

A dada altura um lavrador da freguesia decidiu cultivá-lo em maior escala e aproveitou para isso uns terrenos situados a meio de uma encosta exposta a sudoeste, abrigados dos ventos frios e bastante soalheiros.

Nesses terrenos encontrou o milho rezoáveis condições de vegetação e as produções conseguidas excederam de longe as expectativas. Estava localizada uma zona de micro-clima favorável para esta cultura.

Os vizinhos, uma vez tidos como certos os bons resultados dessa iniciativa, acharam por bem seguir o exemplo e desde então todos os campos situados nessa zona passaram a destinar-se, quase exclusivamente, à cultura do milho.

Esta cultura é feita todos os anos nos mesmos campos. Ao milho sucede-se uma ferrã de centeio que ocupa o terreno no período outono-invernal.

Sempre que o tempo o permite, a sementeira do milho é feita por toda a primeira quinzena de Maio. Uma vez pastada a ferrã que ocupava o terreno faz-se uma estrumação abundante, quase sempre superior às 30 ton/ha.

Espalhado o estrume à forquilha dá-se uma lavoura com o charrueco americano. A esta lavoura segue-se uma gradagem executada com uma grade de dentes de ferro para melhor desfazer a leiva.

A seguir faz-se a sementeira a lanço e cobre-se a semente com duas gradagens cruzadas efectuadas com uma grade de dentes de madeira.

Uma vez acabada de cobrir a semente, o terreno é deleirado ou "embelgado" isto é, demarcado em pequenas leiras delimitadas por sulcos abertos com o arado de madeira.

As quantidades de semente são da ordem dos 60 kg/ha. Juntamente semeia-se também algum feijão, sempre em pequenas quantidades que raramente chegam aos 10 kg/ha.

Quando as plantas estão com quatro folhas, faz-se uma sacha. A esta segue-se uma segunda - a arrenda - efectuada quando o milho está "joelheiro", com cerca de



50 cm de altura.

As mondas efectuam-se entre a primeira e a segunda sacha. Normalmente deixam-se as plantas demasiado bastas e as produções são afectadas por esse facto.

Esta cultura é regada três ou quatro vezes durante o mês de Julho e a primeira quinzena de Agosto.

A água de rega provém de uma levada que é pertença de todos os proprietários e as regas efectuam-se "à vez".

---

A colheita tem lugar em Outubro.

As produções de milho andam à volta dos 2 500 kg/ha. As de feijão são sempre muito pequenas

#### 2.1.4. Forragens

Para alimentar os gados da freguesia recorre-se ao apascentamento nos baldios e nos prados permanentes naturais regionalmente designados por lameiros, lameiros estes que, além dos pastos, fornecem também os fenos com que se suprem as deficiências alimentares do apascentamento ao longo da quadra invernososa. Além destes recursos lança-se também mão dos ferrejos de centeio e recorre-se aos subprodutos das culturas base, como sejam: palhas e bandeiras de milho, batata refugo, palha de centeio, etc.

#### 2.1.4.1. Lameiros

Os lameiros produzem, na sua maioria, feno de regular qualidade, muito apetecido pelo gado. Além disso, produzem pastagens relativamente abundantes durante parte do ano.

Geralmente ficam situados no fundo dos vales em terrenos profundos e húmidos ou nas encostas menos declivosas, beneficiando da rega com a água proveniente de nascentes ou, mais frequentemente, de ribeiros ou regatos do leito dos quais é desviada para os lameiros por meio de levadas. Alguns há que não têm água apenas recebendo a das chuvas e das neves canalizada até eles por meio de valas abertas nas encostas. Estes são menos produtivos.

Uns e outros dão pastagens, mais ou menos abundantes conforme as disponibilidades em água, no período que vai de Julho até fins de Março, altura em que o gado deixa de entrar neles a fim de se obter o feno que é segado por todo o mês de Julho e fenado no próprio local depois de espalhado pelo terreno, necessitando normalmente de dois dias de sol e de uma ou duas viragens para ficar bem fenado.

Em geral estes lameiros não são utilizados para darem erva de corte mas somente para produzirem feno e pastagem. Para aquele fim existem, próximo da povoação, qua

se sempre a cota inferior, terrenos próprios, férteis, com água em abundância e beneficiando dos enxurros do aldeamento, destinados exclusivamente a produzir erva verde, dando, durante o ano, vários cortes. São as "lameiras" ou lameiros de erva.

Além destes existem ainda outros lameiros, menos ricos, com peor flora e poucas ou nenhuma disponibilidade de água que, por esse motivo, nunca são explorados para a produção de feno, mas apenas para pastos. São os "pasteiros".

A flora dos lameiros é muito variada, formada por um conjunto de plantas pertencentes às famílias das gramíneas, leguminosas, compostas, etc. Normalmente verifica-se predominância de gramíneas. As leguminosas aparecem em pequena quantidade, pois a excessiva acidez do solo e a sua pobreza em fósforo não são de molde a favorecer a vegetação das plantas desta família.

As plantas que geralmente se encontram nos lameiros são:

gramíneas: *Dactylis glomerata*, L.; *Holcus lanatus*, L.; *Holcus molis*, L.; *Agrostis vulgaris*, L.; *Cynosurus cristatus*, L.; *Poa annua*, L.; *Poa pratensis*, L.; *Poa bulbosa*, L.; *Anthoxanthum odoratum*, L.; *Avena sterilis*, L.;

Briza maxima e Briza media L.; Festucas, diversos Bromus e outras.

Leguminosas: Trifolium repens, L.; Trifolium pratense, L.; Lotus corniculatus, L.; Lotus uliginosus, L.; Ornithopus compressus, L.; Medicago lupulina, L.; etc.

Compostas: Anthemis cotula, L.; Artemis nobilis, L.; Sonchus asper, L.; etc.

Plantagináceas: Plantago lanceolata, L., var. communis e outras.

Em todos os lameiros se encontram plantas más não apetecidas pelo gado. Dentre estas, citaremos: Cyperus rotundus, L.; Cyperus fuscus, L.; Juncus effusus, L.; Carex muricata, L.; diversos Ranunculus, diversos Carduus, Echium plantagineum, L.; etc.

Todos estes lameiros poderiam produzir mais e melhores forragens.

Com efeito, a grande maioria tem sido, através dos longos anos da sua duração, sujeita a um sobrepascigo o que, aliado em grande parte dos casos a más condições de drenagem à ausência de adubações e correcções e à falta de estrumações convenientes, conduz a acentuada redução do seu elenco florístico e produtividade.

Ora, a manutenção de boas condições de drenagem quase sempre pouco onerosa - as periódicas mobilização superficial e renovação da flora com sementes apropriadas, a utilização de adubações e correcções convenientes e de uma adequada rotação de pastoreio, permitiriam manter estes prados nas melhores condições de produção - o que, só por si e em face dos resultados dos ensaios em curso nos terrenos do Posto Experimental de Montalegre, levaria a um aumento de produção forrageira da ordem dos 40 ou 50 por cento.

As produções actuais <sup>de feno</sup> variam entre 2 500 e 6 000 kg/ha.

## 2.2. Pecuária

Dado que a exploração pecuária ocupa lugar de grande relevo na economia local, entendemos que devíamos dedicar a este assunto um interesse compatível com a sua importância e daí o desenvolvimento desta alínea na qual tentaremos dar uma ideia da importância relativa das espécies existentes, modo como são exploradas, raças respectivas, regimes alimentares, etc.

### 2.2.1. Efectivos pecuários; as várias espécies e sua importância relativa

Os efectivos pecuários existentes na freguesia à data dos Arrolamentos Gerais de Gados de 1939, 1940 e 1955 encontram-se indicados no quadro 28.

Analisando os números constantes deste quadro, verifica-se que o total de cabeças tem vindo a diminuir acentuando-se essa diminuição a partir de 1940.

Na tentativa de encontrar a explicação deste facto, eis o que nos foi possível anotar em relação a cada uma das espécies:

- Assim, o número de bovinos é praticamente o mesmo em 1934 e 1955 e apresenta em 1940 um certo aumento. Talvez este aumento possa relacionar-se com o baixo preço atingido pelas vitelas por volta de 1938-39, o que terá le



rado alguns lavradores a optar pela sua criação em vez de vendê-las ao desbarato.

Quadro 28 - Efectivos pecuários existentes na freguesia em 1934, 1940 e 1955

Espécies	1934	1940	1955
bovina	520	555	525
caprina	1386	1344	943
ovina	699	411	320
suina	159	139	94
cavalar	26	24	2
muar	3	3	2
asinina	-	6	4

- As espécies caprina e ovina aparecem-nos, em 1955, com efectivos muito reduzidos em relação aos dois cômputos anteriores.

A redução do número de caprinos é facto comum em todo o País, mas as causas que têm motivado essa diminuição ainda não se concretizaram na freguesia. Assim, inquirindo de outras possíveis causas disseram-nos que parte dos efectivos anteriormente existentes eram pertença de indivíduos que emigraram e se desfizeram delas antes de

partir. Por outro lado, uma série de invernos rigorosos tinham provocado a morte de muitos animais.

- A espécie cavalari quase deixou de ter representação entre 1940 e 1955. A explicação reside na enorme baixa de valor dos equídeos verificada no período do após guerra. Na freguesia, este gado era constituído quase exclusivamente por éguas de criação e como a sua exploração deixou de ser remuneradora desfizeram-se dele.

No que respeita à importância relativa das espécies um simples relance sobre o quadro 29 permite notar desde logo a grande preponderância do gado bovino sobre os demais. Com efeito verifica-se que, em 1955, de um total de 99 manifestantes 88 declararam possuir gado bovino, sendo de cerca de 6 o número médio de cabeças por manifestante.

Quadro 29 - Efectivos pecuários, cabeças naturais por manifestante e cabeças normais (1955)

Espécies Pecuárias	Manifestantes	Cabeças naturais	Cabeças por manifestante	Cabeças normais
bovina	88	525	5,9	368
caprina	69	943	13,6	199
ovina	64	320	5,0	80
suína	57	94	1,6	14
cavalari	2	2	1,0	1,6
muar	1	2	2,0	1,6
asinina	4	4	1,0	2

No polo oposto situam-se as espécies cavalariça, mulata e asinina, com uma representação quase nula. Os caprinos, ovinos e suínos, muito embora distribuídos por menor número de manifestantes que os bovinos, têm ainda uma regular representação.

No mesmo quadro verifica-se que o número de cabeças normais de bovinos corresponde a cerca de 55% do total de cabeças normais, seguindo-se-lhe, por ordem decrescente de "peso", as espécies caprina, ovina e suína.

Para confrontar a estrutura pecuária da freguesia com a das regiões em que se enquadra elaborou-se o quadro 30 no qual se apresentam alguns indicadores que nos foi possível determinar.

Quadro 30 - Índice bovino, CN/ha ST e bovinos por manifestante

Região	Índice bovino	CN / ha ST	Bovinos por manifestante
Freguesia	0,55	0,20	5,9
Concelho	0,35	0,31	4,7
Distrito	0,33	0,23	2,9
CONTINENTE	0,27	0,23	2,9

Nesse quadro vê-se que, no que respeita ao índice bovino e número de bovinos por manifestante, a freguesia sai vantajosamente colocada do confronto com as outras regiões. Com um índice bovino duplo do do Continente e bastante maior que o do distrito e concelho e com um número de bovinos por manifestante também duplo do verificado no Continente e distrito e um pouco maior que o do concelho, evidencia-se o facto de na freguesia haver uma boa representação bovina.

No que respeita a densidade pecuária já o aspecto é diferente, pois na freguesia é bastante menor que no concelho e ligeiramente menor que no distrito e continente.

### 2.2.2. Gado bovino

Como já vimos, o gado bovino representa o ramo da pecuária de maior importância económica.

Na sua quase totalidade pertence este gado à raça barrosã - segundo MIRANDA DO VALE (1949) pertencente ao tronco mauritânico (*Bos taurus atlanticus*) de que é uma raça pura - da qual SILVA DIAS (1935) nos dá como paradigma: - "a rês de corpulência meã, eumétrica de perfil concavo, brevilínea, com os seguintes caracteres morfológicos e fisiológicos:

cabeça curta, grossa e quadrada; protuberância frontal saliente e de vértices aproximados da linha média; fronte curta e côncava com arcadas orbitárias proeminentes; nasais curtos e rectilíneos unidos em abóbada circular; inserção do frontal com os nasais muito amartelada; cornos de grande envergadura de secção elíptica, brancos na base, apresentando a forma de uma lira; orelhas largas e de alta inserção; face curta, quadrada e deprimida na sua união com o chanfro. Barbela muito desenvolvida. Pescoço curto e espesso. Peito largo, profundo, com o costado arredondado. Ventre pouco volumoso. Dorso quase direito. Rins curtos e largos. Quadril de anca larga, garupa direita e bem musculada. Coxas largas e bem fornidas de massas musculares. Espáduas largas de pá e bem destacadas uma da outra. Nádegas compridas, espessas e convexas. Membros curtos, bem aprumados, pouco joelhudos, terminando por unhas curtas e arredondadas. Cauda de alta inserção e terminada por um tufo de pêlos negros. Pele de mediana grossura, macia, revestida de pêlos castanhos que variam do castanho escuro ao castanho claro. Temperamento nervoso. Raça rústica, sóbria, pouco exigente nos cuidados de habitação e outros.

Vocação - decidida vocação para a ceva e para o trabalho".

O mesmo autor afirma: "a raça bovina barrosã, pe los seus predicados morfológicos e faculdades económicas é das que mais se avizinha da beleza zootécnica fundamental".

A respeito das aptidões zootécnicas da raça barrosã citaremos BERNARDO LIMA (1919) o qual, a dada altura da sua brilhante e pormenorizada descrição da rês bovina barrosã, escreveu o seguinte:

"... a raça barrosã não é uma raça decididamente leiteira, mas sim antes uma raça de dupla aptidão para o trabalho e para a ceva, uma raça a dois fins, trabalho e engorda , e a nosso ver, por enquanto, muito útil e importante nestas aptidões, e principalmente na última, em que ela já prima entre todas as nossas raças bovinas, sem temer, talvez, a confrontação com outras raças estrangeiras nas mesmas, e algumas em melhores, circunstâncias de existência".

Vemos, assim, que a aptidão em que menos se avantaja esta raça é como produtora de leite, se bem que numa classificação de vacas leiteiras baseada na qualidade do leite possa enfileirar ao lado das de melhor fama. Com efeito, embora produza pouco leite - raras são as vacas que produzam mais de 1 000 litros durante o período de lactação - este é muito butiroso e caseoso. BERNARDO LIMA reconhece este facto ao afirmar: "na ordem das leiteiras man



teigosas é que as vacas barroãs podem reputar-se na conta das de melhor classificação".

É muito provável que, por meio de uma bem orientada selecção, esta raça podesse converter-se numa razoável raça leiteira sem prejuizo das suas outras qualidades.

Em Pitões, como aliás em todo o Barroso, a quase totalidade do efectivo bovino é constituído por fêmeas. Este facto encontra plena justificação no maior lucro que as vacas dão ao seu possuidor, pois, além do trabalho e estume fornecido pelos bois, aquelas fornecem-lhe também as crias e algum, se bem que pouco, leite.

Poderá objectar-se por um lado que as vacas não podem competir com os bois na quantidade de trabalho fornecido e por outro que é inconveniente submeter as mesmas a trabalho intenso no período que engloba os últimos meses de prenhez e os quatro a cinco meses de amamentação das crias. No entanto, como cada lavrador possui, normalmente, mais que uma junta, consegue quase sempre realizar com elas - revezando-as - todos os trabalhos necessários sem ultrapassar os limites prescritos pela boa higiotesnia. Aqueles lavradores que apenas possuem uma ou duas juntas já, muitas vezes, não podem seguir estas regras. Estes mesmos, porém, quando vêem que o trabalho a realizar vai exigir dos seus animais um esforço incompatível com

os bons preceitos, recorrem ao auxílio de qualquer vizinho o qual, de boa mente, põe à sua disposição um dos seus cingéis, pois sabe que na primeira oportunidade receberá idêntica retribuição.

Assim é que as juntas de bois apenas aparecem nas casas agrícolas mais abastadas, onde as maiores exigências de trabalho já são de molde a justificar a sua utilização. Estes bois são, na maioria dos casos, de raça maronesa, encontrando-se também uma ou outra junta de mirandeses.

À parte estes bois de trabalho, existem em cada povoação de Barroso um ou mais touros reprodutores. Estes touros ou são pertença de algum lavrador mais abastado ou da comunidade, que se associa para a sua aquisição e manutenção.

Em Pitões existem actualmente três reprodutores particulares dois dos quais são também utilizados como animais de trabalho, e dois "touros do povo". Estes "bois do povo" são propriedade de todos os possuidores de vacas da freguesia. Para seu sustento têm "pasteiros" e lameiros próprios - as "lamas do boi".

Para o "boi" existem, também, palheiros e cortes próprios. O pastor e tratador dos touros é um indivíduo a justado ao ano, mediante o pagamento de umas tantas "ra-

sas" de centeio, pagamento esse efectuado por todos os co-proprietários, proporcionalmente ao número de vacas possuídas.

Na freguesia é o seguinte o regime de exploração e o regime alimentar do gado bovino:

Em princípios de Junho, acabadas de pastar as últimas feras e terminadas as operações de sementeira, passa o gado a ser alimentado nos extensos baldios, que por essa altura fornecem abundantes pastos, e a maior parte dele, com excepção de vaca parida, ou em lactação, por lá permanece dia e noite, durante meses entregue a si mesmo, apenas descendo ao povoado quando se torna necessário realizar qualquer trabalho, mudando de local a seu bel-prazer em procura do pasto, água ou sítio fresco onde, nas horas de calmaria, possa "bater a mosca" e ruminar descansadamente os alimentos ingeridos durante a parte da manhã.

Estes locais - "as sestras" - onde o gado se reúne nas horas mais quentes do dia são, normalmente, pontos elevados nos quais corre quase sempre uma brisa refrescante. Alguns destes locais eleitos pelo gado para "bater a mosca" nomeadamente na Serra do Gerez, não são mais que pequenos platós de escarpas quase a pique e de difícil acesso. Mal o calor começa a apertar, repete-se o espectáculo

de todos os dias: por todos os lados surgem grupos de animais que, badalando os seus chocalhos, a passo e em boa ordem, iniciam por ásperos carreiros a ascensão para essas plataformas que chegam a cobrir quase totalmente e onde se mantêm em quase completa imobilidade como que conscientes do perigo que adviria se qualquer deles se decidisse a entrar em luta com os vizinhos, do que resultaria, sem dúvida, despenhar-se algum pelas íngremes ribas que circundam a "sesta" com bem poucas probabilidades de sair com vida de semelhante queda.

Interessante é notar que, mesmo em completa liberdade, o gado de cada proprietário raramente se separa e se durante o dia se dispersa um pouco mais, logo que cai a noite trata de reagrupar-se, levado por atávico instinto de defesa contra possível inimigo - neste caso o lobo. No entanto, o lobo só raramente se atreve a atacar animais providos de tão boas armas de defesa e quando o faz é quase sempre em prejuizo de novilha que, por menos possante e mais confiada, se deixa surpreender isolada e se torna mais fácil presa.

Neste regime mantêm-se o gado pelos meses de Junho, Julho, Agosto e parte de Setembro. Durante este período só as vacas em aleitação, as únicas que pernoitam no estábulo, são pensadas na corte com uma pequena ração

de feno, mão-cheia de erva ou de milho proveniente dos des bastes que em Setembro é substituído pelas "bandeiras" do mesmo.

Entretanto, aproxima-se Outubro, caídas as primeiras chuvas, a maior parte dos lameiros apresenta viço sa camada de erva, na região designada por "outono".

A partir dos Fins de Setembro até princípios de Novembro, saídas as vacas para os lameiros por volta das dez da manhã por lá se mantêm duas, três ou quatro horas, consoante a abundância de erva, passando em seguida para o "monte" onde completam a sua alimentação verde, recolhendo às cortes um pouco antes do escurecer. É a partir de Outubro que todo o gado passa a comer uma ração de feno, pois os dias mais curtos e bastantes vezes invernosos e os pastos que vão escasseando já não garantem alimentação suficiente no exterior.

Nos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fev reiro, com a chegada dos grandes frios e geadas, deixam os lameiros de fornecer pastos que se vejam e o gado, apascentado apenas nos baldios, atravessa um período de sub-ali- mentação com escassez de forragens verdes. Nestes meses, depois de comida na corte a ração de feno da manhã, sai para os baldios por volta das onze horas e por lá anda to sando os magros pastos até cerca das quatro, quatro e meia

da tarde, hora em que regressa às cortes onde já as espera a ração da noite.

Se o feno chega, vaca parida ou enfranquecida por qualquer outra razão comerá uma terceira ração de feno "a sobreceia".

Alguns lavradores há que possuindo entre os seus bovinos uma junta da sua especial predilecção a ela dedicam especial atenção, fornecendo-lhe alimentação mais abundante e escolhida, algumas vezes, até em detrimento dos restantes animais.

Nesta época o problema da alimentação do gado é, frequentemente, agravado pela neve que, caindo em grande quantidade, cobre totalmente o solo. Mesmo nestes dias, às vezes dez e mais, o lavrador faz sempre sair o seu gado para que beba e passeie um pouco e - no dizer dele - não "ougue" pelo facto de ficar retido nas cortes. O feno constitui então a única alimentação e se os nevões se sucedem os palheiros ficam desfalcados, as rações têm que ser reduzidas e o lavrador assiste, impotente, ao enfraquecimento gradual dos seus animais sem que tenha possibilidade de remediar a situação. É então que se recorre à batata, quando a há, e se completa a ração com algumas dúzias de tubérculos. O lavrador atribui à batata um valor forraginoso mais alto do que, na realidade tem, pois, como se sa-



be, são necessários cerca de quatro quilogramas de batatas para perfazer uma unidade forrageira.

A quantidade de feno consumida por cabeça é muito variável, de ano para ano, dependendo das irregulares produções anuais e da forma como decorre o tempo durante os meses de inverno. Durante o período do ano em que são pensados na corte, estes animais, para se manterem num estado de carnes que nem de longe se aproxima da gordura — para se manterem limpos, como usa dizer-se — necessitam consumir, pelo menos, 120 arrobas de feno por cabeça.

Chegado Março, passam os gados a ser novamente apascentados nos lameiros onde a erva começa a despontar. Tal como em Outubro, pastam nos lameiros durante algumas horas e a seguir vão para o "monte". A quadra invernososa está a terminar e a alimentação seca vai sendo gradualmente substituída pela verde. Durante este mês e os seguintes de Abril e Maio continuam a comer rações de feno pela manhã e à noite, mas as doses vão sendo diminuídas à medida que abundam os pastos.

Em Abril os lameiros têm de ser vedados com vista à produção de feno e é com as ferrãs de centeio que o gado satisfaz as suas exigências de alimentação verde completada nos baldios.

Com a entrada de Maio são comidas as últimas ferrãs, pois os terrenos vão ser amanhados para a próxima cultura, mas agora já os pastos abundam nos baldios e nos pasteiros e é para lá que vemos dirigirem-se os passos dos pastores tangendo as suas vacas. Por esta altura estão esgotadas as reservas de feno e este acaba por ser excluído da alimentação dos bovinos com excepção de vacas com crias ou em adiantado estado de gestação.

Como pode ver-se, pelo que ficou dito, dentro dos limites da técnica regional, o gado bovino é objecto de especiais cuidados e, se nem sempre é alimentado segundo os bons preceitos da higiotechnia, é a maior parte das vezes a força das circunstâncias que a isso conduz e não o desleixo ou falta de interesse do lavrador.

Se, a propósito da alimentação, pode fazer-se esta afirmação, já o mesmo não pode dizer-se no que respeita ao seu alojamento. As cortes, a maior parte situadas nos baixos das casas de habitação, não obedecem às mais elementares condições de higiéne e os efeitos perniciosos que a falta de arejamento dos estábulos e o excesso de humidade das camas exercem sobre os animais só não se manifestam mais prejudiciais devido à rusticidade da raça e às condições climáticas da região.

As principais epizootias a que este gado está

sujeito são o aborto contagioso (brucelose), a febre aftosa e a vaginite granulosa.

O aborto contagioso causa anualmente elevados prejuízos, não só pelo número de crias perdidas com também porque muitas das vacas abortadas ficam inutilizadas tanto para a reprodução como para o trabalho.

A febre aftosa também aparece em surtos periódicos, provocando a morte de alguns animais, o aborto de outros e o depauperamento e a inutilização temporária de grande número.

A vaginite granulosa dá origem a muitos casos de infecundidade.

Este estado de coisas deve-se em grande parte ao espírito de rotina do lavrador que só em casos extremos recorre aos serviços médico-veterinários e quase nunca obedece aos mais elementares princípios higiênicos, tais como o isolamento dos animais doentes, desinfecção dos estábulos, etc.

### 2.2.3. Gado suíno

Quase todos os animais existentes pertencem à raça bísara, a mais comum em Barroso, como aliás em quase todo o norte do País.

As mais evidentes características morfológicas

desta raça são as seguintes: cabeça grossa com orelhas grandes e pendentes, focinho comprido, tronco alongado e com o dorso arqueado, membros altos e grossos, esqueleto desenvolvido e pelagem cinzenta ou malhada.

Segundo THIerno (1908) as orelhas grandes e pendentes são indício de uma muito antiga domesticação.

Esta raça, comparada com as raças melhoradas, é de mais lento crescimento e engorda e entoucinha pouco, mas dá óptima carne.

Na região, dadas as condições de clima e a forma como é defumada, a carne destes animais conserva-se muito bem e é de óptimo paladar. Mortos em Dezembro ou Janeiro e convenientemente salgados e defumados vão desempenhar, pelo ano fora, as funções de talho da casa pois carne fresca raramente aparece na mesa do lavrador.

A alimentação dos porcos é constituída por restos e lavagens de mistura com algumas couves e erva, cascas de batata, batata "miúda" e farelos. Na época da ceva aumenta-se a quantidade de batatas e farelos e de manhã e a meio da tarde comem também uma ou duas malgas de milho ou de bolota.

A maior parte destes animais anda quase todo o dia em completa liberdade, cirandando pelas ruas da povoação, foçando e refocilando-se nos lamaçais - não tão ra-

ros como seria de desejar - que encontra no acaso das suas andanças.

Algumas vezes leva as suas peregrinações um pouco mais longe e, se topa "buqueiro" mal tapado ou bueiro por onde consiga passar o corpanzil, ei-lo que se entrega com toda a gana a destroçar milhoaral ou batatal ou a virar torrão de lameiro, com grande arrelia para o seu dono que, na melhor das hipóteses, terá que ouvir as queixas, nem sempre em termos cordatos, do vizinho lesado.

O mal rubro (erysipelas suum) e a peste suína (pestis suum) causam verdadeiras hecatombes entre estes animais. Há anos em que a maior parte deles é dizimada por estas doenças. O grande desequilíbrio financeiro que este facto provoca aos seus possuidores poderia ser evitado vacinando os suínos em devido tempo. A vacina é relativamente barata e de efeitos seguros, mas nem os esforços do médico veterinário municipal nem os conselhos dos melhor avisados conseguem convencer a maior parte dos habitantes das vantagens desta medida preventiva. Dotados de um certo fatalismo e com o espírito fechado a tudo o que seja inovação ou modificação das velhas práticas, só a poder de tempo e sempre à sua custa é que se convencem das vantagens desta ou daquela medida.

Aliando a isto o facto de permitirem que tanto

animais sãos como doentes andem livremente pelas ruas não é de admirar que as epizootias alastrem de maneira tão rápida e com efeitos tão desastrosos.

#### 2.2.4. Gado caprino e ovino

Na região, este gado é vulgarmente designado por "rês ou fazenda miúda".

As cabras são da casta serrana derivada, segundo alguns, da "capra lusitanica", espécie selvagem peculiar da Serra do Gerez e hoje completamente extinta. São animais pequenos, de pelagem curta e áspera, membros finos e unhas rijas e pequenas.

São animais muito rústicos mas pouco produtivos.

As ovelhas do tipo churro, animais pequenos e degenerados, produzem pouco leite e pouca lã de má qualidade. A produção média de lã por cabeça raramente chega aos 500 gramas. Esta lã é quase toda utilizada na confecção caseira de vestuário.

O gado caprino fornece a quase totalidade da carne fresca utilizada na alimentação. Na época das segadas e malhadas sacrificam-se, para esse fim, alguns animais adultos e por alturas da Páscoa alguns cabritos.

O seu dono realiza também algum dinheiro com a venda anual dos animais mais velhos, dos machos castrados



e dos cabritos; as cabritas não se vendem, pois irão substituir no rebanho os animais mortos ou vendidos.

No entanto, a principal função económica das cabras e ovelhas é a produção de estrumes e é como auxiliares da agricultura que elas se tornam indispensáveis ao lavrador.

Estes animais são apascentados exclusivamente nos baldios. Durante o tempo que medeia entre 1 de Maio e 31 de Outubro, época em que são mais intensos os trabalhos agrícolas, faz-se a "vezeira". Esta não é mais que a reunião de todas as cabras e ovelhas dos diversos vizinhos num mesmo rebanho apastorado "à vez" pelos seus possuidores. Por cada vinte cabeças possuídas terá, cada família, de apastorar a vezeira durante um dia. Se o número de cabeças que uma família possui é inferior a vinte, apenas terá que fornecer pastorem rodas alternadas.

À hora da saída do rebanho, o pastor toca uma buzina, os vizinhos abrem as portas das cortes e limitam-se a enxotar a "rés", a qual por si só se encaminha para o habitual ponto de reunião. Uma vez todo o gado reunido parte para o monte. Ao escurecer, regressa à povoação e procura a sua corte sem ser necessário andar a separá-lo.

A vezeira tem a sua razão de ser. Por este sistema evita-se que cada casa tenha que dispor, todos os di

as, de um pastor para guardar o seu rebanho numa época em que todos os braços válidos se tornam necessários para as fainas agrícolas. Este processo de reunir um grande número de animais para serem apascentados em conjunto tem o inconveniente de fazer com que aqueles que seguem na cauda do rebanho se alimentem deficientemente, uma vez que apenas lhes cabem os restos deixados pelos que pastam na vanguarda. Como, porém, durante o período em que se faz a vezeira os pastos são abundantes, o inconveniente aparece atenuado.

Quando o número de rezes é muito elevado, organiza-se mais que uma vezeira, em parte para evitar o inconveniente apontado e, em parte, para facilitar a tarefa do pastor. Em Pitões formam-se quatro vezeiras.

Chegado Novembro e terminada a vezeira, aqueles que possuem maior número de cabeças passam a pastorá-las separadamente, os que possuem menos reúnem os seus gados e organizam pequenos rebanhos - os "fatos" e pagam a um pastor para guardá-los. O preço cobrado é de 12\$00 por cabeça no período que vai de 1 de Novembro a 1 de Maio.

Durante o inverno este gado alimenta-se muito mal. O frio, a chuva e a neve aliados à pequena duração dos dias e à magreza dos pastos, mal lhe permitem procurar sustento que lhe garanta a sobrevivência. Se é ano de

nevões, que cobrem o solo durante muitos dias e impossibilitam a saída do gado, a crise alimentar agrava-se e muitos animais morrem. As ovelhas, por serem as menos resistentes, são as que mais se ressentem. É então que lhes são fornecidas nas cortes pequenas doses de feno e folhas secas de vidoeiro, mas em quantidades tão diminutas que, prolongando-se a situação, as mortes por inanição se sucedem. A época normal das partições é por todo o mês de Janeiro e os animais, debilitados por uma alimentação deficiente, abortam com muita frequência e mesmo aqueles que têm partos normais faltam muitas vezes com o leite necessário à alimentação das crias.

#### 2.2.5. Breves considerações acerca de alguns dos problemas que afectam a bovinicultura regional

A região de Barroso tem vindo a atravessar uma grande crise no que respeita à sua riqueza pecuária. Este facto assume especial acuidade em relação à raça bovina barrosã. Com efeito, tem vindo a acentuar-se a diminuição da qualidade deste gado com a consequente repercussão nos resultados económicos de sua exploração.

Como a freguesia que vimos a estudar está enquadrada nesta região e uma vez que tal facto se apresenta com características regionais, será no âmbito regional

que iremos apreciá-lo tanto mais que, desta forma e sem sairmos pròpriamente fora dos limites do nosso trabalho, melhor poderemos tentar abarcar o problema em toda a sua extensão.

São várias as causas dessa crise - fruto, umas, de erros cometidos por gerações sucessivas de criadores - devidas, outras, a mudanças de rumo na actividade agrícola da região do que resultou considerável diminuição da área privada e comum destinada a pastagens. E, assim, devido às primeiras processou-se o abastardamento da raça, e como consequência das segundas estabeleceu-se um desequilíbrio entre efectivos existentes e alimentos disponíveis, em virtude do qual mais se acentuou esse abastardamento.

Nas considerações que se seguem tentaremos analisar, em linhas gerais, as causas e efeitos apontados.

Em relação à primeira das causas apontadas, o abastardamento da raça barrosã tem-se processado não só devido à má escolha dos genitores como também à infusão de sangues estranhos em virtude de diversas e desordenadas cruzas com elementos mirandeses turinos e galegos (rúbia). Destes factos resulta que se vai tornando cada vez mais difícil encontrar animais cujas características correspondam àquelas que se consideram como sendo apanágio da raça barrosã.

Os criadores, em justificação destas directrizes, alegam que, por meio dos cruzamentos, conseguem obter animais que superam a raça autóctone, nuns casos em produção leiteira, noutros em rendimento e capacidade de trabalho e, em quase todos, no maior peso das crias. Este último aspecto é o mais evidente e traduz reais vantagens pois, sendo actualmente a maior parte das crias vendidas para o corte, quanto mais pesarem mais valem.

Assim posta a questão, parece que seria economicamente vantajoso optar pelos cruzamentos, mas o que na realidade acontece é bem diferente e muito menos animador. Com efeito, em consequência dessas cruzas desordenadas e contínuas, se é verdade que muitas vezes se obtêm produtos de primeira geração de bom valor funcional, resultado natural do fenómeno da heterose, já o mesmo se não verifica nas gerações seguintes; as qualidades que procuravam obter-se atenuam-se, o peso decai e à segunda ou terceira geração o lavrador encontra-se perante biotipos os mais dispares, de qualidade inferior e que não podem, de forma alguma competir com os de raça barrosã. Quando muito justificaria-se, talvez, o cruzamento industrial: obtenção por meio de cruzamento das vacas barrosãs com touros de outras raças mais corpulentas e precoces - na região parecem resultar bem para este fim o rúbio galego e o pardo alpino -

- de crias de maior peso para o corte, mas exclusivamente e só para isso. Dada, porém, a deficiência de conhecimentos biológicos da generalidade dos lavradores, esta prática apresenta-se pouco viável, pois o mais natural seria e les deixarem-se entusiasmar pelas qualidades manifestadas pelos produtos da  $F_1$  e utilizarem-nos como reprodutores, o que iria redundar nos mesmos inconvenientes atrás apontados. Além disso, é de notar que, em igualdade de peso vivo, sempre a cria pura barrosã é paga por maior preço, pois além da melhor qualidade da carne dá um maior rendimento em carne limpa.

Em face destas considerações, quere-nos parecer que, em Barroso e nas actuais condições de exploração pecuária, o gado barrosão, mercê das qualidades inerentes à raça e da sua adaptação secular às agrestes condições regionais, não poderá ser substituído com vantagem por qualquer outra raça bovina. Com efeito, a sua grande rusticidade, a sua grande actividade prolífica e a óptima qualidade da sua carne dificilmente encontram paralelo em outras raças.

Mal avisado andou o criador Barrosão ao pretender substituir a raça regional por qualquer outra raça nacional, ou por produtos de cruzamentos feitos ao acaso e sem uma directriz bem definida. Melhor faria ele se tives



se procurado melhorar as qualidades do bovino barrosão, o que, estamos convencidos, poderia ter-se conseguido por uma bem orientada escolha e selecção dos reprodutores aliada a um regime alimentar mais racional, mais equilibrado ao longo de todo o ano, evitando ao armentio os penosos períodos de escassez suportados na quadra invernososa, melhorando a qualidade das forragens, as condições higiénicas dos estábulos, etc.

Adoptando-se estas e outras medidas consideradas necessárias e obtendo-se a cooperação de todos os criadores regionais supomos que alguma coisa de duradouro e definitivo se teria conseguido em prol do melhoramento da raça barrosã.

Num passado não muito remoto ainda alguma coisa se tentou neste sentido. Por volta de 1914 fundou-se, em Montalegre, um Posto Zootécnico destinado ao melhoramento do gado bovino barrosão, subordinado a um regulamento elaborado por JOÃO THIerno. A ideia e a obra, que deviam merecer o carinho e apoio de todos, acabaram por perder-se, mercê de circunstâncias várias.

Outra das causas dessa crise foi, sem dúvida, a mudança de rumo na actividade agrícola, mudança essa que, sem ter sido devidamente planeada, veio provocar uma ruptu

ra do conveniente equilíbrio entre a exploração pecuária e a cultura das terras. Esta mudança ficou a dever-se em grande parte ao incremento da cultura da batata-semente, cultura que tem vindo a desempenhar um papel de relevo no desenvolvimento económico da região. No que respeita ao gado bovino teve, porém, consequências pouco menos que de sastrosas.

Esta cultura, que de início teve uma feição nitidamente capitalista, passou, a determinada altura, a ser praticada por uma grande maioria dos lavradores de Barroso. A princípio com grande relutância, depois cada vez mais afoita, passou grande parte dos lavradores de Barroso a dedicar-se à produção de batata-semente. O que em parte os convenceu - até mesmo aos mais renitentes em abandonar a rotina de práticas velhas de séculos - foram os altos preços atingidos por este produto nos anos correspondentes à última grande guerra - chegou a pagar-se o quilo de batata-semente a 6\$00 e mais.

Assistiu-se, então, a grandes modificações na estrutura económica em que se apoiava o agregado social Barrosão. A noção de valores do camponês foi abalada nos seus alicerces: o gado ao qual, até aí, dedicava o melhor da sua atenção e cuidados, pois era dele que provinha a receita com que fazia face às suas despesas em numerário, pas

sou a ocupar um lugar secundário perante essa cultura que tão rendosa se apresentava. Muitos lavradores, numa tentativa de aumentar a área de cultivo a dedicar à batata, arrotearam grande parte dos seus lameiros. Alguns dos baldios de melhor qualidade seguiram, de perto, o mesmo caminho. Disto resultou considerável diminuição das áreas de pastagem comuns e privadas. A este facto veio juntar-se a grande diminuição das áreas baldias usufruídas em comum devida à acção promovida pela Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Junta de Colonização Interna.

Assim foi que o lavrador, não estando devidamente preparado para introduzir nas suas explorações as modificações que se impunham em face deste novo condicionalismo, se viu perante a impossibilidade de manter em boas condições os efectivos pecuários que, até então, possuía.

Por outro lado o alargamento da área cultivada exigia um quantitativo e potencial de trabalho animal incompatíveis já, em muitos casos, com a capacidade das suas vacas barrosãs, mantidas, até então, principalmente em função de reprodução e apenas capazes de fornecer, dentro dos limites da boa higiene, uma dose moderada de trabalho que, anteriormente ao incremento da cultura da batata, satisfazia cabalmente às exigências da exploração.

Estes factos levaram muitos lavradores a substi

tuir as suas vacas barrosãs por uma ou duas juntas de bois - quase sempre maroneses - mais aptos para um trabalho aturado. Outros, a maior parte, continuaram a utilizar as vacas, mas estas, mais trabalhadas e perante menores disponibilidades forraginosas, deixaram de satisfazer àquelas condições que permitiam classificá-las como boas reprodutoras. O número de crias diminuiu, apresentando-se estas menos corpulentas e em piores condições de nutrição.

É de notar que em Pitões estes factos não assumiram tão grande acuidade, pois os seus habitantes ainda continuam a dispor de grandes áreas de baldio e, além disso, por mais isolados e conseqüentemente mais rotineiros não chegaram a interessar-se grandemente pela cultura da batata-semente.

No que respeita a estes aspectos e aparte as causas externas que contribuíram para motivá-los, o lavrador de Barroso incorreu, a nosso ver, em vários erros. Não pretendemos com isto culpá-lo, nem de longe, pelo facto de ter dedicado grande interesse à cultura da batata, pois não podem pôr-se em dúvida as reais vantagens económicas que daí advieram para a região, se bem que as actuais dificuldades de colocação do produto a preços remuneradores sejam de molde a provocar, por parte da lavoura regional, uma revisão cuidada de posições e de processos por forma

a evitar de futuro situações que, a repetirem-se, irão sem dúvida conduzindo o lavrador até à ruína total. Supo-  
mo-lo culpado, sim, pela incúria e desleixo a que paralelamente ~~Motou~~ o seu gado o qual era e — estamos convencidos — continuará a ser, a despeito de tudo, a melhor e mais racional forma de aproveitamento dos recursos naturais da região. Supomo-lo culpado, ainda, pelo imobilismo com que tem encarado assunto de tanta importância como é o abastardamento e depreciamento cada vez mais acentuado de uma riqueza que, racionalmente aproveitada, poderia e deveria ser o esteio em que viria a apoiar-se uma bem equilibrada estrutura agro-pecuária.

Neste momento ocorre perguntar qual a forma de elevar a exploração pecuária regional ao nível desejável.

Não deve esquecer-se que, para encontrar a solução adequada, primeiro que tudo há que dispor de quantitativos e qualitativos de forragens capazes de permitirem realizar e incrementar a exploração bovina em bases aceitáveis. Para isso terão de adoptar-se diversas medidas, medidas essas já por nós focadas e que portanto nos escusaremos de repetir.

Uma vez resolvido o problema forrageiro, surge a questão de saber se será mais vantajoso continuar a uti

lizar a raça barrosã, tentando o seu melhoramento, ou optar pela introdução de uma outra qualquer raça cuja exploração se tornasse mais rendosa.

Presentemente a raça barrosã encontra-se por tal forma abastardada que qualquer tentativa de melhoramento irá infalivelmente esbarrar com obstáculos que, na melhor das hipóteses, exigirão anos para serem transpostos com êxito, o que, de forma alguma, se coaduna com o actual momento económico que, neste, como noutros sectores, impõe a necessidade de caminhar rapidamente ao encontro das melhores soluções.

Com efeito tanto o melhoramento por selecção em raça pura como por intermédio de cruzamentos cientificamente orientados, carecem de grande número de anos para serem levados a cabo e, mesmo assim, sem a antecipada garantia de que conduzam ao objectivo visado. Ora não há dúvida que, em face da presente conjuntura económica, não é justificável perder tempo em tentativas aleatórias sem a garantia de resultados seguros capazes de compensar do "intermezzo" durante o qual nos limitaríamos a esperar a vinda de melhores dias.

Ponderada, assim, a questão, somos levados a concluir que, pelo menos teóricamente, o mais indicado caminho a seguir seria a substituição dos efectivos existen



tes por uma outra raça com maiores índices de transformação aliados a uma boa adaptação ao meio e capaz, portanto, de dar maiores rendimentos.

A adaptação desta solução implicaria um dispêndio inicial de capital proibitivo para a bolsa dos lavradores e só com o auxílio do Estado poderia levar-se a cabo. Evidentemente que está fora de questão pensar em substituir total e imediatamente o gado existente pela nova raça a introduzir. Essa substituição far-se-ia gradualmente — começando de princípio pelos lavradores que manifestassem melhor receptividade à ideia e que mostrassem possuir condições para levá-la a bom termo — e de tal forma que, em virtude das vantagens evidenciadas, acabasse por ser desejada e realizada pelos restantes.

É agora a ocasião de nos perguntarmos qual o destino a dar à raça barrosã que consegue através de tantas vicissitudes e sujeita, durante tantos anos, a uma selecção negativa — e ao escrevermos negativa pensamos, entre outras possíveis causas, na deficiente alimentação a que tem sido sujeita, na má escolha dos genitores (a boa vitela vai para a feira, a que fica em casa para criar é aquela que, por qualquer razão, não atingiu peso ou proporções que garantissem uma boa venda) e em todos os ou-

7

tros factores que se radicam numa má orientação de criação pecuária - consegue, dizíamos, sobreviver e ser ainda digna de interesse zootécnico.

Neste caso, achamos que seria de - paralelamente a todas as outras medidas a tomar - o Estado chamar a si o encargo de promover ao seu melhoramento e, já agora sem pressas impostas por condicionalismos económicos, trabalhar seguramente no sentido de elevar o seu nível zootécnico e rejuvenescer e reabilitar uma raça que, convenientemente melhorada, poderá vir a competir com outras que de momento se lhe avantajam.

## CAPÍTULO IV

Os resultados técnico-económicos da exploração agrícola. Comparação com outras regiões.

Uma vez que, como já vimos, a economia da região em estudo se apoia na actividade agrícola, tornava-se de todo pertinente apresentar, por meio de índices técnico-económicos, o panorama geral deste sector.

É o que tentaremos fazer no presente capítulo utilizando alguns indicadores de gestão, referentes às explorações que inquirimos.

### 1. Metodologia

Para realizar este estudo adoptou-se o método representativo. Tomou-se um pequeno número de explorações, escolhidas intencionalmente mas por forma a que fossem representativas do conjunto. Para a escolha destas contribuiu grandemente o conhecimento que possuímos da região e,

bem assim, dos empresários. Assim, cotejando a nossa opinião, apoiada em vários anos de contacto pessoal com as realidades regionais, e a opinião local, acabamos por inquirir nove explorações, as quais representam 8 % do total das explorações da freguesia e 8,3% da superfície privada.

A ficha de inquérito utilizada é idêntica à preconizada por CASTRO CALDAS & MÁRIO PEREIRA (1959). Esses inquéritos fazem parte do nosso relatório de tirocínio.

No apuramento de resultados seguiu-se, a par e passo, a metodologia indicada por CARLOS DA SILVA & ALARCÃO (1964).

Escusado será dizer que deparámos com algumas dificuldades, parte delas se não insuperáveis, pelo menos de bastante difícil resolução dentro dos limites impostos no que respeita a precisão de resultados.

Referiremos, como exemplo mais frisante, o problema levantado pelos baldios, bastante representativos na região. Com efeito, as características de que se reveste a exploração agro-pecuária regional, exploração esta estreitamente ligada à utilização em comum de grandes áreas baldias, suscitam vários problemas e impõem um condicionalismo muito particular, que se torna necessário ter em linha de conta aquando da realização de estudos deste género.

Parece-nos que não poderá dar-se uma ideia cor-

recta da estrutura e resultados das explorações agrícolas integradas neste conjunto se assim não se proceder.

Porque assim pensamos, propusemo-nos estabelecer, de maneira tão aproximada quanto o permitia a relativa imponderabilidade de alguns dos factores a considerar, as bases em que haveria de assentar-se para não se incorrer em graves erros de apreciação.

Em princípio impunha-se determinar a área de baldio que, teóricamente, corresponderia a cada uma das explorações analisadas.

Para isso, partimos de factos já anteriormente considerados, tais como: a livre utilização dos baldios por parte de todos os utentes, quer no que se refere à colheita de matos e materiais diversos quer no que respeita ao apascentamento dos gados; a área total de baldios e a sua subdivisão por classes de produtividade; o tempo que cada espécie pecuária é aí apascentada, o que nos permite, uma vez sabido o número de animais, determinar a área de baldio por cabeça normal.

Equacionada esta primeira parte do problema e partindo do princípio, que supomos correcto, de que a utilização do baldio é proporcional ao número de cabeças normais de cada exploração, estimou-se uma área de baldio pertencente a cada exploração em função do seu efectivo pecuá

rio. Esta área adicionada à superfície privada de cada exploração dá-nos a área total e depois de aplicados os coeficientes correspondentes, a SAU. Este facto justifica-se uma vez que esta área de baldio contribui para o rendimento bruto e utiliza factores de produção, caso por exemplo de trabalho, em doses proporcionais ao número de cabeças. A SAU equivalente de baldio foi calculada com base nos coeficientes preconizados por CASTRO CALDAS & MÁRIO PEREIRA (1959). Como, porém, se nos depararam três classes de produtividade, utilizámos ainda um outro coeficiente para uma terceira classe de produtividade.

No nosso relatório de tirocínio encontram-se expressos, em pormenor, os dados concretos de que partimos e os resultados dos cálculos efectuados.

Para evitar repetições limitar-nos-emos, aqui, a anotar que a superfície de baldio que se verificou caber a cada cabeça normal aí apascentada durante o ano, foi de 5,70 ha os quais equivalem a 0,34 ha de superfície a-grícola útil.

De acordo com esta orientação, será à SAU total assim determinada que nos reportaremos aquando da determinação de alguns dos índices que a seguir se apresentam. Abriremos, no entanto, uma excepção para o cálculo dos fertilizantes utilizados por ha de SAU, caso em que achamos



dever considerar apenas a SAU correspondente à propriedade privada.

Os valores venais em que nos apoiámos para valorizar cada uma das parcelas das explorações apresentam-se na tabela seguinte:

Terrenos de cultura, de sequeiro

Terras de 1. <sup>a</sup>	.....	35 a 50 000\$00/ha
Terras de 2. <sup>a</sup>	.....	25 a 35 000\$00/ha
Terras de 3. <sup>a</sup>	.....	15 a 25 000\$00/ha
Terras de 4. <sup>a</sup>	.....	10 a 15 000\$00/ha

Terras de cultura, de regadio

Terras para culturas anuais	...	50 a 60 000\$00/ha
Lameiros de 1. <sup>a</sup>	.....	50 a 70 000\$00/ha
Lameiros de 2. <sup>a</sup>	.....	30 a 50 000\$00/ha
Lameiros de 3. <sup>a</sup>	.....	20 a 30 000\$00/ha
Pasteiros	.....	10 a 20 000\$00/ha
"Touças" (matas de carvalhos e giestas)	.....	10 a 20 000\$00/ha
"Tapados" (matos e pasto)	.....	5 a 10 000\$00/ha.

O enquadramento de cada uma das parcelas dentro desta tabela foi feito com um certo rigor, apoiando-nos, para isso, no conhecimento directo que nos adveio dos anos

em que temos vindo a exercer a nova actividade na região.

## 2. Estrutura das explorações

A superfície agrícola privada total do conjunto das 9 explorações analisadas é de 45,74 ha sendo em número de 183 os prédios ou parcelas que as constituem o que dá uma média de 20 parcelas por exploração, número este que nos dá uma ideia do grande parcelamento da propriedade.

A área média correspondente a cada parcela é de 0,240 ha.

Uma das explorações analisadas teve uma superfície total de 9,33 ha distribuídos por 48 prédios. A exploração a que corresponde a maior área dispõe de 12,04 ha repartidos por 32 prédios e a mais pequena é constituída por 2 prédios ocupando uma área de 0,240 ha.

Para completar esta estrutura patológica aparece a grande dispersão das parcelas que frequentemente atingem afastamentos superiores a 4 quilómetros.

Aliando estes factos ao mau estado dos caminhos que dão acesso aos prédios, podem avaliar-se melhor os grandes inconvenientes que daí advêm para a boa gestão da empresa agrícola assim estruturada.

Analisando o quadro 31 verifica-se que aos 45,74 ha de ST privada correspondem 43,37 ha de SAU, pertencendo à maior exploração 11,69 ha e à mais pequena 0,24 ha. A superfície forraginosa privada é de 29,4 ha dos quais 19,88 correspondem a prados permanentes (lameiros). A área ocupada pelos prados permanentes corresponde a 45,8% da SAU.

No que respeita ao aproveitamento do solo não existem dissimilhanças marcadas entre explorações, sendo idênticas as culturas efectuadas e as rotações adoptadas.

### 3. Análise económica das explorações

A análise económica das explorações far-se-á a partir dos quadros 31 e 32 onde se inserem os índices que nos pareceram mais elucidativos e por forma a definir aspectos fundamentais.

No quadro 33 apresentamos, para várias regiões, as médias de alguns indicadores referentes a grupos de explorações analisadas, o que nos permite, por comparação, avaliar qual é o panorama económico da nossa região.

1

QUADRO 31 - ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES

Explo- ração	Superfície privada					Sup. privada + bal- dió		CN / ha SAU	NPK / ha SAU (esc.)	HaSAU / UHT	RE (esc.)	UHT (fa- miliar) em % do UHT	Nº de ordem
	Nº	ST. ha	SAU ha	SFT ha	CAreg SAU (%)	Incul- tos prod. ha	SAU (total) ha						
2	12,04	11,69	7,02	48	-	16,65	11,90	1,04	149	5,54	41052	57	1
1	9,33	8,49	6,80	57	0,42	17,49	15,80	1,61	132	3,65	46040	92	2
6	8,36	7,74	6,23	64	0,56	11,53	10,03	1,01	58	3,48	15413	57	3
3	7,45	6,89	4,23	45	-	13,71	11,06	1,59	238	3,49	20990	57	4
4	3,32	3,32	2,45	50	-	6,73	5,86	1,58	200	4,43	13513	84	5
5	3,32	3,32	2,13	58	-	7,85	6,65	1,84	114	2,24	11406	73	6
8	0,98	0,98	0,56	36	-	1,84	1,42	1,40	97	2,36	1174	100	7
7	0,70	0,70	-	10	-	1,46	0,76	1,50	271	14,65	987	40	8
9	0,24	0,24	-	-	-	0,75	0,51	2,00	-	9,40	985	100	9

\* - ST, SAU e SFT privadas.

QUADRO 32 - RESULTADOS DAS EXPLORAÇÕES

Explo- ração Nº	CP			Rendimento da produção vogo- tal (osc) (osc)	Auto - consu- mo em % RB	Lucros (usc.) ha SAU (osc.)	Lucros (usc.) ha SAU (osc.)	RB Erc. de trab. (osc.)	RB UHT (osc.)	RB ha SAU (osc.)	RB CP	RB CE	Nº de Ordem			
	CP haSAU	Traba- lho	J.N.C. F.											Ou- tros	RB (osc)	animal em % do RB
2	3402	43	23	34	65204	45864	30	31,4	7519	451	2,57	21690	3915	1,10	0,72	1
1	4575	49	27	24	63267	35187	44	35,5	-16229	-927	1,61	13295	3619	0,79	0,64	2
6	4557	50	28	22	32820	17880	46	46,0	-19386	-1681	1,24	9915	2045	0,62	0,53	3
3	4330	49	21	30	45091	25811	43	33,5	-16613	-1211	1,45	11504	3287	0,73	0,49	4
4	3723	55	17	30	20455	11375	44	53,0	-4421	-657	1,52	13457	3038	0,82	0,44	5
5	6165	60	14	18	23743	11413	52	55,0	-24268	-3091	0,73	6704	3534	0,49	0,39	6
8	5030	73	12	15	3113	2713	13	112,0	-6062	-3294	0,46	3991	1692	0,34	1,1	7
7	2241	26	10	64	3734	3944	-6	83,0	193	132	3,99	37340	2548	1,04	1,3	8
9	3432	61	13	26	1420	1270	10	90,4	-389	-517	1,27	17750	1886	0,77	1,2	9

QUADRO 33 - MAPA COMPARATIVO DE RESULTADOS

INDICES	GN/ha SAU		NPK/ha SAU		ha SAU/ha SAU/ha SAU		RB/ha SAU (asc.)		RB/UHT (osc.)		RB / CP						
	Cabeça	Inter média	Inter média	Cabeça	Inter média	Cabeça	Inter média	Cabeça	Inter média	Cabeça		Inter média					
REGIÃO	E x p l o r a ç ã o																
	J4	J3	J4	J3	J4	J3	J4	J3	J4	J3	J4	J3					
Campo da Cella	1,31	1,51	1,01	1,000	1,277	1028	1,61	1,70	2,25	10340	9400	4930	16560	13860	10700	-	-
Beira Litoral	2,25	1,81	1,97	1418	1316	1136	1,09	1,21	1,01	15524	11623	10534	16531	13378	9591	1,0	0,85 0,66
Oeste	1,83	J4	J3	J4	J3	J4	J3	J4	J3	J4	J3	J4	J3	J4	J3	J4	J3
		1,29	1,29	754	754	549	1,06		2,47	10429		5542	16840	11876	0,88		0,63
Baixo Alentejo	Máx.	Mín.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Máx.	Mín.	Mín.	Máx.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Máx.	Mín.
	0,31	0,09	0,09	675	675	94	22,5		5,04	2608		1258	42242	13137	1,05		0,64
Mortágua e Penacova	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média
		2,6		701	701	0,72			13166			7720			0,55		
Pitões	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média
		1,42		145	145	3,72			3318			12342			0,76		

FONTE - Citado por RAUL DIAS DA CRUZ (1962).

### 3.1. Estrutura técnica

CN/haSAU; NPK/haSAU; haSAU /UHT

#### CN/ha SAU

Analisando o quadro 31 verifica-se que este índice varia entre 1,01 e 2,00, apresentando a maioria das explorações valores superiores a 1,50. Se confrontarmos o índice CN/ha SAU com as percentagens em que o rendimento bruto animal concorre para o rendimento bruto total, verifica-se não haver uma correlação estreita, e isto em especial nas explorações mais pequenas em que se acentua mesmo uma pequena percentagem do rendimento animal embora aquele índice seja elevado. Este facto é justificado pela presença de gado caprino e ovino, pouco produtivo e pela ausência de gado bovino.

Considerando o quadro 33 verifica-se que o valor médio de CN/ha SAU é de 1,42 e que, confrontando-o com os referentes às outras regiões, se conclui: é mais baixo que os dos concelhos de Mortágua e Penacova e da região da Beira Litoral; situa-se entre os dois índices apresentados para a região do Oeste e os dois do Campo da Cella; apresenta-se consideravelmente superior aos do Baixo Alentejo.

Embora a densidade pecuária esteja com um valor



que se p<sup>o</sup>de considerar razoável confrontado com o que se passa nas regiões que mencionámos, na realidade podemos afirmar que o índice 1,42 CN/ha SAU é baixo. Faz-se esta afirmação atendendo à grande representação dos prados permanentes, aproximadamente 45,8% da  $\overline{\text{SAU}}$ , e à grande aptidão dos baldios para a produção de forragens.

Estamos em crer que, uma vez efectuado o conveniente melhoramento dos prados permanentes e substituídas, pelo menos em parte, as forragens espontâneas por culturas forrageiras, o efectivo pecuário aumentará consideravelmente e implicitamente as produtividades, quer da terra quer do trabalho.

#### Escudos de NPK/ha $\overline{\text{SAU}}$

Observando no quadro 31 os números referentes ao valor em escudos de NPK/ha  $\overline{\text{SAU}}$  e atendendo ao sistema de exploração já anteriormente referido (capítulo 3.º) imediatamente se conclui estar em presença de explorações de baixo nível técnico. Repare-se que o valor mais elevado é de 271\$00, apenas havendo 3 explorações que apresentam valores superiores a 200\$00. Aparece mesmo uma que não utiliza adubos. Destes factos resulta uma média de 145\$00, quadro 33, que, exceptuando o valor de 94\$00 como mínimo no Baixo Alentejo, é consideravelmente inferior a todos os

restantes valores das regiões apresentadas.

Se tivermos em consideração que só três das explorações efectuam fertilizações azotadas (média de 3,76 kg de N por ha de SAU), nenhuma delas faz fertilizações potássicas e que a fertilização fosfatada média por ha de SAU anda à volta de 13,6 kg, ainda mais evidente se torna o baixíssimo nível de utilização de fertilizantes.

ha SAU/UHT

Verifica-se no quadro 31 que o número de hectares de SAU por UHT varia consideravelmente de exploração para exploração sendo os limites mínimo e máximo, respectivamente, 2,25 e 14,65. Embora a maioria das vezes este índice seja directamente proporcional ao tamanho da exploração, aqui tal não se verifica e daí aparecerem explorações de pequena área com valores elevados e vice-versa.

A média que determinámos para o conjunto das explorações apresenta-se elevada em relação à quase totalidade das médias das outras regiões. Sòmente no Baixo Alentejo aparece valor superior justificado por um sistema de exploração extensivo de sequeiro.

O valor um tanto elevado do índice ha SAU/UHT é resultante não só de uma agricultura relativamente extensiva mas também da grande utilização dos baldios em regi-

me de apascentação.

### 3.2. Resultados económicos

RB/ha SAU; RB/UHT; RB/CP

#### RB/ha SAU

Conforme se pode ver no quadro 32, os valores da produtividade da terra não são elevados, apresentando um máximo de 3 915\$00 e um mínimo de 1 692\$00. Note-se que é nas explorações mais pequenas que estes valores são mais baixos o que vai de encontro à tese que afirma ser maior a produtividade da terra nas explorações de reduzida área.

Se confrontarmos as médias regionais, quadro 33, verificamos que só o Baixo Alentejo tem produtividades da terra inferiores, o que é justificado pelo sistema de exploração extensivo de sequeiro. Qualquer das outras regiões, com sistemas de exploração intensivos apresenta números consideravelmente superiores. Repare-se, por exemplo, no valor de 15 524\$00 para as explorações de cabeça da Beira Litoral e no de 13 166\$00 nas de Mortágua e Penacova, contra 3 318\$00 para as de Pitões.

Esta baixa produtividade é o reflexo de uma série de características regionais tais como: um clima desfavorável; grandes deficiências nas técnicas culturais; o

predomínio dos baldios; as fracas disponibilidades de capital que se refletem principalmente na pouca utilização dos adubos; etc.

RB/UHT

De todos os índices até agora analisados é este o que apresenta uma maior dispersão pois varia de 3 991\$00 até 37 340\$00. Não eliminamos, no entanto, a hipótese de este último valor não corresponder inteiramente à realidade. Excluindo este valor, viria a ter-se para limite superior o de 21 698\$00 o qual, embora elevado, já está mais próximo dos restantes.

Como valor médio da produtividade do trabalho temos o quantitativo de 12 342\$00, valor este que confrontado com as médias dos grupos de explorações tomados para comparação se situa numa posição intermédia. Valores consideravelmente superiores apresentam as explorações "de cabeça" de Campo da Cela, da Beira Litoral, o grupo de J<sub>4</sub> (sector mais rico) da região do Oeste e o Baixo Alentejo no seu máximo; sensivelmente superiores são os valores médios das explorações intermédias do Campo da Cela, da Beira Litoral e os menores do Baixo Alentejo; dos grupos com valores inferiores sobressai o de Mortágua e Penacova com um índice francamente desfavorável - 7 720\$00. Embora ocu

pando uma posição intermédia, no confronto que acabamos de fazer, não nos resta dúvida que se trata de um valor baixo. Como causas desta situação podem apontar-se a baixa produtividade da terra e a grande incorporação de trabalho para o sistema de exploração em causa. Esta grande quantidade de trabalho resulta das técnicas culturais anacrónicas, da dispersão das parcelas e da prática, usual na região, da permuta de trabalho entre vizinhos, a qual representa um belo espírito de solidariedade mas não favorece a produtividade do trabalho.

RB/CP

Considerando a produtividade global dos factores como o principal aferidor da situação económica de uma exploração agrícola verifica-se, através de um exame ao quadro 32, que a situação das explorações que foram objecto do nosso inquérito é bastante má, salvaguardando-se apenas duas cujos valores são ligeiramente superiores à unidade. Três das explorações aparecem com valores francamente baixos e é de prever que dificilmente poderão subsistir se acaso o facto se processar no tempo.

Apesar da situação desfavorável das explorações analisadas o valor médio do grupo (0,76) enquadra-se perfeitamente entre os valores observados nas regiões chama-

das a confronto o que confirma a péssima situação da nossa agricultura, sem lucros mau grado as baixas remunerações dos factores de produção.

As razões que conduzem a este baixo rendimento económico das explorações analisadas são, em parte, devidas aos altos valores venais atingidos pela propriedade rústica na região (resultantes de uma procura incentivada pela recente construção de barragens hidroeléctricas que submergiram grande parte da área agrícola do concelho) e ao volume dos encargos de trabalho, isto no que respeita ao denominador pois quanto ao rendimento bruto, como já dissemos, também por ser baixo, contribui para que a produtividade global dos factores seja baixa.

Embora em trabalhos da índole do nosso se costumem analisar índices que têm por numerador a receita do empresário, ( $\frac{RE}{ha\ SAU}$ ,  $\frac{RE}{dH}$ ,  $\frac{RE}{UHT(fam.)}$ ), nós abstinemo-nos de o fazer uma vez que considerámos explorações sob formas de exploração diferentes, e com diferentes percentagens de mão-de-obra familiar. Utilizámos, no entanto, a receita do empresário aquando da análise dos níveis de vida.

Do que acabamos de expor infere-se que a situação da agricultura na freguesia de Pitões não é nada brilhante, como aliás acontece também nas regiões consideradas e, porventura, noutras que considerássemos. Daqui resulta que quaisquer recomendações que preconizássemos para melhorar a situação dos agricultores locais teriam pequenos reflexos. O mal é geral e, como tal, só um plano de desenvolvimento económico inter-regional poderá fazer com que a agricultura arranque do marasmo em que se encontra.

Dentro deste enquadramento e particularizando o caso da freguesia de Pitões — onde a empresa agrícola visa, ainda, principalmente o propósito da subsistência (nas explorações analisadas o valor médio de percentagem do rendimento bruto destinado ao autoconsumo é de cerca de 60) — impõe-se a rotura do isolamento económico-social a que tem estado condenada. A abertura de boas vias de comunicação, criando a facilidade dos transportes e facilitando a orientação das explorações para uma economia de mercado, abriria novas e mais amplas perspectivas à actividade agrícola.



## CAPÍTULO V

### Níveis de Vida e Alimentação

O homem, com o seu cortejo de tendências, necessidades e aspirações, constitui o elemento chave de um estudo deste género.

Para bem o compreender, para determinar as suas motivações, a sua maneira de agir e reagir em relação ao meio que o rodeia, torna-se necessário debruçarmo-nos sobre ele, oscultá-lo, irmanarmo-nos com ele no seu meio, no seu ambiente, o que nem sempre — quase nunca — é tarefa fácil.

No nosso caso, mais que o estudo do indivíduo isolado, interessa-nos o estudo do homem enquadrado no elemento-base da nossa sociedade: a família — uma vez que é pelo estudo desta que pode chegar-se à compreensão daquela.

No capítulo anterior tentámos analisar a forma como as famílias da freguesia procuram — algumas vezes ingloriamente — auferir as receitas necessárias à satisfação

das suas necessidades e nunca será demais fazer notar que, num meio relativamente hostil, o esforço dispendido para alcançar esse objectivo — mesmo que se considerem apenas as necessidades vitais — não poucas vezes adquire foros de luta verdadeiramente épica.

Como sequência lógica cumpre-nos, agora, analisar a forma como as necessidades familiares são satisfeitas e será esse o objectivo do presente capítulo.

## 1. Metodologia

Para estudarmos a vida familiar utilizámos o método monográfico "em que a observação de um pequeno conjunto de unidades escolhido como típico se substitui ao método estatístico" SANTOS REIS & SARMENTO (1960).

Adoptámos este método, atendendo a que a nossa pretensão não era a generalização dos resultados mas sim e principalmente dar uma ideia das condições de vida da população. Sendo assim, achamos que, baseando-nos no conhecimento que temos da região em estudo — resultado de vários anos de contacto quase diário — poderíamos fazer uma escolha criteriosa da amostra a estudar por forma a que fosse representativa do conjunto.

Assim, sabido que era de 107 o número de famílias

as existentes na freguesia, com um número médio de 4,03 pessoas por família, considerámo-las agrupadas em 3 estratos de acordo com as suas receitas, grupos esses constituídos com a colaboração de pessoas da aldeia. No estrato 1 ficaram agrupadas as famílias mais abastadas; no estrato 2 as medianamente possuidoras de bens e no estrato 3 as de menos posses que, normalmente, não auferem da exploração da terra receita suficiente para viverem, tendo que aplicar parte da sua actividade na prestação de serviços a outrem, no fabrico de carvão, etc.

Em cada um dos estratos foram escolhidas três famílias que consideramos como típicas e foi sobre essas que incidiram os inquéritos que fazem parte do nosso relatório de tirocínio e a partir dos quais se obtiveram os elementos que se seguem. As características e composição da amostra estudada encontram-se expressas nos quadros 34, 35 e 36.

Os atributos estudados foram: receitas, despesas e alimentação.

Quadro 34

Composição da amostra

Estrato 1 - 3 famílias

N.º da Família	Número de pessoas	Idade (anos)	Condições perante o trabalho	Exploração agrícola N.º
1	1 (chefe de família)	51	agricultor	1
	2 (esposa)	53	camponesa	
	3 (filho)	20	trab. rural	
	4 (filha)	18	trab. rural	
	5 (filha)	16	camponesa	
	6 (filho)	14	trab. rural	
	7 (filha)	10	-	
	8 (pai do chefe)	87	-	
2*	1 (chefe de família)	57	agricultor	2
	2 (esposa)	49	camponesa	
	3 (filho)	17	-	
	4 (filho)	15	trab. rural	
	5 (filho)	13	-	
	6 (filho)	10	-	
	7 (filha)	9	-	
	8 (sobrinha)	13	-	
3*	1 (chefe de família)	52	agricultor	3
	2 (esposa)	43	camponesa	
	3 (filha)	17	camponesa	
	4 (filho)	15	trab. rural	
	5 (filha)	13	-	
	6 (filha)	4	-	

\* - Cada uma destas famílias tem a seu serviço um assalariado permanente que define uma convivência.

Quadro 35

Composição da amostra

Estrato 2 - 3 famílias

N.º da Família	Idade (anos)	Condições perante o trabalho	Exploração agrícola N.º
1	1 (chefe de família)	53	4
	2 (esposa)	39	
	3 (filho)	12	
	4 (filho)	9	
	5 (cunhado)	55	
2*	1 (chefe de família)	67	5
	2 (esposa)	68	
	3 (filha)	27	
	4 (filha)	24	
	5 (neta)	4	
	6 (neta)	2	
3*	1 (chefe de família)	66	6
	2 (esposa)	64	
	3 (irmã da esposa)	76	
	4 (filha)	26	
	5 (filha)	30	
	6 (genro)	34	
	7 (neta)	12	
	8 (neto)	6	

\* - Cada uma destas famílias tem a seu serviço um assalariado permanente que define uma convivência.

Quadro 36

Composição da amostra

Estrato 3 - 3 famílias

N.º da Família	Número de pessoas	Idade (anos)	Condições perante o trabalho	Exploração agrícola n.º
1	1 (chefe de família)	47	agricultor	7
	2 (esposa)	37	camponesa	
	3 (filho)	4	-	
	4 (filho)	5 mes.	-	
2	1 (chefe de família)	48	agricultor	8
	2 (esposa)	65	camponesa	
	3 (filha) (ausente)	20	camponesa	
3	1 (chefe de família)	69	agricultor	9
	2 (esposa)	55	camponesa	

2. Receitas e despesas familiares

2.1. Metodologia

Os conceitos - família e unidade de consumo - referidos neste trabalho são os adoptados e já definidos pelo INE (1958).

Ao considerar os encargos com os diferentes grupos em que se consideraram subdivididas as despesas, houve um aspecto que se tornou necessário ponderar. Queremos referir-nos ao facto de os encargos totais com a "Habitação" dizerem respeito não só à parte propriamente habitacional mas também à parte com utilização agrícola.

Para que a precisão dos resultados não fosse fortemente afectada, achamos conveniente estabelecer uma separação e apenas incluir nesta rubrica as despesas respeitantes à parte habitacional, cabendo à exploração suportar as referentes à parte com utilização agrícola.

Na prática, esta separação apresentou-se-nos bastante difícil, dada a interpenetração das duas utilizações e a quase promiscuidade em que, nalguns casos, coabitam pessoas e animais. A título de exemplo, basta citar os casos em que um "canto" da cozinha serve de arrumação (!) para utensílios e alfaias agrícolas ou em que a "colheita" das batatas e as caixas com o cereal estão arrumadas no "sobrado", onde dormem alguns dos membros da família.

## 2.2. Resultados e comentários

No quadro 37 apresenta-se a repartição das receitas reais, que neste nosso caso incluem a receita líquida do empresário, salários agrícolas e salários não a-



QUADRO 37 - RECEITAS REAIS E DESPESAS ANUAIS  
DAS FAMÍLIAS INQUIRIDAS

Estratos da amostragem	Famílias	Nº de pessoas	Unidades de consumo	Receitas reais, anuais, em escudos, segundo a sua proveniência			Despesas anuais, em percentagem dos valores de consumo, por família e por grupos				
				Receita líquida do em presário	Salários agrícolas	Salários não agrícolas	Alimentação	Vestuário e calçado	Habituação	Combustíveis e electricidade	Divorços
1	1	8	6,9	46 040	-	-	62	16	12	6	4
	3	7	5,6	20 990	-	-	69	12	11	4	4
2	1	5	4,2	13 513	-	-	62	12	12	11	3
	2	7	4,8	11 406	-	-	66	10	11	9	4
	3	8	6,3	15 413	-	-	66	6	16	7	4
3	1	4	2,4	987	600	2 680	66	8	6	8	12
	2	3	2,6	1 174	460	730	58	10	7	6	19
	3	2	1,6	985	-	1 642	63	14	9	8	6

NOTA: Não considerámos a família nº 2 do estrato 1, por não nos ter sido possível fazer uma conveniente distribuição de despesas, devido ao facto de dois elementos desta família andarem a estudar.

grícolas, e as despesas familiares pelos grupos considerados.

Verifica-se que as receitas reais das famílias do estrato um e dois provêm exclusivamente da exploração agrícola, enquanto que as famílias do terceiro estrato obtêm a maior parte das suas receitas a partir da rubrica "Salários". A exiguidade das suas explorações não lhes garante meios de subsistência e, assim, tentam - note-se que escrevemos tentam - obter as receitas necessárias à satisfação das suas necessidades pelos seguintes meios: procura de salários ou fabrico de carvão.

Num caso, dependentes da procura de mão-de-obra, no outro das contingências do tempo, são sempre bastante aleatórias as possibilidades de auferir as receitas indispensáveis à subsistência do agregado familiar e o desequilíbrio dos orçamentos é a moeda corrente. É principalmente durante o inverno, longo e frio - tanto mais longo e mais frio quanto menos "pão" houver em casa - que o problema da satisfação das necessidades vitais assume aspectos muitas vezes angustiantes a que só a generosidade de algum vizinho mais abastado logra pôr cobro. Esse vizinho será, mais tarde, compensado pela prestação de alguns dias de trabalho "a favor".

Assim é que os componentes das famílias que es-

te estrato representa se encontram face a um dilema: de inverno, na impossibilidade de ganharem com que ocorrer às suas despesas inadiáveis, vêm-se na necessidade de aceitar os favores dos vizinhos; de verão, quando teriam maiores oportunidades de trabalhar "a pago", sentem-se na obrigação de dispor de parte do seu tempo, para prestarem serviços de favor. E o ciclo repete-se, inverno após inverno, verão após verão, ano após ano...

A receita real anual média por unidade de consumo, quadro 40, é de 5 362\$00 para as famílias do estrato um e de 1 403\$00 para as do estrato três, tomando um valor intermédio para as famílias do estrato dois.

A receita real por unidade de consumo do terceiro estrato representa apenas cerca de 26% da do primeiro. Com menos de 1 500\$00 de receita real anual por U.C., as famílias englobadas no estrato três somente conseguem manter um precário equilíbrio orçamental à custa de muitas limitações e de algumas dádivas, dádivas estas recebidas a título de compensação por serviços prestados gratuitamente.

A despesa diária com alimentação por unidade de consumo apresenta, também, valores decrescentes a partir do estrato um: 12\$20 para o estrato um, 10\$00 para o estrato dois e 6\$10 para o estrato três.

A contribuição do autoconsumo para a alimentação, quadro 38, constitui parcela importante como era de esperar que acontecesse numa zona onde predomina a economia de subsistência e um regime de quase auto-suficiência. Verifica-se que esta contribuição é maior no estrato dois (74%) que no estrato um (66%) e maior neste que no três (61%). As causas da variação entre o estrato um e o estrato dois radicam-se nas maiores disponibilidades monetárias das famílias do primeiro estrato, as quais podem, por esse facto, desviar um maior quantitativo de dinheiro para a aquisição de produtos alimentares. Quanto às famílias do terceiro estrato, dado o pequeno volume de produtos alimentares que obtêm da sua exploração agrícola, têm, necessariamente, que recorrer à compra de alimentos para fazer face às suas necessidades.

Quadro 38 - Valor, em escudos, e percentagens, em relação ao total das despesas com a alimentação, do autoconsumo e dos alimentos comprados, por estratos e por famílias.

Estratos	Famílias N.º	Proveniência dos alimentos			
		autoconsumo		alimentos comprados	
		escudos	%	escudos	%
1	1	22 433	77	6 407	23
	3	15 110	56	11 769	44
	Média	18 771	66	9 088	34
2	1	10 758	64	6 144	36
	2	13 168	82	2 908	18
	3	15 183	75	4 920	25
Média		13 036	74	4 657	26
3	1	3 093	51	2 964	49
	2	3 497	61	2 242	39
	3	1 284	70	561	30
Média		2 624	61	1 922	39

Atendendo a que se trata de uma zona que não produz vinho mas na qual o seu consumo está de tal forma generalizado que quase poderá afirmar-se que só bebe água quem não tem possibilidade de comprar vinho, achamos que teria interesse verificar o montante das despesas efectuadas com a sua aquisição. No quadro 39 estabelece-se a relação, em percentagem, entre os quantitativos gastos na aquisição de bebidas alcoólicas (vinho e aguardente) e o total dispendido na compra de produtos alimentares. É de notar que é para o conjunto de famílias com maior capacidade aquisitiva que essa percentagem atinge valores mais altos (81%, em média) o que, em parte, traduz a grande preferência dada pela população em estudo ao consumo destas bebidas em detrimento dos produtos ditos de mercearia.

Como se sabe, o consumo exagerado de vinho está, quase sempre, em correlação com atrasos de instrução e educação e com a instantânea procura de valores humanos.

Neste caso, gente simples, com baixo nível de instrução e falta de conhecimentos de higiene alimentar, tendo que arrostar com uma vida difícil num meio agreste, procura no vinho a energia de que carece para as suas mais árduas tarefas e o antídoto para as suas frustrações e não raro exagera no seu consumo.

Ora se é verdade que o vinho, consumido em doses

Quadro 39 - Valor em escudos e percentagens, em relação ao valor total dos produtos alimentares comprados, das bebidas alcoólicas por famílias e por estratos.

Es- tra- tos	Famí- lias	Produtos comprados		
		Total (esc)	Vinho e aguar- dente	
			esc.	%
1	1	6 407	5 448	85
	3	11 769	9 120	77
Média		9 088	7 284	81
2	1	6 144	3 888	63
	2	2 908	1 860	63
	3	4 920	3 600	73
Média		4 657	3 166	66
3	1	2 964	1 500	50
	2	2 242	600	27
	3	561	30	5
Média		1 922	710	27

moderadas, pode considerar-se benéfico, como valorizador dos alimentos e fornecedor de energia, quando consumido em excesso só acarreta prejuízos e são por demais conhecidos os seus efeitos deletérios sobre a saúde física e mental



do indivíduo e da própria descendência.

Passaremos, agora, a analisar o valor relativo assumido por cada um dos grupos de despesas considerados.

As despesas por grupos, em percentagem dos valores de consumo, quadro 40, não apresentam variabilidade que permita estabelecer distinções entre estratos o que leva a concluir da relativa homogeneidade de comportamento das famílias da sondagem relativamente à forma como realizam a repartição dos orçamentos familiares.

É ao grupo "Alimentação" que corresponde a maior percentagem das despesas, cerca de 64%, e ao grupo "Diversos" a menor, 4% no primeiro e segundo estratos e 13% no terceiro. No estrato três a percentagem das despesas com "Diversos" surge bastante elevada em relação às correspondentes dos outros dois estratos, mas a explicação reside no facto de duas das famílias terem tido pessoas doentes, o que obrigou a despesas inevitáveis. Essas despesas, embora pouco vultuosas em valor absoluto, representam, no entanto, uma percentagem considerável dos modestos orçamentos familiares.

As percentagens de despesas com "Habitação", "Vestuário e calçado" e "Combustíveis" são, em média, respectivamente, de 11%, 11% e 7%.

Quadro 40 - Receitas reais anuais, em escudos, por indivíduo e por unidade de consumo, em percentagem de valores de consumo, por estratos, por grupos, e despesa diária da alimentação, em escudos, por indivíduo e por unidade de consumo.

ÍNDICES	Estratos da sondagem		
	1	2	3
Receita real anual por indivíduo (esc.)	4 469	2 017	1 029
Receita real anual p/ unidade de consumo (esc.)	5 362	2 636	1 403
Alimentação %	65	65	62
Vestuário e calçado %	14	9	11
Habitação %	13	13	7
Combustíveis e electricidade %	5	9	7
Diversos %	4	4	13
Alimentação por indivíduo (despesa diária em escudos)	11\$80	7\$30	4\$50
Alimentação por unidade de consumo (despesa diária em escudos)	12\$20	10\$00	6\$10

Através da apreciação das receitas e da distribuição das despesas pelos grupos considerados, podemos concluir que:

- 1.º - Constatam-se valores muito baixos de receitas reais por pessoa e por unidade de consumo, especialmente para o estrato três, 1 403\$00 por U.C., a que corresponde uma receita real diária de cerca de 4\$00.
- 2.º - Apesar de o nível geral das receitas para os três estratos considerados ser baixo, verifica-se existir uma variação de estrato para estrato.
- 3.º - No que respeita à proveniência dos alimentos, os "alimentos comprados" têm valor reduzido em relação à totalidade e, dentro destes, o vinho assume valores elevados, respectivamente, 81%, 66% e 27%, para os estratos 1, 2 e 3. Escusado será referir os efeitos nocivos que o consumo exagerado de vinho tem sobre a saúde, entendida esta num sentido lato.
- 4.º - Verificam-se valores elevados do grupo "Alimentação" no total das despesas, média 64%, a que correspondem valores baixos de despesas

com alimentação por indivíduo e U.C., respectivamente, 12\$20, 10\$00 e 6\$10, que de modo al gum podem facultar dietas equilibradas.

- 5.º - As famílias da sondagem feita comportam-se de forma assaz semelhante no que respeita à distribuição das despesas, mesmo quando dispõem de volumes de receitas bastante diferentes. Este facto sugere uma certa identidade de processos e géneros de vida que pressupõe um nivelamento reportado a padrões mínimos, próprio de comunidades autárquicas e sem estratificação social digna de relevo.

### 3. - Alimentação

"Produzir para enfrentar a necessidade vital da alimentação humana, é a essência do problema agronómico mundial, a preocupação constante de todos os ramos especializados; numa palavra, a característica mais típica dos sistemas de exploração da terra...

E porque assim é, não pode o Agrónomo ignorar os fundamentais aspectos desta finalidade: terá de lutar para desenvolver os meios necessários para que se cumpram as indicações do Médico nutricionista, para que a alimentação humana melhore em todos os sectores, no aspecto quantitativo e qualitativo " CASTRO CALDAS (1950).

Com efeito a alimentação é um dos problemas que põem em jogo a própria sobrevivência da espécie humana a qual, para sobreviver, precisa, dia após dia, encontrar com que subsistir - comer.

As descobertas da moderna Ciência da Nutrição, de incalculável alcance, permitem-nos saber em que consiste uma boa alimentação, suficiente, completa e equilibrada. Graças a essas descobertas sabemos, hoje, que os efeitos de uma má alimentação - quer no aspecto quantitativo, quer no aspecto qualitativo - são muito mais profundos e amplos

do que se pensava. Influem na duração e na qualidade da própria vida, na capacidade de trabalho, no estado psicológico das populações.

Porque assim é, não poderíamos deixar de dedicar particular atenção a este aspecto.

### 3.1. - Metodologia

Para estudar convenientemente o estado nutricional de uma população através de um inquérito alimentar, este deverá constar de inquéritos dietéticos, clínicos e bioquímicos REIS & COSTA (1961).

Dada a natureza do nosso trabalho referiremos o inquérito dietético, do qual passamos a tratar.

#### 3.1.1. - Tipo e técnica do inquérito

Realizaram-se inquéritos de carácter qualitativo e quantitativo nas famílias da amostra já caracterizada. A técnica seguida foi o método do inventário, F.A.O.(1949).

A boa vontade das famílias inquiridas, sempre necessária para levar a bom termo inquéritos deste género, permitiu-nos alcançar os objectivos exactos. Aqui lhes expressamos os nossos agradecimentos pois, sem a sua adesão, não nos seria possível atingir o grau de rigor de que as folhas de inquérito insertas no nosso relatório de tirocínio dão ideia.

Para realizarmos estes inquéritos fez-se um inventário inicial dos produtos existentes em casa e a consumir durante o período de inquirição e distribuíram-se a cada família as respectivas folhas de inquérito, uma para cada dia de duração do mesmo, nas quais se iam registando os produtos consumidos, as refeições efectuadas e respectivos horários e o número de pessoas que consumia cada uma das refeições.

Nas famílias onde algum dos membros sabia escrever era ele que fazia as anotações, nas famílias de analfabetos os registos eram feitos por nós. Tanto numas como noutras exercemos uma acção de fiscalização diária, sendo nós também, que efectuávamos todas as pesagens, não só por uma questão de mais eficiente control como também porque nenhuma das famílias possuía balança apropriada.

Um produto houve, no entanto, cujo consumo não nos foi possível controlar devidamente; referimo-nos ao vinho. A dificuldade surgiu-nos devido ao facto de parte dos inquiridos ter o hábito de se reunir, em grupos, na taberna e aí, pela mesma caneca, irem bebendo "à roda", o que excluía toda a possibilidade de poderem determinar-se as quantidades que cada um consumia. Por este motivo chegámos a um valor para o consumo de vinho, inferior ao do consumo real o qual deve ser bastante mais elevado pois, algu-



mas ocasiões em que assistimos ao "ritual da caneca",foi-nos dado verificar que o número de vezes que esta circulava pela "assembleia" era mais do que suficiente para alarmar qualquer indivíduo de hábitos mais morigerados que os dos insaciáveis frequentadores habituais.

### 3.1.2. - Época e duração do inquérito

Para que os resultados obtidos possam ser considerados absolutamente válidos devem efectuar-se os inquéritos dietéticos em várias épocas do ano, tantas quantas se achem necessárias para bem auscultar as possíveis variações estacionais de regime alimentar.

Pelo que nos é dado saber sobre os costumes alimentares da região, somos levados a concluir que se justificaria a efectuação dos inquéritos em duas épocas - uma que engloba o outono, inverno e primavera e outra o verão. Por razões radicadas em limitações de tempo, já anteriormente referidas, apenas realizamos inquéritos numa época. No entanto, como o que se teve em mente, ao efectuar a sua realização, foi apenas, dar uma ideia do panorama alimentar e das possíveis distorções essenciais, supomos que, mesmo assim, os elementos obtidos devem ser considerados válidos atendendo aos objectivos visados.

A duração do inquérito foi duma semana tendo iní-

cio na 2.ª feira e terminando no domingo.

### 3.1.3. - Necessidades energéticas

As quantidades de energia necessárias à execução dos actos de vida vegetativos e de relação do organismo humano são obtidas a partir dos alimentos ingeridos.

As necessidades alimentares do homem e o valor da sua alimentação podem ser definidos físicamente, são calculáveis em termos de calor, em calorias.

As necessidades diárias em calorias dos diversos indivíduos que compunham a amostra foram determinadas considerando estes subdivididos em dois grupos. Para o grupo dos trabalhadores rurais determinaram-se as necessidades diárias em calorias de acordo com as indicações da F.A.O. (1957), em função do sexo, idade, peso, altura e actividade dos indivíduos. Para o cálculo das necessidades energéticas do grupo constituído pelos restantes elementos, usaram-se os valores indicados pela F.A.O. (1957) e SANTOS REIS (1961, a), depois de devidamente corrigidos para a temperatura média anual da região  $9,9^{\circ}\text{C}$ , quadro ~~41~~<sup>35</sup>.

35  
Quadro ~~41~~ Tabela de necessidades calóricas

Homens (mais de 60 anos)	2 400
Mulheres (mais de 60 anos)	1 725
Homens (sedentários)	2 565
Homens (trabalho moderado)	3 200
Mulheres (sedentárias)	2 052
Mulheres (grávidas)	2 565
Mulheres (amos)	3 282
16-19 anos (rapazes)	3 600
16-19 anos (raparigas)	2 400
13-15 anos (rapazés)	3 100
13-15 anos (raparigas)	2 600
10-12 anos	2 500
7-9 anos	2 100
4-6 anos	1 700
1-3 anos	1 300

Fonte: SANTOS REIS (1961); F.A.O. (1957)

Como indivíduo de referência considerou-se o que é definido pela F.A.O. (1957):

"O homem de referência tem 25 anos. Goza de boa saúde e está fisicamente apto a um trabalho activo. Pesa 65 quilos e vive num clima temperado sujeito a uma temperatura anual média de 10°C. O seu regime alimentar é suficiente e bem equilibrado e o seu peso é constante. Realiza, por dia de trabalho, 8 horas de um trabalho que não é se-

dentário, mas que não exige o esforço físico penoso senão de longe em longe. Além do seu trabalho efectua cerca de 4 horas de actividade sedentária e pode fazer uma marcha de hora e meia. Dedica aproximadamente o mesmo tempo, todos os dias, à recreação activa e aos trabalhos caseiros. As suas necessidades são calculadas, em média, em 3 200 calorias por dia".

Para a determinação dos valores do dispêndio energético das principais actividades dos trabalhadores rurais seguiu-se o método proposto por H. BRAMSEL (citado por TRÉ MOLIERES, 1957), citado por CARVALHO (1963).

#### 3.1.4. Necessidades em prótidos, minerais e vitaminas

Tal como todos os seres vivos, os seres humanos não sabem fabricar elementos químicos; precisam encontrá-los na sua alimentação.

Além disso, sendo químicos incompletos, necessitam também de toda uma série de moléculas (ácidos aminados, vitaminas, etc.), que são incapazes de sintetizar e que são indispensáveis à vida.

Todos esses elementos e moléculas devem, portanto, encontrar-se na sua alimentação quotidiana em determinadas proporções, para que não sobrevenham estados carenciais.

No quadro <sup>36</sup>~~42~~ devido a SANTOS REIS (1961a) encontram-se expressas as necessidades que se consideram para prótidos, minerais e vitaminas.

<sup>36</sup>  
 QUADRO ~~42~~ - NECESSIDADES EM PRÓTIDOS, MINERAIS E VITAMINAS

GRUPOS	Próti- dos totais (g)	Próti- ani- mais (g)	Cál- cio (mg)	Ferro (mg)	Vita- na A (U.I.)	Tiami- na (mg)	Ribo- flavi- na (mg)	Niaci- na (mg)	Vitami- na C (mg)
Anciãos	50	25	800	10	5000	1,5	1,8	15	75
Homens(sedentários)	60	30	800	10	5000	1,5	1,8	15	75
Homens(trabalho mode- rado)	60	30	800	10	5000	1,5	1,8	15	75
Homens(trabalho pesa- do)	60	30	800	10	5000	1,5	1,8	15	75
Mulheres(sedentárias)	55	30	800	12	5000	1,1	1,5	11	70
Mulheres(trabalho mo- derado)	55	30	800	12	5000	1,1	1,5	11	70
Mulheres(trabalho pe- sado)	55	30	800	12	5000	1,1	1,5	11	70
Mulheres(grávidas)	75	40	1500	15	6000	1,3	2,0	13	100
Mulheres (amas)	95	50	2000	15	8000	1,7	2,5	17	150
16-19 anos(rapazes)	100	50	1400	15	5000	1,8	2,5	18	100
16-19 anos(raparigas)	75	40	1300	15	5000	1,3	2,0	13	80
13-15 anos(rapazes)	85	45	1400	15	5000	1,6	2,1	16	90
13-15 anos(raparigas)	80	40	1300	15	5000	1,2	1,9	12	80
10-12 anos	70	35	1200	12	4500	1,3	1,8	13	75
7-9 anos	60	30	1000	10	3500	1,1	1,5	11	60
4-6 anos	50	25	1000	8	2500	0,9	1,3	9	50
1-3 anos	40	20	1000	7	2000	0,7	1,0	7	35

Fonte: SANTOS REIS (1961,a).

3.2. - Resultados

3.2.1. Necessidades energéticas

As necessidades calóricas dos indivíduos, de acordo com as suas actividades, foram determinadas aplicando o método anteriormente citado e os resultados encontram-se expressos no quadro ~~43~~<sup>32</sup>.

Quadro ~~43~~<sup>32</sup> - Necessidades calóricas dos trabalhadores rurais

Estrato	Família n.º	Número de ordem	Necessidades em calorias
		1	4 659
		3	4 992
1	1	4	4 336
		5	4 353
		1	4 301
1	2	9	4 163
		1	4 454
1	3	3	4 406
		4	4 326
		1	4 550
2	1	2	2 797
		1	4 050
2 *	2	3	3 824
		4	3 813
3	1	1	4 051
3	2	1	4 942
		1	3 517
3	3	2	2 772

\* - Não se considerou uma terceira família por que os resultados não nos mereceram confiança.

### 3.2.2. - Resultados qualitativos

#### 3.2.2.1. - Culinária

A culinária da região é pouco variada e constituída, em geral, por um reduzido número de pratos.

O caldo de batatas com couves e as batatas cozidas - umas vezes sós outras acompanhadas de carne de porco, cozida ou frita - constituem a ementa quotidiana.

A parte estes pratos, o bacalhau, cozido ou frito, o arroz refogado e a massa guisada com carne ou bacalhau, aparecem também, embora raramente, na mesa do pitonês.

A banha de porco é, quase sempre, a gordura utilizada nos tempêros. Para conservá-la lançam mão de dois processos: ou é derretida e conservada em "púcaros" de barro e, neste caso, é designado por "pingue", ou então é salgada e conservada ao fumo e toma o nome de "unto". O "unto" é o mais utilizado.

O azeite apenas é consumido de longe em longe e, normalmente, só aparece a fazer companhia ao bacalhau.

Não nos alongaremos a descrever a confecção destes pratos dado que esta não apresenta características definidoras de um tipo de cozinha regional.

Além destes há, no entanto, um que é bastante característico e, como tal, merece referência especial: referi-



mo-nos à "água de unto".

O modo de preparação da água de unto é o seguinte:  
- Põe-se um pote ao lume com água bastante. Quando a água está aquecida junta-se-lhe um naco de unto e tempera-se de sal. Deixa-se ferver, retira-se o unto, derrete-se este numa caçarola e junta-se à água fervente. Serve-se em tijelas nas quais se pôs bastante pão de centeio, partido em fatias finas ou migado.

A água de unto é muito apreciada, especialmente durante a época fria.

#### 3.2.2.2. - Hábitos alimentares

O número de refeições tomadas varia com a época do ano. Podem considerar-se duas épocas distintas: uma que engloba o outono, inverno e primavera e outra, o verão.

Durante o outono, inverno e primavera tomam-se, geralmente, quatro refeições: almoço, jantar, merenda e ceia. Almoço, pela manhã, jantar, entre as dez e o meio-dia, merenda por volta das quatro horas e ceia pouco depois do escurecer.

Durante a primavera e início do outono, o almoço é constituído por pão de centeio e aguardente, mais raramente pão de centeio e vinho ou pão e café. No inverno e fins do outono, época dos grandes frios, é a "água de unto" que, quase sempre, constitui esta refeição.

Ao jantar e à ceia aparecem sempre o pão de centeio, o caldo e as batatas, estas acompanhadas ou não por toucinho, fumeiro, mais raramente uma posta de bacalhau, de acordo com as posses de cada um.

A merenda, muitas vezes comida fora de casa, é à base de pão ou pão e toucinho. Durante o tempo invernos também costumam comer "água de unto" a esta refeição, principalmente os pastores logo após o regresso a casa.

Durante o verão, com dias mais longos e trabalhos mais intensos e violentos, costumam fazer-se cinco refeições: o mata-bicho, pela manhãzinha, antes de iniciar o trabalho, com pão e aguardente ou pão e vinho; o almoço pelas dez horas; o jantar por volta da uma hora; a merenda, cerca das cinco; a ceia, ao escurecer. Neste caso, o almoço, jantar e ceia são sempre constituídos por refeições quentes.

Os 28 géneros que fizeram parte das dietas durante o período de observação encontram-se indicados no quadro <sup>38</sup> ~~44~~ no qual se apresentam, para os 3 estratos considerados, as percentagens dos alimentos no total das refeições.

No quadro <sup>39</sup> ~~45~~ indica-se a ocorrência de cada alimento em cada um dos dias da semana no total de famílias em que os mesmos foram consumidos. Esses índices permitir-nos-ão apreciar a variação do regime alimentar.

PERCENTAGENS DOS ALIMENTOS NAS

REFEIÇÕES

PRODUTOS	Alimentos	Estrato 1	Estrato 2	Estrato 3
I - Leite e derivados...	Leite de vaca	-	-	27,08
	Leite em pó (Primor)	-	-	25,00
	Total do grupo	-	-	52,08
II - Carne, peixe...	Presunto	2,86	3,28	-
	Lombo de porco	-	2,50	-
	Chouriça gorda	-	-	4,16
	Coirachas	-	10,00	-
	Fígado de porco	2,86	-	4,16
	Baço de porco	2,86	-	4,16
	Total do grupo	15,72	15,78	20,80
III - Gorduras e óleos...	Pulmão de porco	2,86	-	4,16
	Bacalhau	4,28	-	4,16
	Total do grupo	15,72	15,78	20,80
	Banha	74,28	80,00	43,75
	Toucinho	40,00	-	18,75
IV - Cereais e derivados, legumes secos e produtos açucarados...	Azeite	8,57	2,50	6,25
	Total do grupo	122,85	82,50	68,75
	Pão de centeio	100,00	100,00	79,16
	Pão de centeio e milho	-	-	16,66
	Arroz	11,43	7,50	4,16
	Massa	-	-	2,08
	Feijão riscado	7,14	35,00	-
	Feijão frade	5,71	-	-
Açúcar	12,85	8,19	22,92	
Total do grupo	137,13	150,69	124,98	
V - Produtos hortícolas, frutos...	Couve penca	35,71	22,50	25,00
	Cebolas	18,57	12,50	4,16
	Alhos	2,86	-	4,16
	Batatas	62,86	75,00	79,16
	Total do grupo	120,00	110,00	112,48
VI - Bebidas...	Aguardente	2,86	7,50	-
	Vinho	72,85	67,21	6,25
	Chá	-	-	4,16
	Café	10,00	8,19	18,75
	Total do grupo	85,71	82,90	29,16

VARIAÇÃO DO REGIME ALIMENTAR

5/8

Alimentos	2ª fei- ra	3ª fei- ra	4ª fei- ra	5ª fei- ra	6ª fei- ra	sábado	domingo
Pão de centeio	88,9	88,9	88,9	100,0	100,0	100,0	100,0
Pão de centeio e milho	11,1	11,1	11,1	-	-	-	-
Arroz	11,1	11,1	33,3	11,1	22,2	22,2	22,2
Massa	-	-	11,1	-	-	11,1	-
Feijão riscado	11,1	11,1	22,2	11,1	22,2	33,3	11,1
Feijão frade	11,1	11,1	11,1	-	-	-	-
Açúcar	22,2	22,2	22,2	11,1	33,3	33,3	33,3
Presunto	11,1	11,1	-	-	22,2	-	-
Lombo de porco	-	11,1	-	-	-	-	-
Chouriça gorda	-	-	11,1	-	-	11,1	-
Coirachas	-	-	11,1	11,1	11,1	-	-
Fígado de porco	11,1	22,2	-	-	-	-	-
Baço de porco	11,1	11,1	-	-	-	-	-
Pulmão de porco	11,1	11,1	-	-	-	-	-
Bacalhau	-	11,1	-	22,2	33,3	11,1	-
Banha de porco	100,0	77,7	88,9	77,7	77,7	100,0	100,0
Toucinho	44,4	33,3	55,5	55,5	-	22,2	55,5
Azeite	11,1	-	22,2	22,2	33,3	22,2	22,2
Couve penca	66,6	55,5	66,6	66,6	44,4	44,4	44,4
Cebolas	22,2	55,5	44,4	44,4	55,5	44,4	33,3
Alhos	-	-	11,1	-	11,1	11,1	-
Batatas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Leite de vaca	11,1	11,1	22,2	11,1	-	-	-
Leite em pó (Primor)	11,1	11,1	11,1	11,1	11,1	11,1	11,1
Aguardente	-	11,1	33,3	11,1	-	11,1	-
Vinho	77,7	77,7	77,7	77,7	88,9	77,7	77,7
Chá	-	-	-	11,1	11,1	-	-
Café	22,2	22,2	22,2	22,2	11,1	33,3	33,3

### 3.2.3. - Resultados quantitativos

O valor nutritivo dos alimentos foi obtido a partir de FERREIRA & GRAÇA (1961).

No quadro <sup>40</sup>~~45~~ apresentamos a média diária dos alimentos, em gramas, ingeridos por pessoa dos estratos um, dois e três.

### 3.3. - Discussão dos resultados

#### 3.3.1. - Dieta qualitativa

##### 3.3.1.1. - Frequência do consumo

Analisando o quadro <sup>38</sup>~~44~~ verifica-se que os alimentos base são o pão de centeio, a batata e a banha.

Os valores mais elevados encontram-se para os alimentos do quarto grupo, seguindo-se, por ordem decrescente, o quinto, terceiro, sexto, segundo e primeiro.

Os alimentos do primeiro grupo (Leite e Derivados) têm representação nula no primeiro e segundo estratos o que, lamentavelmente, corresponde aos hábitos alimentares da região. No entanto, e paradoxalmente, aparecem com valores bastante elevados no terceiro estrato. Cumpre-nos informar que esses valores carecem de significado relativo pois devem-se ao facto de existir, numa das famílias desse estrato, uma mãe que não tem leite suficiente para

## MÉDIA DIÁRIA DOS ALIMENTOS EM GRAMAS\* INGERIDOS POR PESSOA

PRODUTOS	Alimentos	Estrato 1	Estrato 2	Estrato 3
I - Leite e derivados ...	Leite de vaca	-	-	40,1
	Leite em pó (Primor)	-	-	4,9
	Total do grupo	-	-	45,0
II - Carne, peixe...	Presunto	8,2	6,1	-
	Lombo de porco	-	3,1	-
	Chouriça gorda	-	-	5,5
	Coirachas	-	38,4	-
	Fígado de porco	3,5	-	8,6
	Baço de porco	3,5	-	8,4
	Pulmão de porco	3,5	-	8,4
	Bacalhau	2,4	-	11,9
	Total do grupo	21,1	47,6	42,8
III - Gorduras e óleos...	Banha	22,3	37,4	7,5
	Toucinho	46,5	-	28,8
	Azeite	5,0	-	8,9
	Total do grupo	73,8	37,4	45,2
IV - Cereais e derivados, legumes secos e produtos açucarados...	Pão de centeio	615,1	487,4	297,8
	Pão de centeio e milho	-	-	73,4
	Arroz	9,4	7,3	14,7
	Massa	-	-	4,5
	Feijão riscado	12,9	2,5	-
	Feijão frade	0,8	-	-
	Açúcar	6,3	9,8	20,6
	Total do grupo	644,5	507,0	411,0
V - Produtos hortícolas, frutos...	Couve penca	77,6	22,7	32,5
	Cebolas	26,9	6,6	23,5
	Alhos	0,1	-	0,4
	Batatas	1713,2	1782,6	1181,3
	Total do grupo	1817,8	1811,9	1237,7
VI - Bebidas...	Aguardente	1,7	7,8	-
	Vinho	469,4	307,8	192,8
	Chá	-	-	0,9
	Café	1,9	1,7	4,2
	Total do grupo	473,0	317,3	197,9

\* - Exceptuam-se o vinho e a aguardente expressos em cm<sup>3</sup>.

amamentar o filho e que, por esse facto, tem de recorrer à utilização do leite de vaca e leite condensado.

### 3.3.1.2. Variação do regime

A análise do quadro <sup>39</sup>~~45~~ quase dispensa qualquer comentário. A alimentação, feita à base de reduzido número de produtos, é de uma monotonia extrema.

O pão de centeio, as batatas, as couves e a carne de porco constituem o substracto do regime alimentar do pitonês.

Os produtos ditos de mercearia têm uma pequena representação e apenas o vinho, tão apetecido por todos, constitui uma excepção.

Trata-se de uma alimentação feita à base dos produtos da exploração e esses, dadas as limitações impostas pelas condições edafo-climáticas e por certos hábitos de rotina radicados na população, têm fatalmente de apresentar uma pequena variabilidade.



### 3.3.2. - Dieta quantitativa

A discussão dos resultados quantitativos far-se-á a partir dos quadros <sup>57 58</sup> ~~47~~ e ~~48~~, percentagens de adequação e percentagens das calorias totais provenientes de prótidos, lípidos, glúcidos e álcool, e gráfico 3, percentagens de adequação por estrato.

As percentagens de adequação foram calculadas a partir dos consumos efectivos em relação aos padrões considerados, já referidos no texto.

Para as famílias estudadas podemos concluir de uma suficiência em proteínas totais, ferro, vitamina B<sub>1</sub>, vitamina PP e vitamina C, e de uma insuficiência em proteínas animais, cálcio, vitamina A e vitamina B<sub>2</sub>. São de salientar os baixos valores apresentados pelas proteínas animais, cálcio e vitamina A.

No que respeita ao nível calórico, verifica-se existir suficiência no estrato 1, economicamente mais favorecido e insuficiência no estrato 3, devendo, por consequinte, parte da população encontrar-se sub-alimentada.

Relativamente à proveniência das calorias, constata-se que 9% das calorias totais resultam dos prótidos, 12,3% dos lípidos e 70,7% dos glúcidos.

Numa dieta equilibrada devem provir dos prótidos

57  
 QUADRO ~~47~~ - PERCENTAGENS DE ADEQUAÇÃO

Estrato	Família	Calorias	Proteínas totais	Proteínas animais	Cálcio	Ferro	Vitamina A	Vitamina B <sub>1</sub>	Vitamina B <sub>2</sub>	Vitamina PP	Vitamina C
1	1	119	152	25	46	168	20	276	95	227	328
	2	121	122	38	38	178	37	247	91	211	333
	3	121	135	17	40	140	23	318	102	388	484
MÉDIA		120,7	136,3	26,7	41,3	162,0	26,7	280,3	96,0	275,3	381,7
2 (*)	1	166	161	18	46	161	5	340	106	254	357
	2	59	132	13	37	132	11	216	76	228	361
	MÉDIA	112,5	146,5	10,3	41,5	146,5	8,0	278,0	91,0	241,0	359,0
3	1	111	132	87	46	224	36	222	107	212	198
	2	72	105	7	32	77	25	181	64	188	374
	3	91	129	42	34	118	7	227	69	169	229
MÉDIA		91,3	122	45,3	37,3	139,7	22,7	210,0	80,0	189,7	267,0

\* - Não se considerou uma terceira família por que os resultados não nos mereceram confiança.

58  
 QUADRO ~~48~~ - PERCENTAGENS DAS CALORIAS TOTAIS PROVENIENTES DOS PRÓTIDOS, LÍPIDOS, GLÚCIDOS E ÁLCOOL (DO VINHO E AGUARDENTE)

Estratos	Famílias	Proveniência das calorias			
		Proteínas <i>Proteínas</i>	Gorduras <i>lipídios</i>	H.de carbono <i>glicose</i>	Álcool (do vinho e aguardente)
1	1	9	12	73	6
	2	9	16	67	8
	3	9	9	72	10
MÉDIA		9,0	12,3	70,7	8,0
2	1	9	22	64	5
	2	9	9	75	7
	MÉDIA	9,0	15,5	69,5	6,0
3	1	11	15	67	7
	2	10	8	82	-
	3	10	13	72	5
MÉDIA		10,3	12,0	73,7	4,0

10 a 15%, dos lípidos 20 a 30% e dos glúcidos 50 a 60%, podendo, portanto, concluir-se que se verifica um acentuado desequilíbrio.

A percentagem de calorías provenientes do álcool encontra-se muito próximo do limite máximo admitido. Deve, no entanto, notar-se que, como já referimos, este valor se encontra determinado por defeito.

## NOTA FINAL

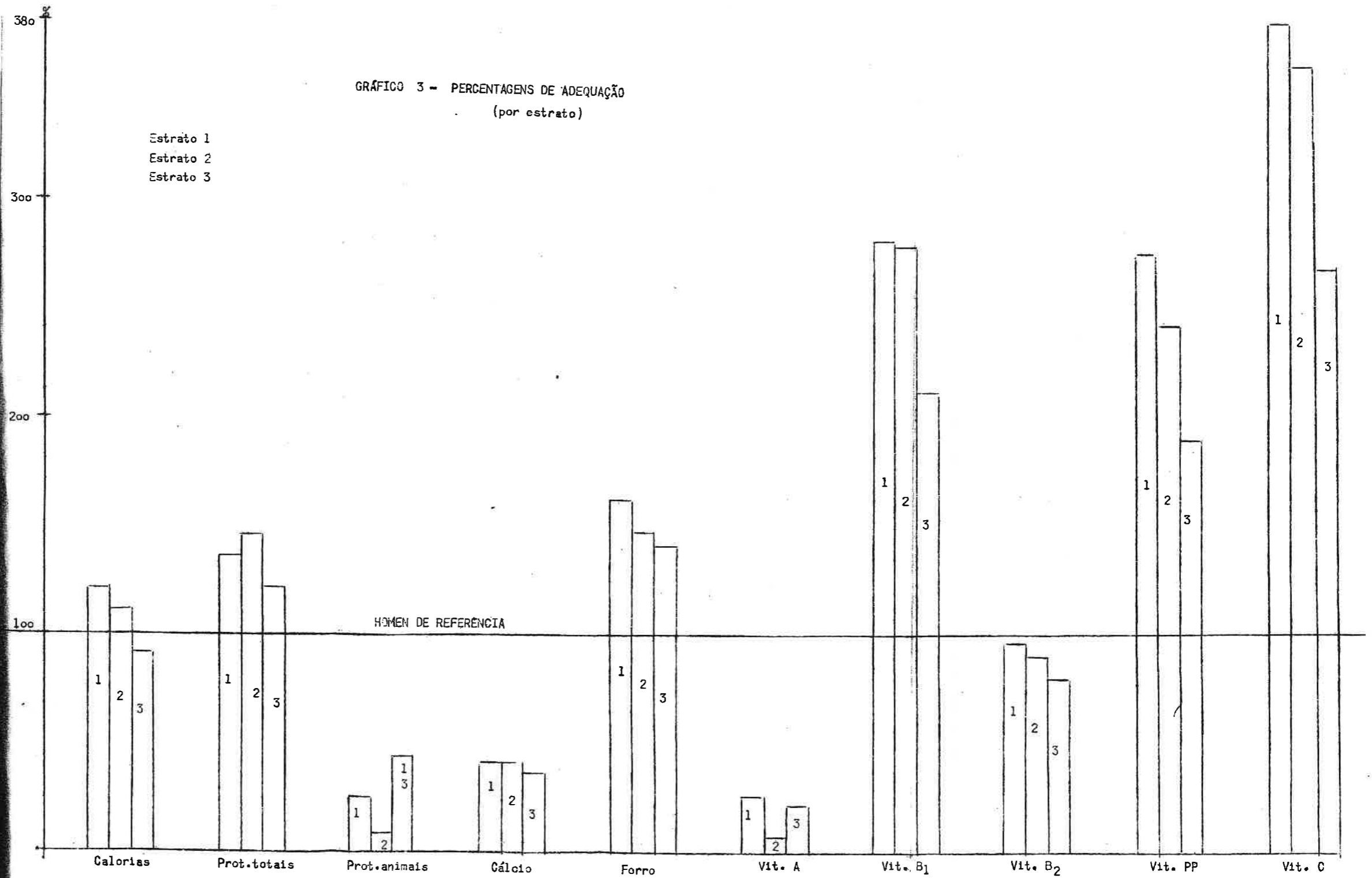
A partir dos aspectos fundamentais focados ao longo do texto e das ilacções que a observação dos mesmos nos foi sugerindo, faremos, em breve apontamento, uma tentativa de objectivação de algumas das deficiências e potencialidades da freguesia.

Assim, anotaremos os seguintes aspectos negativos e positivos:

### a) Aspectos negativos

- 1) Condições climáticas desfavoráveis;
- 2) existência de grandes superfícies incultas deficientemente aproveitadas;
- 3) falta de comunicações;
- 4) população em regressão, o contingente de emigrantes representa 120% do saldo fisiológico (período de 1951-60);

GRÁFICO 3 - PERCENTAGENS DE ADEQUAÇÃO  
(por estrato)



- 5) elevada taxa de analfabetismo, 68% das pessoas maiores de 7 anos não sabem ler;
- 6) encerramento económico e social da freguesia; regime autárquico, 60% do autoconsumo no rendimento bruto, como média das explorações analisadas;
- 7) pulverização da propriedade;
- 8) técnicas agrícolas rotineiras e defeituosas;
- 9) capitais de exploração deficientes;
- 10) baixos padrões de vida;
- 11) ~~para as famílias estudadas verificam-se:~~
  - valores baixos de receitas por pessoa e por unidade de consumo;
  - valor reduzido dos alimentos comprados em relação à totalidade dos alimentos;
  - valores elevados do grupo "alimentação" no total das despesas, média 64%, a que correspondem valores baixos de despesas com a alimentação por pessoa e por unidade de consumo;
  - parte das famílias sub-alimentadas.

b) Aspectos positivos

- 1) Grandes áreas incultas com boa aptidão para o estabelecimento de pastagens de altitude e grandes possibilidades de valorização dessas áreas desde que se adopte um conveniente regime silvo-pastoril.

- 2) óptimas condições naturais para a produção de batata-semente certificada de alta qualidade;
- 3) população revelando grande espírito de solidariedade e reservas de energia e capacidade de trabalho;
- 4) hábitos comunitários determinados por factores de vária ordem mas que, baseando-se no geral acatamento de regras e normas de conduta visando o interesse comum, revelam uma tendência que, bem orientada e uma vez a população devidamente informada, poderá traduzir-se num espírito associativo evoluído e frutuoso.



## BIBLIOGRAFIA

BLANQUET, J. Braun

- 1950 - Sociologia vegetal.  
ACME Agency; SLR. Buenos Aires.

### Besoins en calories

- 1957 - Rapport du deuxième Comité des besoins  
en calories. Rome. F.A.O.

CALDAS, Eugénio de Castro

- 1950 - Lições de Geografia Agrária e de Socio-  
logia Rural.  
Associação dos Estudantes de Agronomia.  
Lisboa.

CALDAS, Eugénio de Castro & LOUREIRO, Manuel dos Santos

- 1963 - Níveis de desenvolvimento agrícola no  
continente português. Fundação Calous-  
te Gulbenkian. Centro de Estudos de Eco-  
nomia Agrária. Lisboa.

CALDAS, Eugénio de Castro & PEREIRA, Mário

- 1959 - Gestão da empresa agrícola. Fundação Ca-  
louste Gulbenkian. Centro de Estudos de  
Economia Agrária. Lisboa.

CARVALHO, A.M. Antunes de

- 1963 - A aldeia alentejana da Granja de Mourão.  
Relatório final do curso de engenheiro  
agrônomo. Instituto Superior de Agrono-  
mia. Lisboa.

CASTRO, Ferreira de

- 1940 - Terra fria. Guimarães & Editores. Lisboa.

CRUZ, Raúl Dias da

- 1962 - Identificação e caracterização de uma  
"Zona diminuída" no centro do país.  
Relatório final do curso de engenheiro  
agrônomo. Lisboa.

DIAS, António M.C. da Silva

- 1936 - Ecologia das raças pecuárias portuguesas.  
Boletim Pecuário 36 (6):332-340. Lisboa.

EBERHARDT, P.

- 1903 - Influence de l'air sec et l'air humide  
sur la forme et sur la structure des végé-  
taux. An. Sc. Nat. 3:18-61.

FERREIRA, F.A. Gonçalves & GRAÇA, M.E. da Silva

- 1961 - Tabela da composição dos alimentos portu-  
gueses. Direcção-Geral de Saúde. Institu-  
to Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge.  
Lisboa.

FERREIRA, H. Amorim

- 1941 - O clima de Trás-os-Montes. Memória apre-  
sentada no 2.º Congresso Provincial de  
Trás-os-Montes e Alto Douro. Lisboa.

GIRÃO, A. de Amorim

1946 - Geografia Humana. P. Editora. Porto.

LIMA, Silvestre Bernardo

1919 - Os escritos de Silvestre Bernardo Lima (Bovídeos e suídeos). Boletim do Ministério da Agricultura. Coimbra.

MAYER, Rui. F.

1953 - Hidráulica agrícola. Factores climáticos. Regime das águas. Meios de obter água para rega. Edições "Agros". Lisboa.

NORRIS, Thelma

1950 - Enquêtes alimentaires. Technique et interpretation. F.A.O. Washington.

REIS, Carlos Santos

1961 - Cálculo de um regime alimentar. Instituto de Medicina Tropical. Lisboa.

REIS, Carlos Santos & SARMENTO, Alexandre

1960 - Noções elementares de estatística médica. Instituto de Medicina Tropical. Lisboa.

REIS, Carlos Santos & COSTA, F. Coutinho da

1961 - A alimentação dos manjacos. Primeiros subsídios. Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa 63 (16), Bissau.

SILVA, Carlos da & ALARCÃO, Alberto

1964 - O inquérito à exploração agrícola como fonte de dados. Fundação Calouste Gulbenkian. Centro de Estudos de Economia Agrária. Seminário sobre a análise e o planeamento da exploração agrícola. Comunicação n.º 6. Lisboa.

THIERNO, João

- 1933 - Ecologia das raças pecuárias portuguesas. Boletim Pecuário 33 (3):125-140. Lisboa.

TRÉMOLIÈRES, J.

- 1957 - Physiologie de la nutrition appliquée à la médecine. Nutrition e Alimentation Tropicales. Rapport n.º 20, Tome II, F.A.O. Rome.

VALE, José Miranda do

- 1949 - Gado bissulco. Colecção a Terra e o Homem. Sá da Costa Editora. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística

- "Censos da População de Portugal" relativos aos anos de 1900, 1911, 1920 e 1930.
- VIII e IX "Recenseamentos Gerais da População" relativos aos anos de 1940 e 1950.
- "Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente". III Tomo. Províncias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro (1954).
- "Arrolamentos Gerais de Gado" relativos aos anos de 1934, 1940 e 1955.
- "Inquérito às condições de vida da população da cidade de Coimbra" (1953-54).